

# 3º Relatório de Revisão Bienal do CAADP

2 0 1 5 - 2 0 2 1



O Relatório de Revisão Bienal da Comissão da União Africana sobre a Implementação da Declaração de Malabo sobre Crescimento Acelerado da Agricultura e Transformação para Prosperidade Compartilhada e Melhoria dos Meios de Vida.

Decisões da Assembleia (Assembleia /Au/2(XXIII) de junho de 2014

# ÍNDICE

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	4
PREFÁCIO	7
AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	11
PROCESSO E METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE REVISÃO BIENAL DE 2021	13
2A. O processo	13
2B. A metodologia	16
2C. Questões de Qualidade de Dados	18
PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES	19
3A. Progresso na concretização de compromissos - Desempenho Continental	19
3B. Evolução do desempenho dos Estados-membros entre as três rondas do processo de revisão bienal	28
DESEMPENHO REGIONAL E CONTINENTAL	29
4A. África Central	29
4B. África Oriental	31
4C. África do Norte	31
4D. África Austral	32
4E. África Ocidental	33
4F. Desempenho Continental	34
DESTAQUES SOBRE “ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CAADP PARA UM SISTEMA ALIMENTAR AFRICANO RESILIENTE”	35
5A. “Acelerar a implementação do CAADP para um Sistema Alimentar Africano Resiliente”	35
5B. COVID-19 e Sistema Alimentar Africano	37
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
6A. Conclusões e principais destaques do Relatório Bienal de Revisão de 2021	39
6B. Recomendações	40

DESEMPENHO E QUADRO DE RESULTADOS	44
7A. Quadros de Resultados de Estados-membros individuais	44
7B. Quadro de Resultados Regionais - Análise Regional	45
7C. Quadro de resultados Continental de desempenho - Análise Continental	101
PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS DECISÕES DA UNIÃO AFRICANA	105
8A. Relatório sobre o Consumo de Fertilizantes em África (Decisão: EX.CL/1041(XXXII))	105
8B. Acesso às sementes e à biotecnologia (Decisão: Doc. ASSEMBLY/AU/6 (VIII))	108
8C. Implementação do Quadro para a Mecanização Agrícola Sustentável em África (F-SAMA)" (Decisão EX.CL/1041(XXXII))	110
8D. Implementação do Quadro para o Desenvolvimento da Irrigação e Gestão Agrícola da Água (IDAWM) em África (Decisão: {EX.CL/1187(XXXVI)} 6-7 de Fevereiro de 2020, Adis Abeba, Etiópia e STC3/ARDWE/MIN/131)	112
8E. Relatório de progresso do sector pecuário sobre EX.CL/Dec.792(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Nona Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Animais Doc. EX.CL/807(XXIV)	114
8F. Pesca e aquicultura no processo do CAADP (Decisão: Doc. EX. CL/627 (XVIII))	117
8G. Progressos na implementação do Quadro Político de SPS da UA (Decisão EX.CL/1187 (XXXVI))	119
8H. Acompanhamento do progresso na implementação de decisões de política de terras que promovem a segurança da posse da terra (Decision Assembly/AU/Decl.1(XIII) Rev.1)	122
8I. Ponto de Situação sobre a Implementação da Decisão sobre a Agricultura Ecológica Orgânica em África (Decisão: Ex. CL/Dec. 631 (XVIII))	125

## ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Acrónimos e Abreviaturas	Definição
AATS	Quadro de Resultados da Transformação Agrícola em África
ACT	Rede Africana de Conservação e Cultivo
ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
AFFM	Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes
AFSI	Índice de Segurança Alimentar em África
AGRA	Aliança para uma Revolução Verde em África
Ak2063	AKADEMIYA2063
APHLIS	Sistema Africano de Informação sobre Perdas Pós-colheita
ARDWE	Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente
ASBP	Programa Africano de Sementes e Biotecnologia
UA	União Africana
CUA	Comissão da União Africana
AUDA-NEPAD	Agência de Desenvolvimento da União Africana
AU-IAPSC	Conselho Fitossanitário Inter-Africano da União Africana
AU-IBAR	Escritório Inter-africano para os Recursos Animais da União Africana
AU-SAFGRAD	Investigação e Desenvolvimento de Grãos Alimentares Semiáridos da União Africana
BAT	Fundo Bio-visão de África
BMGF	Fundação Bill e Melinda Gates
BR	Revisão Bienal
BRR	Relatório de revisão bienal
CA	Agricultura de Conservação
CAADP	Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
CAC	Comissão do Codex Alimentarius da FAO
CAMFA	Conferência dos Ministros Africanos das Pescas e da Aquicultura
COMESA	Mercado Comum da África Austral e Oriental
COVID-19	Doença do Coronavírus de 2019
DARBE	Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável
RDC/RD Congo	República Democrática do Congo
DREA	Departamento de Economia Rural e Agricultura

CAO	Comunidade da África Oriental
e-BR	Sistema Electrónico de Revisão Bienal (baseado na Web) para introdução e gestão de dados
ECAF	Federação Europeia da Agricultura de Conservação
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
EOA-I	Iniciativa de Agricultura Ecológica Orgânica
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
F-SAMA	Quadro de Mecanização da Agricultura Sustentável em África
PIB	Produto Interno Bruto
CI	Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
IDAWM	Desenvolvimento da Irrigação e Gestão da Água para a Agricultura
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IFPRI	Instituto Internacional de Investigação de Políticas Alimentares
ILRI	Instituto Internacional de Investigação Pecuária
IWMI	Instituto Internacional de Gestão de Recursos Hídricos
JSR	Revisão Conjunta do Sector
KCOA	Centro de Conhecimento para a Agricultura Biológica
MAPLE	Evento de Malabo sobre Aprendizagem de Políticas
M&A	Monitorização e Avaliação
EM	Estados-membros
MSP	Fornecedor de serviços de mecanização
NAFSIPs	Planos Nacionais de Investimento Agrícola e Segurança Alimentar
NAIP	Planos Nacionais de Investimento Agrícola
NPCA	Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD
NRI	Gestão de Recursos Naturais
ODA	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
PACA	Parceria para o Controlo de Aflatoxinas em África
PFRS	Quadro de Políticas e Estratégia de Reforma
PRNFAA	Rede de Investigação de Políticas para a Pesca e Aquacultura em África
SP	Secretário Permanente
PVS	Desempenho dos Serviços Veterinários

RAIP	Planos Regionais de Investimento Agrícola
CER	Comunidades Económicas Regionais
ReSAKSS-ECA	Análise Estratégica Regional e Sistema de Apoio ao Conhecimento - África Central e Oriental
ReSAKSS-SA	Análise Estratégica Regional e Sistema de Apoio ao Conhecimento - África Austral
ReSAKSS-WA	Análise Estratégica Regional e Sistema de Apoio ao Conhecimento - África Ocidental
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
SSA	África Subsaariana
CTE	Comité Técnico Especializado
TASAI Inc.	Índice Africano de Acesso às Sementes
TOT	Formação de Formadores
TdR	Termos de Referência
GTT	Grupo de Trabalho Técnico
UMA	União do Magrebe Árabe
ONU	Nações Unidas
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNFSS	Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares
WCCA	Congresso Mundial sobre Agricultura de Conservação

## PREFÁCIO

1. Temos o prazer de apresentar-vos o Terceiro Relatório de Revisão Bienal do CAADP, que é o principal instrumento de responsabilização mútua para acompanhar os progressos dos Estados-membros da União Africana (UA) na implementação da Declaração de Malabo, com 51 países a apresentarem relatórios em 2021 - contra 49 países em 2019 e 43 em 2017.
2. Na sua essência, a Declaração de Malabo fornece a direcção da transformação agrícola de África para o período 2015 - 2025, no âmbito do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), como veículo para contribuir para a realização dos objectivos do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 de África.
3. O presente relatório está a ser divulgado num contexto especial, tendo como pano de fundo o surto da pandemia da COVID-19 que começou no início de 2020, o que teve um impacto não só na saúde da nossa população, mas também nas nossas economias, incluindo o sector agrícola. Esta pandemia sem precedentes afectou os sistemas alimentares de várias formas ao perturbar os mercados de entrada e saída, bem como a produção dos vários produtos de base, na sua maioria empreendida por pequenos agricultores constituídos principalmente por mulheres e jovens, conforme foi debatido durante as reuniões ministeriais convocadas em Abril e Julho de 2020, conjuntamente pela CUA e pela FAO, sobre o impacto desta crise sanitária no sector agrícola. Os efeitos da pandemia nos sistemas alimentares de África estão a ser agravados por outros choques durante o período de apresentação do relatório. Incluem os surtos de gafanhotos em 2020 que afectaram os países do corno de África, a Lagarta do Funil do Milho em 2018 e 2019; e os padrões climáticos extremos devido às alterações climáticas. Os crescentes desafios de segurança impostos pelas ameaças terroristas na região do Sahel são também dignos de realce, uma vez que estamos a relatar o desempenho dos países afectados em relação às metas de Malabo.
4. Esta situação aponta claramente para a necessidade de reforçar a resiliência dos nossos sistemas alimentares, conforme preconizado pelo Secretário-Geral da ONU, S.E. Sr. António Guterres durante a Cimeira dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas em Setembro deste ano, em Nova Iorque, que foi oportuna e tem grande repercussão sobre o tema do 3º relatório sobre a Revisão Bienal: *"Acelerar a implementação do CAADP para um Sistema Alimentar Africano Resiliente"*. De acordo com o compromisso para África de falar com uma só voz nos fóruns internacionais, a Comissão da União Africana (CUA) e a AUDA-NEPAD em colaboração com a UNECA formularam uma Posição Comum Africana ao UNFSS que foi aprovada pela Sessão Extraordinária do CTE sobre o ARDWE em Julho de 2021. A posição comum foi apresentada pelo Comissário para a DARBE, em nome do Presidente da UA, em Setembro de 2021, durante o UNFSS.
5. Este terceiro relatório sobre a Revisão Bienal do CAADP é também oportuno para registar os progressos realizados pelos Estados-membros da União Africana a meio do caminho através da implementação dos compromissos e objectivos Malabo a atingir até 2025 e da preparação do segundo Plano de Negócios CAADP da UA para o período 2022-2025. Por conseguinte, o presente relatório fornece informações valiosas sobre a orientação, preparação e implementação do segundo Plano de Actividades do CAADP da UA.
6. O relatório destaca o desempenho dos países em relação aos 46 indicadores seleccionados em 2019 para acompanhar os progressos no sentido de uma agricultura totalmente transformada. Beneficiou do impulso criado durante as duas revisões anteriores. É gratificante notar que foram desenvolvidos esforços consideráveis para garantir que os dados de qualidade sejam utilizados para avaliar o desempenho dos países, utilizando o sistema electrónico de revisão bienal (e-BR), com base nas lições aprendidas até agora. Foram realizadas várias sessões de formação de peritos, análises de dados e acções de limpeza a nível nacional, regional e continental.
7. Enquanto apenas um país está em vias de alcançar os objectivos e metas de Malabo até 2025, vinte e cinco países aumentaram a sua pontuação global entre 2019 e 2021. Isto é encorajador porque mostra que, embora não esteja em vias de atingir a meta, a maioria dos Estados-membros está a fazer progressos constantes no sentido de atingir os objectivos e metas até 2025. O relatório salienta a urgência de criar um sector agrícola resiliente como o pilar das

economias africanas para acelerar a agenda de desenvolvimento do continente. Como tal, são necessárias intervenções concretas e ousadas a vários níveis para materializar os objectivos e metas transformadoras captados tanto nos Planos Nacionais de Investimento Agrícola (NAIPs) como nos Planos Regionais de Investimento Agrícola (RAIPs).

8. O relatório é o resultado de esforços de colaboração dos Estados-membros da UA, Comunidades Económicas Regionais (CER) e várias organizações e indivíduos técnicos, sob a liderança da Comissão da União Africana e da Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD). Através do presente relatório, temos o prazer e a humildade de apresentar este Terceiro Relatório de Revisão Bienal do CAADP, o estado actual dos progressos realizados pelos Estados-membros da União Africana na implementação da Decisão da Assembleia contida na Declaração de Malabo sobre Crescimento Agrícola Acelerado e Transformação para uma Prosperidade Partilhada e Meios de Subsistência Melhorados, de Junho de 2014.

Emb. Josefa Sacko  
Comissária  
Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e  
Ambiente sustentável  
Comissão da União Africana (CUA)

Dr. Ibrahim Assane Mayaki  
Director Executivo  
Agência de Desenvolvimento da União Africana  
(AUDA-NEPAD)

## AGRADECIMENTOS

O terceiro ciclo de relatórios de Revisão Bial do CAADP (BR) beneficiou da coordenação geral do DARBE da CUA e da AUDA-NEPAD ao longo de todo o processo. Os nossos sinceros agradecimentos são extensivos às equipas de logística que apoiaram o processo em várias fases. A equipa da Policy LINK é bastante reconhecida pelo excelente apoio logístico prestado ao longo do terceiro ciclo de Revisão Bial, organizando e facilitando várias reuniões durante o terceiro processo de Revisão Bial e a elaboração e conclusão do presente relatório. A equipa de comunicação da CUA em geral e a do DARBE em particular, agradecem muito pelo apoio que lhes foi prestado. Vários funcionários da AGRA prestaram apoio incansável para assegurar que a implementação do Terceiro Ciclo de Revisão Bial fosse eficientemente realizada. Finalmente, mas não menos importante, a equipa de secretariado do DARBE é reconhecida por todo o apoio administrativo prestado.

Vários peritos das instituições parceiras e dos Estados-membros contribuíram para a conclusão do terceiro ciclo e relatório da revisão bial (BR). Em primeiro lugar, são as equipas do CAADP em todos os 55 Estados-membros da UA que recolheram e compilaram os dados que constituíram a espinha dorsal deste relatório. As Comunidades Económicas Regionais (CER) fizeram todo o trabalho de coordenação para assegurar que os Estados-membros pudessem concluir o processo de recolha de dados a tempo e incluir os dados dos seus países no sistema electrónico da Revisão Bial. As CER também agiram como ligação inestimável entre a Comissão da União Africana (CUA) e os Estados-membros. Os Estados-membros e os vários peritos que apoiaram a revisão dos dados fornecidos pelos Estados-membros. Os líderes e membros da equipe do Grupo de Trabalho da Revisão Bial são reconhecidos por sua liderança e direcção geral ao longo do processo da Revisão Bial.

Comissão da União Africana (CUA); Agência para o Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA-NEPAD); Gabinete Inter-Africano da União Africana para os Recursos Animais (AU-IBAR); Conselho Fitossanitário Inter-Africano da União Africana (AU-IAPSC); União Africana de Investigação e Desenvolvimento de Cereais Alimentares Semi-Áridos (SAFGRAD); Agência Nacional da Estatística e Demografia; AKADEMIYA2063 (Ak2063); Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA); União do Magrebe Árabe (UMA); Fundo Fiduciário da Biovisão Africana; Centro Nacional de Investigação Agronómica (CNRA), Costa do Marfim; Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); Departamento de Economia Agrícola e Gestão do Agro-negócio, Universidade Egerton; Secretariado da Comunidade da África Oriental (CAO); Iniciativa de Agricultura Orgânica Ecológica (EOAI); Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); Direcção Geral de Estudos e Estatísticas Sectoriais, Ministério da Agricultura, Burkina Faso; Instituto de Biologia Marinha e Oceanografia, Colégio da Baía de Fourah, Universidade da Serra Leoa; Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD); Instituto Internacional de Investigação Pecuária (ILRI); Instituto Internacional de Gestão da Água (IWMI); Instituto de Recursos Naturais (NRI), Universidade de Greenwich; Rede de Excelência em Governação de Terras em África/ Escritório da GIZ junto da União Africana; Parceria para o Controlo de Aflatoxinas em África (PACA); Rede de Investigação Política para Pescas e Aquacultura em África (PRNFAA); Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento - África Oriental e Central (ReSAKSS-ECA); Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento - África Austral (ReSAKSS-SA); Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento - África Ocidental (ReSAKSS-WA); Secretariado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); Sistema Africano de Informação sobre Perdas Pós-colheita (APHLIS); Índice Africano de Acesso a Sementes (TASAI Inc.); Instituto Internacional de Investigação da Política Alimentar (IFPRI); Universitè Nazi Boni, Bobo-Dioulasso, Burkina Faso; a Universidade de Ibadan, Ibadan, Nigéria; a Universidade de Ilorin, Ilorin, Nigéria; e a USAID Feed the Future, Policy LINK.

Este terceiro Relatório Bial de Revisão do CAADP foi produzido com apoio financeiro da UA, AGRA, BMGF e da USAID/Policy LINK. O relatório beneficiou da investigação e dos esforços de vários autores e peritos que contribuíram para a redacção de diferentes secções do relatório e/ou para a revisão das

secções e do projecto global. A Comissão da União Africana gostaria de expressar a sua mais profunda gratidão a todos os autores e co-autores, bem como a peritos e revisores que tornaram possível a conclusão deste relatório.

Dr. Godfrey Bahigwa  
Director  
Agricultura e Desenvolvimento Rural  
Comissão da União Africana (CUA)

Sr. Amine Idriss Adoum  
Director  
Execução e Coordenação de Programas, Agência de  
Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD)

## INTRODUÇÃO

- 1.1. Este é o Terceiro Relatório de Revisão Bienal sobre o progresso na implementação da Declaração de Malabo relativa ao "Crescimento Acelerado da Agricultura em África e Transformação para uma Prosperidade Partilhada e Meios de Subsistência Melhorados" ((ref.: Doc. Assembly/AU/2(XXIII)) que foi adoptada pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da UA em Junho de 2014 em Malabo, Guiné Equatorial, para reforçar o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP).
- 1.2. A Declaração de Malabo possui sete compromissos. Nos termos do compromisso 7 da Declaração, os Chefes de Estado e de Governo da UA solicitaram à Comissão da UA e à Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA)<sup>1</sup> que elaborassem um relatório de progresso para apresentação à Assembleia da UA a cada dois anos, a partir de 2017. Os Relatórios de Revisão Inaugural e II Bienal foram apresentados e aprovados pela Assembleia da UA em Janeiro de 2018 e Fevereiro de 2020, respectivamente.
- 1.3. Com base nas lições dos dois ciclos anteriores e no respeito pelo pedido da liderança da UA, a Comissão da União Africana (CUA) e a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) colaboraram estreitamente com as instituições parceiras para: (i) rever e actualizar os mecanismos que tinham desenvolvido para aumentar a capacidade de África para a geração e gestão de conhecimentos e dados para reforçar o planeamento e implementação baseados em provas; (ii) advogar a institucionalização de um sistema de revisão pelos pares que encoraje o bom desempenho na realização dos progressos alcançados na implementação das disposições da declaração de Malabo e reconhecer bienalmente o desempenho exemplar através de prémios; e (iii) realizar o terceiro ciclo completo do relatório de revisão bienal, com vista a informar a Assembleia da União Africana sobre os progressos alcançados durante a sua 35ª Sessão Ordinária, em Fevereiro de 2022.
- 1.4. O terceiro ciclo de Revisão Bienal foi realizado no contexto da pandemia da COVID-19 e da Cimeira sobre Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UNFSS), para a qual a UA convocou uma reunião conjunta de ministros responsáveis pela agricultura, comércio e finanças dos Estados-membros da UA sobre os impactos da COVID-19 nos sistemas alimentares africanos, e a preparação e apresentação da posição comum africana ao UNFSS como um continente. Em ambos os casos, houve um novo compromisso para promover a transformação agrícola do continente através do reforço da implementação do CAADP e do processo de Revisão Bienal como instrumento para avaliar o progresso na implementação das recomendações e das soluções inovadoras contidas na Posição Comum Africana para o UNFSS.
- 1.5. Durante o período em análise, o sector agrícola em África foi também desafiado pela queda da Lagarta do Funil do Milho e a invasão de gafanhotos do deserto, especialmente no corno de África, e episódios relacionados com o clima, tais como inundações e secas na África Austral, Oriental e Ocidental.
- 1.6. Este 3º relatório de Revisão Bienal foi produzido a meio da década da declaração de Malabo (2015-2025). No entanto, o âmbito das recomendações vai além da realização das metas de 2025 e proporciona uma oportunidade para reflectir sobre o percurso de África até aos objectivos do SDG 2030, mas também sobre a agenda do CAADP pós-Malabo no contexto do segundo plano de implementação decenal da Agenda 2063.
- 1.7. De acordo com os relatórios anteriores, os sete (7) compromissos Malabo foram traduzidos em sete (7) áreas temáticas de desempenho: (i) o compromisso com os princípios e valores do processo do CAADP; (ii) o aumento do financiamento do investimento na agricultura; (iii) o fim da fome em África até 2025; (iv) a redução da pobreza para metade, até 2025, através do crescimento e transformação agrícola inclusiva; (v) o aumento do comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas; (vi) o aumento da resistência dos meios de subsistência e sistemas de produção à variabilidade climática e outros riscos relacionados; e (vii) o reforço da responsabilização mútua pelas acções e resultados.

---

<sup>1</sup> Em Julho de 2019, passou a designar-se Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD).

- 1.8. O objectivo do presente relatório é apresentar os desempenhos individuais e colectivos dos Estados-membros, a fim de desencadear programas de acção a nível continental, regional e nacional para impulsionar a transformação agrícola em África. O relatório também ajuda a criar mais apetência para que as entidades individuais reforcem a capacidade institucional nacional e regional de recolha de dados agrícolas e de gestão do conhecimento para informar as acções. Com base neste princípio, prevê-se que isto apoiará uma melhor planificação baseada em provas, implementação, monitorização e avaliação, aprendizagem mútua e promoverá o alinhamento, harmonização e coordenação entre os esforços multisectoriais e de múltiplos intervenientes. Tais esforços incluem o Evento de Aprendizagem de Políticas Malabo do CAADP, o Retiro dos Secretários Permanentes, compromissos liderados pelas Comunidades Económicas Regionais (CER) e plataformas organizadas por parceiros.
- 1.9. O relatório destaca a natureza inclusiva do processo e a abordagem metodológica que foi utilizada para recolher e analisar dados e redigir o relatório. Além disso, o relatório apresenta também as principais conclusões a nível continental e regional, os perfis detalhados e os quadros de pontuação de cada Estado-membro e conjuntos de recomendações para cada Estado-membro, organismos regionais e instituições continentais.
- 1.10. O relatório é complementado por um conjunto de ferramentas de comunicação em linha de Revisão Bienal do CAADP, utilizado como uma ferramenta interactiva em linha inteligente e poderosa que apresenta os dados de Revisão Bienal de várias formas, tornando-os mais facilmente acessíveis aos utilizadores. O instrumento foi desenvolvido pela UA e pelos seus parceiros em estreita consulta com as CER, peritos e outras partes interessadas, como um resultado de acompanhamento do Relatório de Revisão Bienal para facilitar a divulgação das suas conclusões. A ferramenta foi concebida para facilitar aos decisores políticos e outros intervenientes a nível nacional e regional a interacção com os dados e informações fornecidos. O Conjunto de Ferramentas contém gráficos, análises e mapas claros que facilitam o acesso à informação.
- 1.11. Pela primeira vez, o relatório inclui uma secção sobre a implementação das decisões da UA, de natureza temática e específica para a transformação agrícola em África, sobre: Sementes e Biotecnologia; Desenvolvimento de Pecuária; Pesca e Aquicultura; Irrigação; mecanização; Uso de Fertilizantes; Capacidades Sanitárias e Fitossanitárias, Política de Terras; e Agricultura Ecológica Orgânica. O presente relatório abrange os progressos alcançados pelos Estados-membros na implementação da declaração de Malabo para o período de 2015 a 2020.
- 1.12. Conforme reflectido nas principais conclusões, o relatório apresenta as sete (7) áreas temáticas de desempenho, alinhadas com os compromissos da Declaração de Malabo. Avalia igualmente o desempenho dos países na consecução dos objectivos e metas, que foram desagregados em vinte e três (23) categorias de desempenho, e ainda divididos em quarenta e seis (46) indicadores.
- 1.13. Neste Terceiro Relatório de Revisão Bienal, os países são considerados "**em vias de atingir a meta**" se a sua pontuação total for igual ou superior ao **valor de referência de 7.28**; ou "**progressivo**" se a sua pontuação for igual ou superior a 5 mas inferior a 7.28; ou "**não em vias de atingir a meta**" se a sua pontuação for inferior a 5.
- 1.14. Um total de cinquenta e um (51) Estados-membros da UA reportou neste 3º ciclo do processo de Revisão Bienal, acima dos 49 Estados-membros que reportaram no 2º ciclo de Revisão Bienal, e 43 no ciclo de Revisão Bienal inaugural. Dos 51 Estados-membros que comunicaram, 25 Estados-membros registaram um aumento das pontuações entre 2019 e 2021 ciclos de revisão. Isto reflecte o empenho dos Estados-membros no processo de Revisão Bienal do CAADP e os seus esforços para colmatar as carências reveladas nos relatórios inaugural e da 2ª Revisão Bienal.
- 1.15. Embora apenas o Ruanda **esteja em vias de atingir a meta** para atingir os objectivos e metas de Malabo até 2025, dezanove (19) países são classificados como progressivos. Com uma pontuação geral de 4.32, o **continente não está no caminho certo** para atingir os objectivos e metas de Malabo até 2025. No que se refere ao financiamento, o relatório mostra que apenas quatro (4) países investiram pelo menos 10% das suas despesas nacionais com a agricultura. Apenas um país está em vias de atingir a meta de Erradicação da Fome até 2025. Tanto as observações empíricas quanto as descobertas de

pesquisa apresentadas neste relatório mostram que a pandemia da COVID-19 e seus impactos na agricultura e segurança alimentar no continente poderiam explicar em parte esse baixo desempenho do continente.

- 1.16. Para cada Estado-membro relator, o desempenho em relação aos objectivos estabelecidos é apresentado sob a forma de um “Quadro de Resultados por País na implementação dos Compromissos de Malabo”.

## PROCESSO E METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE REVISÃO BIENAL DE 2021

### 2A. O processo

- 2.1. O processo relativo ao relatório da Revisão Bienal de 2021 foi significativamente perturbado pela pandemia da COVID-19 que começou no início de 2020 e levou à redução das viagens, ao cancelamento de reuniões físicas, bem como à adopção de outras medidas destinadas a travar a propagação do vírus.
- 2.2. Como precursor do 3º ciclo da Revisão Bienal, a CUA e a AUDA-NEPAD, em colaboração com parceiros, organizaram o Evento de Aprendizagem de Políticas de Malabo (MAPLE) em Dezembro de 2020, centrado na revisão das lições da 2ª Revisão Bienal (BR). O evento teve lugar virtualmente devido às restrições de segurança da pandemia da COVID-19. Cerca de 200 participantes provenientes de toda a África e representando o Sector Público, Sector Privado, grupos de agricultores, sociedade civil, juventude, academia e meios de comunicação social exploraram as lições dos dois ciclos anteriores. Os principais temas de debate, que subseqüentemente ajudaram a moldar o actual processo da Revisão Bienal foram i) Uma exploração do desempenho nacional e regional de acordo com o segundo relatório da Revisão Bienal para extrair implicações desse desempenho; ii) Alguns destaques de exemplos de como os Estados-membros estão a utilizar a da Revisão Bienal para fundamentar a programação e as práticas políticas; iii) A aprendizagem e partilha de informação sobre as ferramentas políticas, dicas e recursos disponíveis; iv) A melhoria dos sistemas de dados dos países; e v) Os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o processo global da da Revisão Bienal.
- 2.3. Posteriormente, o Grupo de Trabalho de Revisão Bienal, que é uma equipa de peritos provenientes de várias instituições de toda a África e que fornece apoio técnico ao processo de Revisão Bienal, realizou uma **análise crítica do processo de Revisão Bienal, indicadores e métodos** para fazer sugestões para a melhoria dos processos de recolha e análise de dados. O Grupo de Trabalho de Revisão Bienal está dividido em oito (8) Grupos de Trabalho Técnico (GTT) organizados em torno das áreas de actuação da Declaração de Malabo. Os membros dos GTT, reuniram-se todas as semanas durante vários meses em 2020, não só para realizar a Análise Crítica da qualidade dos dados, processo e métodos, mas também para prestar orientação técnica. Como resultado destes compromissos, as Orientações Técnicas de Revisão Bienal, o Modelo de Relatório de Revisão Bienal, e as Notas Técnicas da Revisão Bienal foram actualizadas.
- 2.4. Durante o processo de análise crítica e revisão de 2020, o Grupo de Trabalho de Revisão Bienal destacou as seguintes questões e alterações relacionadas com os dados: i) Os indicadores anteriormente não utilizados<sup>2</sup> ou silenciosos no sistema de Revisão Bienal foram incluídos na análise ou completamente removidos da recolha de dados; ii) A Revisão Bienal Electrónica (e-BR), a ferramenta baseada na Web para a introdução e gestão de dados, foi melhorada para identificar erros através da marcação de entradas invulgares. Foi igualmente melhorado para acomodar informação sobre fonte de dados para

---

<sup>2</sup> Houve 3 (2.2, 2.3 e 4.1ii) indicadores silenciosos no primeiro e segundo ciclo de Revisão Bienal porque não havia informação suficiente para calcular os valores-alvo. Para este terceiro ciclo de Revisão Bienal, dois (indicadores 2.2, 2.3) foram incluídos na análise e um foi completamente retirado da recolha de dados (indicador 4.1ii)

melhorar o rastreio dos dados; iii) Foram sugeridos vários novos indicadores para acompanhar a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), o desenvolvimento pecuário e a agricultura ecológica. Mas sentiu-se que seria necessário muito mais trabalho técnico para desenvolver quaisquer novos indicadores no futuro; e iv) foram identificados erros e lacunas comuns de dados que requerem investimentos adicionais por parte da UA e dos Estados-membros no reforço da capacidade de recolha e gestão de dados.

### ***O Roteiro para o Terceiro Processo de Revisão Bienal***

- 2.5. Trabalhando em estreita colaboração com as Comunidades Económicas Regionais e peritos, a CUA preparou um roteiro para o 3.º processo de Revisão Bienal. O roteiro abrangeu os vários passos e cronogramas necessários para produzir o terceiro relatório de Revisão Bienal.

### ***Formação de Formadores***

- 2.6. Devido a algumas mudanças significativas nos modelos de relatórios e também porque houve novos peritos que se juntaram ao processo de Revisão Bienal, foi organizado virtualmente um *workshop* de Formação de Formadores (TOT) em 24-26 de Fevereiro e 4 de Março de 2021. Cerca de 64 peritos participaram nas sessões de formação de formadores que abrangeram elementos técnicos de Revisão Bienal e que foram planeadas para o *workshop* de formação continental de Revisão Bienal para peritos nacionais.

### ***Formação de Peritos Nacionais***

- 2.7. Durante este terceiro processo de Revisão Bienal, a CUA organizou três sessões de formação virtual continental sobre Revisão Bienal para peritos nacionais. A primeira foi a formação continental de peritos nacionais organizada de 15-19 de Março de 2021; a segunda de 7-9 de Abril de 2021 foi a "formação de preparação" para os Estados-membros que faltaram à primeira formação. A terceira formação foi organizada especificamente para as Comores (1-3 de Junho de 2021). As sessões foram organizadas virtualmente com o apoio do Policy LINK, com o apoio técnico e financeiro do AKADEMIYA2063 (Ak2063) para assegurar a interpretação e tradução das ferramentas de relatório do terceiro de Revisão Bienal, bem como a mobilização de peritos do Ak2063/ReSAKSS e do IFPRI durante a formação continental. Após a formação, foi lançado o terceiro processo de Revisão Bienal a nível nacional.

### ***Recolha e validação de dados a nível nacional***

- 2.8. Após a formação continental, cada CER organizou-se com os seus Estados-membros para implementar o seu roteiro de Revisão Bienal. As CER lideraram e coordenaram as etapas de recolha e validação de dados a nível nacional. Em particular, a Comissão da União Africana, com o apoio técnico da AGRA e a sua parceria com a Ak2063/ReSAKSS, facilitou a mobilização do apoio técnico necessário pelas CER para facilitar a recolha e validação de dados a nível nacional. A todos os níveis de responsabilização (nacional, regional, e continental), os principais desafios eram: (i) a recolha atempada, limpeza e análise dos dados; (ii) os recursos limitados para apoiar a validação dos projectos de relatórios nacionais dos FE por parte de múltiplos intervenientes; e (iii) os impactos e restrições impostas em alguns Estados-membros devido à pandemia da COVID-19. Ao longo do processo, a CUA e a AUDA-NEPAD incentivaram continuamente os Estados-membros da UA a integrar o processo de revisão bienal nos sistemas regulares de monitorização e avaliação do governo, a fim de aliviar os desafios logísticos e financeiros e melhorar a qualidade do processo e dos seus resultados.
- 2.9. Tal como no processo inaugural e segundo de Revisão Bienal, esperava-se que cada Estado-membro organizasse um seminário nacional com múltiplos intervenientes para rever e validar o relatório e os dados antes da sua apresentação às respectivas CER, com uma carta assinada pelo Secretário Permanente ou por uma autoridade do Ministério da Agricultura. Com o apoio de parceiros técnicos, os CER analisam e validam os relatórios dos Estados-membros,

efectuam as primeiras análises de dados e preparam resumos regionais de Revisão Bienal que são validados a nível regional antes da sua apresentação à CUA.

### *Secção técnica de redacção da Revisão Bienal*

- 2.10. Após a primeira apresentação de relatórios e dados por país até ao final de Julho de 2021, o prazo foi prorrogado até 31 de Agosto de 2021 para permitir que os CER e os Estados-membros que não tinham cumprido o primeiro prazo enviassem os seus dados e relatórios. Esta mudança foi possível porque a data da reunião do CTE, à qual o relatório deve ser submetido, foi alterada de Outubro para Dezembro de 2021. Cada CER mobilizou peritos regionais e organizou uma revisão dos relatórios dos países, seguindo as directrizes transmitidas às CER pela CUA. A validação regional foi organizada com o apoio da CUA através do financiamento directo da AGRA e do apoio técnico da Ak2063/RESAKSS. Globalmente, todas as CER conseguiram atingir este importante marco e enviar comentários e observações aos Estados-membros para correcção no relatório do país, bem como no sistema de Revisão Bienal Electrónica, com vista à sua apresentação final a 3 de Setembro de 2021. Mesmo quando a redacção começou, a CUA ainda prorrogou o prazo para permitir aos Estados-membros que estavam atrasados a revisão e a apresentação final do seu relatório e dados no sistema de Revisão Bienal Electrónica (e-BR) até 8 de Setembro de 2021. Este foi o prazo limite final para todas as observações. No sistema de Revisão Bienal Electrónica, 51 Estados-membros apresentaram os seus dados atempadamente.
- 2.11. A redacção do projecto do Terceiro Relatório de Revisão Bienal do CAADP de Malabo foi preparada e ofereceu uma oportunidade a vários peritos em revisão bienal, bem como a todas as instituições que têm contribuído para este processo, para produzir o primeiro projecto do relatório. Mais especificamente, a redacção cobriu: (i) cinco (5) dias de consolidação e limpeza de dados; (ii) debate sobre o tema do terceiro relatório de Revisão Bienal; (iii) três dias de redacção do projecto de relatório; (iv) a preparação dos quadros de resultados de cada país; (v) a preparação do projecto consolidado do terceiro relatório de Revisão Bienal; e (vi) o roteiro pós-Fevereiro de 2022. Uma reunião final de validação foi realizada em Novembro de 2021 entre a CUA, AUDA-NEPAD, Peritos da Mesa do CTE, e CER, antes da apresentação do relatório à 4ª Sessão Ordinária do CTE sobre o ARDWE em Dezembro de 2021.

### *Ferramentas de Comunicação de Revisão Bienal*

- 2.12. Como parte do processo de consulta mais amplo, a 3ª Sessão do Comité Técnico Especializado (CTE) de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente (ARDWE), realizada em 21-25 de Outubro de 2019, solicitou à Mesa do CTE e à CUA a realização de consultas com as CER sobre os dois instrumentos de comunicação e advocacia (o Painel de Avaliação Bienal do CAADP e o Conjunto de Ferramentas de Revisão Bienal do CAADP) que tinham sido desenvolvidos para facilitar a utilização das conclusões do segundo relatório de Revisão Bienal. Por conseguinte, durante este terceiro ciclo de Revisão Bienal, a CUA implementou as recomendações 3ª sessão do CTE. As consultas foram organizadas virtualmente com as cinco (5) regiões (África Central, África Austral, África Oriental, África do Norte, e África Ocidental) e presididas pelo representante da região na Mesa do CTE. Outros participantes durante estas consultas incluíram peritos da região, da CUA, da AUDA-NEPAD, e parceiros de desenvolvimento. As consultas geraram um consenso mais amplo e apropriação destes instrumentos de comunicação e advocacia de Revisão Bienal com fortes recomendações das cinco regiões, a fim de melhorar os instrumentos de comunicação de Revisão Bienal.

### *Apoio técnico ao processo de Revisão Bienal*

- 2.13. Em parceria com os parceiros técnicos e instituições tradicionais de Revisão Bienal, o apoio técnico foi alargado em diferentes etapas da implementação do terceiro roteiro continental de Revisão Bienal. Peritos em Revisão Bienal da Ak2063/RESAKSS, IFPRI, FAO, AGRA, entre outros, prestaram apoio

técnico durante a análise crítica, actualização de terceiros instrumentos de relatório BR (Directrizes Técnicas, Modelo de Relatório por País, e plataforma de Revisão Bienal Electrónica), formação de formadores (TOT), formação de peritos nacionais, recolha de dados, limpeza e avaliação de dados, e validação de dados a nível de país, validação e revisão de dados a nível das CER, e limpeza de dados durante a redacção técnica. Peritos de Revisão Bienal formados durante a TOT e de outras instituições (universidades e grupos de reflexão) prestaram o apoio técnico durante a validação regional. No contexto da COVID-19, a equipa da Policy LINK forneceu o apoio para realizar virtualmente as principais formações sobre Revisão Bienal, as reuniões do Grupo de Trabalho de Revisão Bienal, as reuniões mensais de coordenação CAADP com CER e AUDA-NEPAD, e outras reuniões relacionadas com o processo de Revisão Bienal.

- 2.14. Uma nova melhoria durante este terceiro processo de Revisão Bienal foi o apoio orçamental prestado aos Estados-membros e às CER para lhes permitir empreender algumas das actividades críticas do roteiro de Revisão Bienal a nível dos Estados-membros e das CER. Através desta subvenção à CUA da AGRA, os Estados-membros e as CER foram facilitados a empreender: (i) alguma recolha e compilação de dados a nível dos Estados-membros; (ii) implementação das reuniões nacionais de validação; (iii) os peritos regionais para proceder à validação dos dados nacionais a nível regional; (iv) reuniões regionais de validação; e (v) outras actividades directamente relacionadas com o processo de Revisão Bienal. Esta subvenção também forneceu algum financiamento para a redacção técnica..
- 2.15. As CER desempenharam um papel muito instrumental no envolvimento e mobilização dos Estados-membros, o que facilitou e facilitou o papel da CUA e da AUDA-NEPAD na compilação bem-sucedida do Terceiro Relatório de Revisão Bienal.

## 2B. A metodologia

- 2.16. O Quadro de Avaliação da Transformação Agrícola em África (AATS) foi desenvolvido para apresentar os progressos feitos pelos Estados-membros individuais e para reconhecer e premiar os Estados-membros com melhor desempenho no sentido de alcançar os objectivos e metas da Declaração de Malabo até 2025.
- 2.17. A AATS baseia-se em métodos de avaliação comparativa para avaliar o desempenho dos países na consecução dos objectivos e metas estabelecidos na Declaração de Malabo.
- 2.18. Como o ano-alvo global da Declaração de Malabo é 2025, o método de avaliação comparativa fornece uma escala gradual e incremental para avaliar o progresso bienal em relação aos indicadores, sob a forma de uma pontuação. Ao comparar os resultados entre os Estados-membros, o AATS permite a comparação do desempenho entre pares, a fim de estimular a melhoria contínua das intervenções para objectivos comuns acordados. Neste caso, os parâmetros de referência procuram principalmente permitir aos Estados-membros ver como melhorar o seu desempenho ao longo do tempo, e procurar as melhores práticas a fim de superar os desafios identificados, reforçando ao mesmo tempo a cultura de melhoria contínua, e proporcionando um sentido de urgência na realização dos objectivos do sector agrícola.
- 2.19. As Directrizes Técnicas de 2021 actualizadas fornecem pormenores sobre a metodologia utilizada para calcular cada um dos 46 indicadores de desempenho com o conjunto de parâmetros necessários. As Observações Técnicas de 2021 fornecem mais pormenores sobre os métodos utilizados para calcular as pontuações de desempenho, tendo o ano 2015 como referência para a medição do desempenho, incluindo o sistema de avaliação utilizado para agregar as pontuações entre as diferentes áreas temáticas.
- 2.20. De acordo com a estrutura de desempenho da Revisão Bienal (7 áreas de compromisso desagregadas em 23 categorias de desempenho, e ainda em 46 indicadores), existem quatro tipos de pontuação: a **pontuação I** que é a pontuação atribuída ao indicador de desempenho com base numa escala de 0 a

- 10; a **pontuação C** que é uma agregação das **pontuações I** para a categoria de desempenho; a pontuação T que é uma agregação das pontuações C para o tema de desempenho ou área de compromisso; e a **pontuação O** que é a pontuação global (ou agregação das pontuações T) na consecução da Declaração de Malabo. Para cada pontuação agregada (ou seja, **pontuação C, T e O**), é utilizado um sistema de ponderação igual.
- 2.21. Os algoritmos informáticos correspondentes, totalmente detalhados nas Observações Técnicas de 2021, orientaram a concepção da base de dados para a compilação de dados por país para gerar o Quadro de Resultados de 2021.
  - 2.22. A Comparação das Pontuações dos Países na implementação da Declaração de Malabo e os 51 Perfis dos Países apresentados no Capítulo 7 do **Quadro de Avaliação da Transformação da Agricultura em África (AATS)** que resume os progressos individuais de cada país no cumprimento dos compromissos da Declaração de Malabo.
  - 2.23. As seguintes definições técnicas padrão devem ser anotadas para facilitar a compreensão completa do Relatório de Revisão Bienal e do AATS.
  - 2.24. **Meta A:** É um valor a ser alcançado num determinado ano (ano visado) por um item expresso num compromisso. Como exemplo, o compromisso de "*triplicar o comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços até 2025 a partir de 2015*" – o objectivo é de 200% a atingir até ao ano visado de 2025 a partir do ano de referência de 2015.
  - 2.25. **Um Indicador:** É um parâmetro ou uma combinação de parâmetros que mede directamente (sem qualquer cálculo adicional) o valor do item medido. Como exemplo, para o compromisso da secção 2.24, o indicador é a "*taxa de crescimento do comércio intra-africano*".
  - 2.26. **Um Marco:** É o valor a ser alcançado pelo indicador num ano de medição para o país estar em vias de atingir a meta, com o pressuposto de que o progresso é linear. Como tal, o marco pode variar de ano para ano. Como exemplo, para o compromisso na secção 2.24, a meta para o terceiro ano (2018 ano de medição) é de 60% [igual a  $(200\%/10) * 3$ ]. É de notar que o marco pode permanecer constante se o objectivo for o mesmo para cada ano. Como exemplo, para o compromisso de "*aumentar as despesas do governo para a agricultura como parte das despesas nacionais totais, para pelo menos 10% em cada ano*", o marco para cada ano é de 10%.
  - 2.27. **Uma pontuação:** É um valor baseado numa escala de 0 a 10 que reflecte o desempenho em relação a um indicador no ano particular. Como no exemplo do compromisso na secção 2.26, um país que tenha atingido 150% de progresso num determinado ano terá uma pontuação de 7,5 [igual a  $(150/200)*10$ ].
  - 2.28. **Uma Referência:** É a pontuação correspondente ao valor do marco, que é a pontuação mínima que um país deve ter para estar em vias de atingir a meta nesse ano específico. Tal como para um marco, o marco de referência pode variar de ano para ano e atingir o valor máximo de 10 no ano alvo ou pode permanecer constante a 10 cada ano. O valor de referência para este período de relatório (ano de medição de 2020) é de 7,28 em comparação com 6,66 na última Revisão Bienal (ano de medição de 2018).
  - 2.29. **NO CAMINHO CERTO:** Significa que o Estado-membro obteve uma pontuação igual ou superior ao valor de referência (7,28) e está, portanto, bem encaminhado para atingir o objectivo dos compromissos de Malabo.
  - 2.30. **QUE NÃO ESTÃO EM VIAS DE ATINGIR A META:** Significa que o país obteve uma pontuação inferior ao valor de referência e, portanto, NÃO está no caminho certo para atingir o objectivo dos compromissos de Malabo.
  - 2.31. Uma nova categoria de desempenho foi introduzida no terceiro ciclo de Revisão Bienal para indicar os Estados-membros estão a PROGREDIR BEM, o que significa o Estado-membro cuja pontuação global é igual ou superior a 5, mas inferior ao valor de referência de 7,28, e portanto, ainda NÃO está na trajectória para atingir o objectivo dos compromissos de Malabo.

## 2C. Questões de Qualidade de Dados

- 2.32. A obtenção de dados de alta qualidade para o processo de Revisão Bienal tem permanecido uma prioridade máxima. Isto porque os valores dos indicadores sobre os quais são calculadas as pontuações da Revisão Bienal são o resultado de políticas e investimentos e de como estes interagem com outros factores e depois têm impacto nos sectores, empresas, comunidades, famílias e indivíduos. Portanto, ter dados de alta qualidade ajudará a melhorar o significado estatístico e a fiabilidade das relações estimadas entre políticas, investimentos e resultados, para que os decisores políticos e os investidores possam estar mais confiantes na utilização dos resultados da análise estratégica para fazer políticas e investimentos que são mais susceptíveis de conduzir a resultados desejáveis. Isto, por sua vez, reforçará as ligações entre políticas e investimentos e as pontuações da Revisão Bienal, para que os decisores políticos possam também estar confiantes de que a selecção de políticas e investimentos que conduzam a resultados desejáveis conduzirá também a pontuações mais elevadas da Revisão Bienal.
- 2.33. Desde o primeiro relatório da Revisão Bienal, foram identificados vários problemas de qualidade dos dados<sup>3</sup>, e foram implementadas diferentes estratégias para melhorar a qualidade dos dados. Por exemplo, a introdução do portal electrónico (Revisão Bienal electrónica) durante a segunda ronda de Revisão Bienal ajudou a melhorar a taxa de compilação, verificação e processamento dos dados, documentação dos dados, e pontualidade da produção do quadro de resultados e resultados relacionados utilizados na preparação do relatório bienal. A Revisão Bienal electrónica também ajudou a criar uma base de dados de séries cronológicas, principalmente a partir de 2014, sobre mais de 250 variáveis que podem ser utilizadas para criar mais indicadores para além dos 46 da Revisão Bienal e para realizar análises estratégicas sólidas sobre várias questões relacionadas com a agricultura e a transformação dos sistemas alimentares. Nesta terceira ronda da Revisão Bienal, o sistema de Revisão Bienal electrónica foi ainda melhorado para reduzir muitos dos erros comuns de introdução de dados (por exemplo, zeros involuntários, unidades de medida, e rácios e percentagens implausíveis, entre outros), colocando várias restrições nos campos ou células de introdução de dados. A formação das equipas do país também incluiu exemplos das várias questões de qualidade de dados da ronda anterior.
- 2.34. Estas etapas ajudaram a aumentar a qualidade dos dados, reduzindo muitos dos erros comuns acima mencionados e posicionando a base de dados para a realização de análises estratégicas sólidas. Mas ainda subsistem as seguintes questões de qualidade de dados: (i) Inconsistências internas. Estes baseiam-se na verificação cruzada de vários parâmetros de dados para inconsistências internas, tais como respostas incoerentes, valores muito altos ou baixos, incluindo rácios e percentagens implausíveis, e soma das partes sendo diferentes do valor agregado, entre outros; e (ii) diferenças com dados de terceiros. Uma vez que o valor acrescentado agrícola é proeminente na Revisão Bienal, uma vez que é utilizado em seis indicadores ao longo de três temas (2.1ii, 2.2, 2.3, 3.2i, 3.2ii, e 4.1i), utilizámos dados dos amplamente reconhecidos Indicadores de Desenvolvimento Mundial para cruzar os dados. Existem diferenças significativas entre os dois em quase todos os países, o que se deve principalmente aos dados sobre o deflator na Revisão Bienal para converter o valor acrescentado no LCU actual em LCU constante, onde são reportados valores negativos, ou o ano base não coincide com os valores reportados.

---

<sup>3</sup> A revisão bienal inaugural do CAADP e o Quadro de Resultados da Transformação Agrícola em África: Resultados e áreas a melhorar (Benin, S., Ulimwengu, J., e Tefera, W. 2018); melhoria da qualidade dos dados para a revisão bienal do CAADP: Uma iniciativa de parceria implementada em cinco países (Benin, S., Karugia, J., Matchaya, G., e Yade, M. 2020).

## PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

### 3A. Progresso na concretização de compromissos - Desempenho Continental

- 3.1 Para o Relatório de Revisão Bienal de 2021, 51 dos 55 Estados-membros submeteram os seus relatórios nacionais validados às suas respectivas CER. Nomeadamente: 47 países - Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burundi, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Congo Brazzaville, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mauritânia, Maurícias, Marrocos, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Sudão do Sul, Sudão, Suazilândia, Togo e Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe.
- 3.2 Os quatro Estados-membros que não conseguiram cumprir a data e a hora limite e que, por conseguinte, não têm pontuação no relatório são: Maurícias, Sarauí, São Tomé e Príncipe, e Somália. Dois destes Estados-membros - as Ilhas Maurícias e Sarauí - apresentaram dados/relatórios em formatos que não puderam ser incluídos na base de dados electrónica (e-BR).
- 3.3 O relatório da Terceira Revisão Bienal apresenta algumas conclusões interessantes que apontam para a necessidade de acelerar a implementação do CAADP para construir um sistema alimentar africano resiliente. Dos 51 Estados-membros que relataram progressos na implementação da Declaração de Malabo durante o ciclo de Revisão Bienal de 2021, apenas um país, nomeadamente o Ruanda, está em vias de atingir de alcançar os compromissos de Malabo no âmbito do CAADP até 2025. Um facto notável é que este número é inferior aos quatro (4) Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta em 2019 durante o segundo ciclo de revisão bienal, e 17 no ciclo de Revisão Bienal inaugural. Embora os restantes 50 Estados-membros não estejam em vias de atingir a meta, 21 deles são considerados como tendo progredido bem, tendo pontuado 5 ou mais, mas menos do que o valor de referência 7,28 neste ciclo de Revisão Bienal de 2021, tal como apresentado nos números em cor azul num Quadro de Resultados da Transformação Agrícola Africana (AATS) no início do Capítulo 7. É também importante notar que o valor de referência para os ciclos de revisão bienal aumentou de 3,96 em 10 em 2017 para 6,66 em 2019 para 7,28 em 2020, e este valor de referência aumentará progressivamente até ao ano de medição de 2024.
- 3.4 A pontuação global para toda a África é de 4,32. Embora esta pontuação seja superior à pontuação global de 4,03 para o ciclo de Revisão Bienal de 2019, o continente ainda não está em vias de cumprir o Compromisso de Malabo no âmbito do CAADP até 2025.

#### *Compromisso 1: Novo compromisso com os princípios e valores do processo do CAADP*

- 3.5 No âmbito do processo do CAADP, os Estados-membros da UA têm de demonstrar empenho nos ideais e princípios do CAADP e seguir os processos relevantes do CAADP. Este compromisso exige que os Estados-membros alcancem 100% da sua realização até 2018. De um modo geral, ao contrário da revisão bienal de 2019, em que apenas dois (2) dos quarenta e nove (49) Estados-membros que comunicaram estavam em vias de cumprir este compromisso, neste período de apresentação de relatórios, três (3) dos cinquenta e um (51) Estados-membros que relataram este indicador estão em vias de cumprir este compromisso Malabo. Estes Estados-membros são: Ruanda, Tanzânia e Zimbabwe. Isto representa uma melhoria do progresso, de cerca de 2% dos pontos da Revisão Bienal de 2019.
- 3.6 Este compromisso é acompanhado por três indicadores específicos. Todos os três indicadores são destacados neste relatório (Índice de Conclusão do Processo do CAADP; Existência e qualidade do órgão de coordenação multisectorial e de múltiplos intervenientes no sector; e Políticas baseadas em provas, instituições de apoio e recursos humanos correspondentes).

- 3.7 O primeiro indicador acompanha a conclusão dos processos nacionais do CAADP. O marco de 2020 para este indicador foi alcançado por 31 dos 51 Estados-membros que apresentaram relatórios. Isto implica que mais cinco (5) Estados-membros alcançaram a meta para este indicador em 2021, quando comparado com os resultados de 2019. O desempenho médio dos Estados-membros que não cumpriram a meta de 2020 é de 52,9% (contra uma meta de 100%).
- 3.8 O segundo indicador procura reforçar a coordenação multisectorial entre as partes interessadas para melhorar a implementação do CAADP em prol de resultados, através do estabelecimento de um órgão de coordenação funcional multisectorial e de múltiplos intervenientes. Dos cinquenta e um (51) Estados-membros que apresentaram relatórios, dez (10) Estados-membros (República Centro Africana, Comores, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Namíbia, Ruanda, Tanzânia, Zâmbia, e Zimbabué) atingiram o objectivo de 100%. Outros seis (6) Estados-membros (Argélia, Benim, Líbia, Níger, Seicheles e Sudão) tiveram uma pontuação inferior a 50%, o que implica que devem ser aplicados mais esforços nesses Estados-membros para atingir este indicador. A conclusão é que embora muitos Estados-membros tenham registado melhorias, o progresso não foi suficientemente robusto para cumprir as metas estabelecidas para o relatório da Revisão Bienal de 2021 sobre este indicador.
- 3.9 O terceiro indicador acompanha os progressos alcançados pelos Estados-membros para assegurar que existem políticas baseadas em provas, instituições de apoio e correspondentes recursos humanos essenciais para impulsionar os investimentos através dos NAIP para atingir os objectivos e metas articulados na Declaração de Malabo. Dos 51 que reportaram sobre este indicador, apenas onze (11) Estados-membros (Benim, Congo, Guiné Equatorial, Eritreia, Gâmbia, Mali, Marrocos, Ruanda, Tanzânia, Tunísia e Zimbabué) atingiram a meta de 100% para 2020. Trata-se do dobro do número de Estados-membros que atingiram este objectivo em 2019 (seis Estados-membros), mas ainda muito abaixo dos 29 Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta em 2017.
- 3.10 Trinta e um (33) Estados-membros, representando 64,7% dos Estados-membros que reportaram sobre este terceiro indicador, pontuaram entre 50% e 99,91% e, por conseguinte, mostraram grandes esforços no sentido de atingir este objectivo. Contudo, os dados revelam que oito (8) Estados-membros (15,7%) com pontuações inferiores a 50% não estão em vias de atingir a meta de desenvolver o ambiente político favorável e as capacidades institucionais e funcionais necessárias para um planeamento e implementação mais rigorosos dos planos de investimento do sector agrícola, que são fundamentais para a concretização da Declaração de Malabo. Os 8 Estados-membros são: Argélia, Chade, Comores, Jibuti, Líbia, Serra Leoa, Eswatini e Sudão do Sul. Embora muitos Estados-membros mostrem melhorias, é necessário avançar para atingir os objectivos até 2025.

### *Compromisso 2: Melhoria do Financiamento do Investimento na Agricultura*

- 3.11 Os Chefes de Estado e de Governo africanos comprometeram-se a reforçar o financiamento do investimento público e privado na agricultura. Este compromisso é acompanhado por seis indicadores específicos sobre as despesas com a agricultura, por parte do governo, doadores e sector privado, e sobre o aumento do acesso aos serviços financeiros por pequenos agricultores. Desempenho em dois dos indicadores i) despesas do governo na agricultura e ii) acesso dos agricultores aos serviços financeiros, são destacados neste relatório.
- 3.12 No total, apenas quatro Estados-membros (Egipto, Eswatini, Seychelles, e Zâmbia) dos 51 que comunicaram sobre esta área temática de melhoria do financiamento do investimento na agricultura, apesar de ser um factor essencial de transformação agrícola, estavam em vias de atingir a meta. Trata-se de uma melhoria, uma vez que nenhum país estava no caminho certo no último período de revisão deste indicador.

- 3.13 O primeiro indicador destacado neste relatório é sobre as despesas públicas agrícolas como parte do total das despesas públicas, que se destinam a 10%. Os Estados-membros afectaram a despesa pública à agricultura a várias taxas que vão de 0,1% a 10%. Apenas quatro Estados-membros atingiram o objectivo neste 3º ciclo de Revisão Bienal. Os quatro, que representam 8% dos 51 Estados-membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, são : Burundi, República Democrática do Congo, Etiópia e Mali.
- 3.14 O segundo indicador destacado neste relatório é sobre o aumento do acesso e utilização de serviços financeiros pelos pequenos agricultores para fins de transacção de negócios agrícolas (compra de insumos, maquinaria, tecnologias de armazenamento, etc.). O acesso dos agricultores ao financiamento continua a ser um enorme desafio em todo o continente, uma vez que apenas dois Estados-membros (Egipto e Seychelles), representando 5% dos 40 que apresentaram relatórios, estão em vias de atingir a meta de 100%. Não há alterações no número de Estados-membros que ultrapassaram o objectivo em comparação com o anterior da Revisão Bienal. O desempenho global foi baixo, com mais de 50% dos Estados-membros que reportam atingir um valor inferior a 30% neste indicador.
- 3.15 O reforço do financiamento do investimento na agricultura, especialmente nas despesas públicas na agricultura, é um instrumento fundamental para os governos africanos conseguirem a segurança alimentar, reduzirem a pobreza, aumentarem a resiliência e a saúde ambiental. Assim, os Estados-membros devem dar mais ênfase a este compromisso, aumentando os investimentos públicos na agricultura e criando ambientes propícios para aumentar os investimentos do sector privado e dos doadores no sector, bem como o sistema agro-alimentar.

### *Compromisso 3: Erradicar a Fome até 2025*

- 3.16 No que diz respeito ao compromisso de erradicar a fome até 2025, os Estados-membros da União Africana comprometeram-se a melhorar o acesso a factores e tecnologias agrícolas, aumentar a produtividade agrícola, reduzir as perdas pós-colheita, melhorar a segurança alimentar, reduzir a insegurança alimentar e nutricional, e melhorar a cobertura de protecção social para os grupos vulneráveis. Durante o terceiro ciclo de Revisão Bienal, globalmente, o Quénia é o único país que está em vias de atingir a meta com uma pontuação de 6,40 em relação a este compromisso (o valor de referência para este compromisso é de 6,32 em 10). O compromisso é acompanhado por 21 indicadores específicos, 12 dos quais são destacados neste relatório.
- 3.17 A utilização de fertilizantes na produção de culturas aráveis é um determinante importante do rendimento global e da produtividade da terra, especialmente tendo em conta o baixo estatuto nutricional da maioria dos solos africanos. O objectivo de desempenho era assegurar uma utilização mínima de pelo menos 50kg/ha. Dos 51 Estados-membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, apenas 5 Estados-membros (Egipto, Etiópia, Marrocos, Seychelles e Tunísia) estavam em vias de atingir a meta de 2020, ou seja, já estão a utilizar 50kg de fertilizante por hectare. Uma análise atenta da pontuação global mostra que 13 Estados-membros registaram alguns progressos no sentido de atingir o valor de referência (com uma pontuação de 5 a 9,99, de um total de 10). Isto implica que 33 Estados-membros ainda estão a utilizar menos de 25 kg de fertilizante por hectare. Contudo, o uso baixo ou sub-ótimo de fertilizantes na agricultura de culturas aráveis no continente constitui um grande obstáculo à erradicação da fome e à obtenção de um sistema alimentar resiliente. Recomenda-se que os Estados-membros implementem políticas e planos para facilitar o acesso físico e económico dos pequenos agricultores aos fertilizantes na mistura certa e no momento certo.
- 3.18 O acesso à tecnologia de irrigação e outras soluções de gestão de água agrícola é indispensável para a construção de um sistema alimentar resiliente num contexto de produtividade em declínio e de elevada variabilidade climática. O objectivo de desempenho era aumentar a dimensão das áreas irrigadas em

100% em 2025, a partir da linha de base de 2015. Dos 43 Estados-membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, 11 foram considerados como estando em vias de atingir a meta de 7,5 para 2020: Angola (10), Camarões (10), República da África Central (10), Chade (10), Eritreia (10), Etiópia (10), Gâmbia (10), Libéria (9.19), Namíbia (10), Ruanda (7.55) e Serra Leoa (10). A avaliação de 2020 mostra que a maioria dos Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta na revisão anterior tinha diminuído, excepto a República Centro-Africana e a Eritreia. Isto demonstra a necessidade de os Estados-membros implementarem planos sustentáveis para expandir as áreas sob irrigação. Os Estados-membros são aconselhados a planear e desenvolver a sua agenda de gestão da água agrícola de acordo com as suas peculiaridades técnicas, agro-ecológicas e socioculturais específicas.

- 3.19 O acesso aos insumos agrícolas é fundamental para aumentar os rendimentos e a produtividade na agricultura e a procura da África para erradicar a fome até 2025. Por exemplo, as cadeias de valor das sementes de qualidade melhoram a segurança alimentar e nutricional, a resiliência e a subsistência dos pequenos agricultores. Isto deve-se ao aumento da disponibilidade e utilização de sementes de qualidade de variedades novas, melhoradas e preferidas na altura certa, em misturas e volumes correctos de produtos/ sementes, impulsiona o crescimento agrícola e os meios de subsistência dos agricultores necessários para alimentar de forma sustentável uma população crescente num clima em mudança. Dos 18 Estados-membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, dez (10) Estados-membros estavam em vias de atingir a meta, com uma pontuação superior a 5 e igual ou inferior a 10: Gana (10), Gabão (10), Gana (10), Lesoto (10), Malawi (10), Maurítânia (10), Nigéria (8.06), Ruanda (10), Togo (10) e Zimbabwe (6.75). Os outros nove (9) não estavam no caminho certo (Benim, Quênia, Mali, Marrocos, Níger, Tunísia, Uganda e Zâmbia). A alta qualidade e o fornecimento óptimo de insumos agrícolas continua a ser indispensável para se conseguir uma maior produtividade de um sistema alimentar resiliente e, por conseguinte, a necessidade de pôr em prática processos regulamentares adequados, e permitir políticas e quadros legais que facilitem o acesso aos insumos.
- 3.20 O acesso a serviços de consultoria de qualidade na produção agrícola é importante em todos os segmentos relevantes do sistema alimentar. Os serviços de consultoria constituem um contributo essencial para a produção que pode limitar a eficiência do sistema alimentar e construir resiliência. Um total de 42 Estados-membros apresentou um relatório sobre este indicador, dos quais apenas sete (7) Estados-membros estavam em vias de atingir a meta de 2020 de 10: Botswana, Egipto, Marrocos, Seychelles, Tunísia, Zâmbia e Zimbabwe (todos com uma pontuação de 10). É evidente que a maior parte dos Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta na revisão anterior também estão em vias de atingir a meta na revisão de 2020. Esta é uma indicação de um sistema de serviços de aconselhamento agrícola consolidado nos Estados-membros. É necessário reforçar o sistema público de aconselhamento agrícola e incentivar a participação do sector privado na partilha de informação agrícola com os actores do sistema alimentar dos Estados-membros que não estavam em vias de atingir a meta. Os Estados-membros precisam também de utilizar a tecnologia digital (CI) apropriada para melhorar a prestação de serviços de consultoria agrícola inclusiva. Um sistema funcional de funcionários de extensão agrícola é fundamental para assegurar a entrega fiável e atempada de insumos de qualidade e certificados que cheguem aos agricultores.
- 3.21 A despesa em investigação agrícola em percentagem do PIB agrícola é uma medida dos investimentos públicos em investigação agrícola por parte dos Estados-membros. O objectivo é aumentar o nível de investimentos em investigação agrícola para o desenvolvimento para pelo menos 1% do PIB agrícola do período de 2015 a 2025. Um total de 42 Estados-membros reportou sobre este indicador, dos quais 21 estavam em vias de atingir a meta de 5 para 2020: Botswana (9,25), Burkina Faso (5,02), Burundi (10), Cabo Verde (9,89), Camarões (5,29), Congo (10), Jibuti (8,88), Egipto (8,53), Gabão (6,04), Gana (10), Lesoto (6. 0), Libéria (5,02), Maurícias (10), Marrocos (9,18), Namíbia (8,75), Ruanda (7,97), Seicheles (10), Sudão (10), Togo (5,62), Tunísia (10) e Zimbabwe (9,75). Isto implica que os sete (7) Estados-membros que obtiveram uma pontuação de 10, já estão a investir pelo menos 1% do seu PIB agrícola em investigação agrícola. Isto mostra uma grande melhoria em relação à revisão anterior, na qual apenas 4 Estados-membros estavam em

vias de atingir a meta. Além disso, com excepção das Maurícias, todos os Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta na revisão anterior também estão em vias de atingir a meta na presente revisão. Esta é uma indicação do compromisso de financiamento por uma maior consciência e da necessidade de financiar de forma sustentável a investigação agrícola para o desenvolvimento.

- 3.22 O objectivo de Malabo para a proporção de agregados familiares de agricultores com propriedade ou direitos de terra garantidos é de 100% até 2018. Portanto, o marco de 2020 para esse indicador é uma pontuação máxima de 10. A propriedade de direitos garantidos a terras agrícolas proporciona o incentivo para aumentar os investimentos em práticas de melhoria de terras para uma gestão sustentável de terras. Construir a saúde do solo é importante para alcançar um sistema de alimentos resiliente. Como tal, o acesso seguro às terras agrícolas incentivará os agricultores a fazer investimentos a longo prazo em práticas sustentáveis de gestão das terras, tendo como pano de fundo a diminuição da fertilidade dos solos e da produtividade das terras. Dos 38 Estados-membros que apresentaram relatórios, apenas o Egipto foi considerado como estando em vias de atingir a meta, com uma pontuação de 10. A implicação disto é que a maioria dos pequenos proprietários não têm acesso seguro a terras agrícolas. Por conseguinte, é necessário que os Estados-membros ponham em prática uma política de posse da terra para facilitar os direitos garantidos dos agregados familiares de agricultores às terras agrícolas.
- 3.23 O objectivo continental de aumentar a produtividade agrícola, como parte dos esforços para erradicar a fome em África até 2025, é que cada Estado-membro da UA duplique a taxa de crescimento, concentrando-se nos rendimentos de cinco produtos prioritários nacionais até 2025. Apenas sete (7) Estados-membros estavam no bom caminho no que diz respeito ao cumprimento do marco de 2020 para o aumento dos rendimentos; nomeadamente, Burundi (54,03%), Gâmbia (74,89%), Ruanda (93,87%), Seicheles (180,70%), Serra Leoa (105,45%), Uganda (51,16%). Zimbabwe (78,7%) e Burundi (83,6%). É digno de salientar que o Uganda estava no bom caminho para todos os três parâmetros avaliados em termos de produtividade agrícola.
- 3.24 A redução das perdas pós-colheita é uma forma eficiente de aumentar a disponibilidade e a qualidade dos alimentos sem exercer pressão adicional sobre o ambiente e a economia para produzir mais alimentos. Dos 20 Estados-membros que comunicaram dados sobre as perdas pós-colheita em produtos de base prioritários, 11 estão em vias de cumprir o marco de 2020 para reduzir as perdas pós-colheita em, pelo menos, 25%. A África do Sul e o Quénia registaram progressos notáveis na redução das perdas pós-colheita acima da meta de Malabo de 50% (99,88% e 63,16%, respectivamente). As reduções das perdas pós-colheita efectuadas por outros Estados-membros no trajecto incluem o Uganda (48,86%), o Senegal (44,98%), a 41,76 do Marfim (Costa do Marfim %), o Ruanda (25,82%), Angola (37,72%), Gana (34,22%), Níger (29,44%), Madagáscar (28,98%) e Tanzânia (28%). Dado o grande número de Estados-membros que não comunicaram o conjunto de dados necessários sobre este indicador, a recomendação é que os Estados-membros criem capacidades não só para reduzir as perdas pós-colheita, mas também para estimar e comunicar de forma fiável as perdas nos diferentes segmentos da fase pós-colheita.
- 3.25 Quanto ao compromisso de afectar nos orçamentos nacionais, rubricas orçamentais que ascendem a 100% das necessidades totais de 2015 a 2025, para apoiar iniciativas de protecção social, e para fazer face a eventuais catástrofes e emergências com implicações na segurança alimentar e nutricional, apenas três Estados-membros, nomeadamente, Angola (100%), Quénia (100%) e Marrocos (100%), estão no bom caminho em relação aos 41 Estados-membros que forneceram dados. Vinte e três Estados-membros não estão no bom caminho, mas estão a mostrar progressos no sentido de atingir a meta em 2025. Estes incluem, Botswana (52,34%), Burundi (87,28%), República Democrática do Congo (49,92%), Egipto (96,23%), Eswatini (89,92%), Etiópia (95,25%), Gabão (82,53%), Gâmbia (53,47%), Guiné (60,22%), Malawi (88,92%), Mali (87,09%), Mauritânia (97,09%), Namíbia (98,82%), Ruanda (77,07%), Seicheles (54,29%), Serra Leoa (97,55%), África do Sul (97,58%), Sudão (58,35%), Tanzânia (61,15%), Tunísia (66,23%), Uganda (84,87%), Zâmbia (58,64%) e Zimbabwe (52,68%). Treze Estados-membros, nomeadamente, Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, República Centro

Africana, Chade, Costa do Marfim, Gana, Lesoto, Moçambique, Níger, Nigéria, Senegal e Togo não estão em vias de alcançar este compromisso. A implicação é que eles têm sistemas de segurança fracos para cuidar dos segmentos mais vulneráveis da população em casos de desastres/emergências.

- 3.26 A fome e a subnutrição são as principais causas da pobreza e do subdesenvolvimento em África, causando saúde precária, baixos níveis de energia e deficiências mentais, tudo levando a uma baixa produtividade e baixo nível educacional. Apesar disso, o objectivo continental de reduzir a proporção da população subnutrida para 5% ou menos, até ao ano 2025, ainda não foi totalmente atingido. Dos 22 Estados-membros que comunicaram progressos neste indicador, apenas 13 Estados-membros estão em vias de alcançar, incluindo Burundi (76%), Camarões (100%), Egipto (100%), Etiópia (100%), Gâmbia (99%), Gana (59%), Mali (91%), Marrocos (100%), Moçambique (67%), Senegal (64%), Tunísia (100%), Zâmbia (64%) e Zimbabué (100%). Além disso, o objectivo continental de reduzir a prevalência do atraso de crescimento (% de crianças com menos de 5 anos) para 10% ou menos, ainda não foi atingido. Dos 23 Estados-membros que comunicaram progressos na redução do atraso de crescimento, apenas quatro (4) Estados-membros, nomeadamente, Jibuti (52%) Seychelles (100%), Tunísia (100%), e Zimbabue (100%), estão em vias de alcançar. Dezanove Estados-membros não estão em vias de alcançar: Benim, Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Egipto, eSwatini, Gâmbia, Gana, Quénia, Libéria, Malawi, Mali, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Nigéria.
- 3.27 A segurança alimentar afecta a segurança alimentar e a nutrição, além da saúde pública e do comércio. Os Estados-membros da UA comprometeram-se a seguir os indicadores relativos à segurança alimentar desde o ciclo de Revisão Bienal de 2019. Dos 51 Estados-membros que comunicaram dados sobre os seus sistemas de segurança alimentar, 46 estão em vias de cumprir o marco para 2020. Na verdade, o Egipto, o Quénia, o Mali, Marrocos, Namíbia, Níger, Ruanda, Seychelles, Tunísia, E a Tanzânia foi o grande desempenho ao adoptar mais de 90% dos elementos necessários dos sistemas de segurança alimentar. No entanto, dado o desempenho inferior dos Estados-membros nos indicadores que medem os impactos da segurança alimentar na saúde pública e no comércio, com apenas 12 Estados-membros ((Angola (38,76%), Burundi (34,07%), RDC (42,42%), Eswatini (51,05%), Gâmbia (57,22%), Mauritânia (25,12%), Moçambique (16,89%), Nigéria (15,43%), Serra Leoa (31,85%), Togo (38,08%), Zâmbia (37,00%), e Zimbabue (39,10%)) atingiram a meta global para o Índice de Segurança Alimentar em África, e apenas um Estado-membro (Mali com - 87,77%) atingiu o Índice de Comércio de Segurança Alimentar. É importante que os Estados-membros implementem as políticas, leis e programas (sistemas de segurança alimentar) em vigor e reduzam o impacto adverso dos alimentos inseguros para tornar a sua agricultura e sector alimentar mais competitivos, mas também para recolher dados sobre os impactos da segurança alimentar na saúde e no comércio.

#### ***Compromisso 4: Reduzir a pobreza para a metade através da agricultura até 2025***

- 3.28 *Reduzir a pobreza para a metade através da agricultura até 2025* A redução da pobreza através do desenvolvimento agrícola continua a ser um dos principais objectivos dos Estados-membros da UA. Em 2021, dois (8) Estados-membros (Gana (6.0) e Marrocos (6.4)) de cinquenta e um (51) que relataram este tema estavam no bom caminho, em comparação com sete (7) de quarenta e três (43) e vinte e sete (27) de trinta e nove (39) que relataram em 2019 e 2017, respectivamente. Apenas um (1) Estado-membro conseguiu estar em vias de alcançar a meta nas três rondas: Gana.
- 3.29 *Taxa de crescimento agrícola.* Um dos compromissos duradouros dos Estados-membros da União Africana desde Maputo e reiterado na Declaração de Malabo é a obtenção de uma taxa mínima de crescimento de 6% do valor acrescentado agrícola por ano para reduzir significativamente a pobreza. Dos cinquenta e um (51) Estados-membros que comunicaram a taxa de crescimento do indicador do valor acrescentado agrícola, vinte e um (21) estão em vias de alcançar uma taxa de crescimento anual de pelo menos 6%, com uma pontuação de 10 em cada 10; estes são Angola, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Jibuti, República Democrática do Congo, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quénia, Libéria, Malawi, Moçambique,

Níger, Senegal, Serra Leoa, Sudão e Uganda. Trata-se de um aumento significativo em relação ao 2º período abrangido pelo relatório de Revisão Bienal (2019), em que apenas três Estados-membros (Angola, Gabão e Libéria) estavam em vias de alcançar este objectivo. Este desempenho também compara-se favoravelmente com o período inaugural do relatório de Revisão Bienal (2017), no qual dezoito (18) Estados-membros tinham alcançado uma taxa de crescimento de pelo menos 6% e, por conseguinte, estavam em vias de alcançar o objectivo.

- 3.30 *Percentagem de jovens que estão envolvidos em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor da agricultura.* África representa actualmente cerca de 19% da população jovem global e prevê-se que esta percentagem aumente 42% até 2030. Dos trinta e quatro Estados-membros que apresentaram relatórios, dezassete (17) estavam em vias de atingir a meta de 2020 de pelo menos 5% de jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor da agricultura. Estes países são Burkina Faso, República Democrática do Congo, Gana, Quênia, Malawi, Mali, Mauritânia, Tanzânia, Marrocos, Benim, Nigéria, Uganda, Chade, Burundi, Zâmbia, Camarões e Costa do Marfim,
- 3.31 . Os quatro Estados-membros que não estavam em vias de atingir a meta de 2020 em 2019, mas que agora cumprem a meta de 2020 são a República Democrática do Congo, o Quênia, a Nigéria e o Uganda.
- 3.32 *Proporção de mulheres rurais que têm poder no sector agrícola.* A participação das mulheres na agricultura é limitada por vários obstáculos, como o acesso à terra, às finanças e aos mercados. Os Estados-membros comprometeram-se, por conseguinte, a aumentar a proporção de mulheres rurais com poderes na agricultura para 20% até 2025 (tomada de decisões, acesso a recursos produtivos, controlo da utilização do rendimento, liderança na comunidade e atribuição de tempo para o lazer). Dos cinquenta e um (51) Estados-membros que apresentaram relatórios em 2021, dez (10) estavam em vias de atingir um marco de 2020 com uma pontuação de 7 em 10. Estes Estados-membros incluíam: Gana (10), Ruanda (10), Egipto (10), Gâmbia (10), Etiópia (10), Tunísia (10), Togo (10), Gabão (10), Eswatini (7,5) e Marrocos (7,1)
- 3.33 . Embora este desempenho tenha sido uma melhoria em relação ao ano de referência de 2019, em que apenas oito (8) Estados-membros estavam em vias de atingir a meta, ainda há um retrocesso no desempenho em comparação com o ano de referência de 2017, em que 16 estavam em vias de atingir a meta.

### ***Compromisso 5: Impulsionar o comércio intra-africano de produtos de base e serviços agrícolas***

- 3.34 O objectivo do CAADP de impulsionar o comércio intra-africano é triplicar o comércio intra-africano de bens e serviços agrícolas até ao ano 2025. Para atingir este objectivo, os Estados-membros comprometeram-se a realizar duas áreas de desempenho: (1) aumentar significativamente o valor do comércio de produtos agrícolas e de serviços em África e (2) criar um ambiente favorável ao comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços.
- 3.35 Para o período 2021 de Revisão Bienal, a pontuação global continental foi de 2,44 contra uma meta de 5,0, o que implica que o continente não estava em vias de atingir a meta para esta área de compromisso. No entanto, é de salientar que o continente está quase a meio caminho para este objectivo. Por conseguinte, esta é uma perspectiva encorajadora de continuar a melhorar o ambiente favorável ao comércio entre os Estados-membros, a fim de atingir o objectivo.
- 3.36 Dos 51 Estados-membros que apresentaram relatórios sobre este indicador, apenas quatro (4) estavam em vias de atingir a meta (Botswana, Nigéria, Senegal, e Serra Leoa). Ao nível da categoria de desempenho, o continente teve melhor desempenho no PC 5.2 na criação de políticas e condições institucionais para o comércio (3,98) do que no comércio em si (0,98). Apenas três (3) Estados-membros estavam em vias de atingir a meta no PC 5.1 sobre a *triplicação do comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços*: Nigéria (5.55), Senegal (10) e Serra Leoa (9.76). No PC 5.2 relativo à *criação de um ambiente favorável ao comércio*, dezoito (18) Estados-membros estavam em vias de atingir a meta: Angola (5.96), Botswana (5.44), Burquina Faso (5.43), Egipto (5.63), eSwatini (5.92), Guiné Equatorial (5.50), Etiópia (5.39), Gâmbia (5.25), Gana (5.14), Quênia (5.58), Namíbia (6.01),

Nigéria (7.50), Ruanda (5.48), Senegal (5.40), África do Sul (5.15), Tunísia (5.32), Uganda (5.39) e Zâmbia (7.12). Com base nestes resultados, é evidente que embora muitos Estados-membros estejam a alcançar progressos significativos na melhoria do ambiente comercial global através da construção de infra-estruturas, da redução dos custos do comércio, da facilitação, entre outros, das viagens através de acordos de isenção de vistos/visos à chegada, é necessário envidar mais esforços para assegurar que mais comércio intra-africano tenha lugar.

- 3.37 A nível regional, nenhuma das regiões estava em vias de atingir este indicador. Entretanto, os resultados mostraram desempenho misto em todas as regiões. A região da África Ocidental alcançou a pontuação mais alta (3.27), seguida pela região da África do Norte (2.42), a região da África Austral (2.12), a região da África Oriental (2.12) e a região da África Central (1.45). Por conseguinte, só a região da África Ocidental é que ultrapassou a metade do objectivo nesta área de compromisso. É de salientar que, em comparação com a Revisão Bienal de 2019, as regiões da África Ocidental, África Austral, África Oriental e Central regrediram em relação ao relatório anterior, tendo pontuado respectivamente 4,09, 2,91, 2,51 e 2,19 em 2019. Por outro lado, a região do Norte de África registou um progresso, acima de uma pontuação inicial de 1.61 em 2019.
- 3.38 Por conseguinte, é necessário intensificar os esforços para melhorar e facilitar mais o comércio de produtos agrícolas e serviços entre os Estados-membros, especialmente no contexto da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

#### *Compromisso 6: Aumentar a Resiliência à Variabilidade Climática*

- 3.39 Este compromisso é crítico no contexto do tema do terceiro relatório de revisão bienal, que é *Acelerar a implementação do CAADP para um sistema alimentar africano resiliente*. O compromisso de aumentar a resiliência à variabilidade climática visa ajudar a melhorar a capacidade de resiliência das famílias aos riscos climáticos e meteorológicos, e criar um investimento permanente na construção da resiliência.
- 3.40 No total, 15 Estados-membros (dos 51 Estados-membros que apresentaram relatórios sobre o Compromisso), representando 29% dos Estados-membros que apresentaram relatórios, estão em vias de alcançar este Compromisso. Os 15 Estados-membros que estão actualmente em vias de atingir a meta são: Burundi (8.44), Cabo Verde (9.47), Camarões (8.43), Egipto (8.60), Etiópia (8.90), Gâmbia (9.64), Gana (9.69), Lesoto (9.62), Malawi (8.09), Mali (10), Marrocos (10), Namíbia (8.33), Ruanda (9.70), Seicheles (8.33) e Zimbabwe (8.76).
- 3.41 Este compromisso é acompanhado através de três indicadores específicos, dois dos quais são destacados no presente relatório. Os indicadores destacados são: parte das terras agrícolas sob práticas de gestão sustentável da terra, e existência de rubricas orçamentais governamentais para responder às necessidades de despesas em iniciativas de construção de resiliência. O terceiro indicador sobre a percentagem de agregados familiares de agricultores, pastores e pescadores que melhoraram a sua capacidade de resistência aos choques climáticos e meteorológicos não é referido devido à falta de dados.
- 3.42 Um total de 16 Estados-membros (Burundi, Cabo Verde, Camarões, Egipto, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Lesoto, Mali, Marrocos, Namíbia, Ruanda, Seychelles, Uganda, e Zâmbia) estão a seguir o indicador sobre a quota de terras agrícolas sob gestão sustentável da terra e da água, incluindo práticas de agricultura inteligente do ponto de vista climático.
- 3.43 O desempenho dos Estados-membros no indicador da existência de rubricas orçamentais governamentais para responder às necessidades de despesas em iniciativas de reforço da resiliência é informativo no contexto do impacto da pandemia de doença do coronavírus no investimento dos governos em iniciativas de reforço da resiliência. Isto é ainda mais instrutivo quando comparado com relatórios de Revisão Bienal anteriores em que apenas Marrocos estava em vias de atingir a meta no segundo relatório de Revisão Bienal, e as Maurícias foram o único Estado-membro em vias de atingir a meta no relatório inaugural de Revisão Bienal sobre o Compromisso de aumentar a resiliência à variabilidade climática.

- 3.44 Por conseguinte, recomenda-se que os Estados-membros da UA melhorem e sustentem o investimento em iniciativas de construção de resiliência com especial atenção para as medidas destinadas a aumentar a quota de terra sob práticas de gestão sustentável da terra e da água, com vista a melhorar os meios de subsistência e o sistema alimentar no continente.

### *Compromisso 7: Melhoria da Responsabilidade Mútua pelas Acções e Resultados*

- 3.45 Este compromisso é acompanhado através de três indicadores específicos (Índice de capacidade para gerar e utilizar dados estatísticos e informação agrícola; existência de mecanismos e plataformas institucionalizados inclusivos para a responsabilização mútua e revisão pelos pares; e apresentação do Relatório Bienal do País). No total, dos cinquenta e um (51) Estados-membros que apresentaram relatórios sobre este compromisso, onze (11) Estados-membros (Mali, Etiópia, Ruanda, Marrocos, Mauritânia, Tanzânia, Tunísia, Senegal, Gana, Botswana e África do Sul) estão em vias de atingir a meta. Em comparação com a anterior Revisão Bienal em que doze (14) dos quarenta e nove (49) Estados-membros estavam em vias de atingir a meta, os resultados da Revisão Bienal de 2021 implicam uma redução de sete (7) pontos percentuais no desempenho continental em relação a este compromisso.
- 3.46 O primeiro indicador visa a criação de mecanismos e *sistemas para medir, acompanhar e apresentar relatórios sobre o desempenho* dos Estados-membros no que diz respeito ao progresso dos principais compromissos acordados. Dos cinquenta e um (51) Estados-membros que apresentaram um relatório, dezassete (17) (Angola, Botswana, Burundi, Burkina Faso, Egipto, Eswatini, Etiópia, Gana, Mali, Mauritânia, Marrocos, Ruanda, Senegal, Seicheles, África do Sul, Tanzânia e Tunísia) obtiveram cada um a pontuação mínima de 5 a ser cumprida. Em comparação com o anterior (2019) período de revisão bienal em que vinte e dois (22) Estados-membros estavam em vias de atingir a meta, isto representa um decréscimo de cerca de 11,6 pontos percentuais.
- 3.47 O segundo indicador centra-se na *existência de mecanismos e plataformas institucionalizadas inclusivas para a responsabilização mútua e revisão pelos pares*. Quinze (15) Estados-membros (Benim, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger, Ruanda, Serra Leoa, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe,) atingiram a meta de 100% neste indicador. Isto representa um retrocesso de três Estados-membros em relação à Revisão Bienal de 2017 onde 18 Estados-membros estavam em vias de atingir a meta, mas é uma melhoria em relação à Revisão Bienal de 2019 onde apenas treze (13) Estados-membros estavam em vias de implementação deste indicador.
- 3.48 Com 51 Estados-membros a apresentar relatórios em relação a este indicador, verifica-se uma melhoria significativa na taxa de apresentação de relatórios, considerando que apenas 32 Estados-membros apresentaram relatórios em relação a este indicador no processo de Revisão Bienal de 2017, enquanto apenas 49 Estados-membros apresentaram relatórios no processo de Revisão Bienal referente a 2019. No entanto, muitos Estados-membros devem trabalhar mais arduamente para estabelecer estas plataformas, uma vez que apenas 15 (29%) atingiram o objectivo de 100%.
- 3.49 O terceiro indicador visa monitorizar a *apresentação dos relatórios da Revisão Bienal*. Um total de cinquenta e um (51) Estados-membros apresentaram relatórios sobre o indicador para mostrar os progressos na apresentação de um relatório bienal regular por país para a Assembleia da UA, contra 49 em 2019, e 32 em 2017. Dos 51 Estados-membros que reportaram este indicador, nenhum está em vias de atingir a meta este indicador, mas 28 Estados-membros (Burundi, Quénia, Gana, Mali, Tanzânia, Uganda, Serra Leoa, Malawi, Etiópia, Mauritânia, Chade, Zimbabwe, Nigéria, Tunísia, Eswatini, Costa do Marfim, Togo, Ruanda, Ruanda, Madagáscar, Benim, Gâmbia, Marrocos, Sul do Sudão, Libéria, Guiné, República Centro-Africana, e Namíbia) estão mais perto de atingir a meta para este indicador, tendo pontuado perto de 100%. A melhoria dos sistemas de dados pode resultar rapidamente em melhorias no desempenho continental deste indicador.

### 3.B. Evolução do desempenho dos Estados-membros entre as três rondas do processo de revisão bienal

#### Evolução do desempenho global pelos Estados-membros

3.50 No geral, apenas (1) país (Ruanda) manteve-se estável em todos os 3 ciclos de relatórios de Revisão Bienal. No entanto, embora apenas um (1) Estado-membro esteja em vias de atingir a meta em 2021, mais vinte e quatro (24) dos Estados-membros melhoraram as suas pontuações em comparação com as de 2019. Nomeadamente: Botswana (+48%), Camarões (+9%), Jibuti (+42%), República Democrática do Congo (+34%), Guiné Equatorial (+15%), Eswatini (+37%), Etiópia (+14%), Gabão (+25%), Gâmbia (+12%), Quênia (+15%), Lesoto (+22%), Libéria (+29%), Malawi (+11%), Mauritânia (+1%), Moçambique (+2%), Namíbia (+21%), Nigéria (+5%), Seicheles (+9%), África do Sul (+41%), Tanzânia (+21%), Tunísia (+1%), Uganda (+4%), Zâmbia (+9%) e Zimbabwe (+13%).

#### Desenvolvimentos nos Estados Membros em relação ao desempenho por compromisso

##### *Compromisso 1: Novo compromisso com os princípios e valores do processo do CAADP*

3.51 Em 2021, dois Estados-membros (Ruanda e Tanzânia) mantiveram-se consistentemente em vias de atingir a meta em todos os três ciclos de relatórios de Revisão Bienal. Apenas o Zimbabwe passou da situação de não estar em vias de atingir a meta no ciclo de Revisão Bienal anterior para estar em vias de atingir a meta em 2021. No entanto, em 2021, vale a pena notar que Estados-membros como o Zimbabwe, Guiné-Bissau, Namíbia, Eritreia, Guiné Equatorial, Botswana e Gâmbia fizeram progressos significativos em relação a 2019.

##### *Compromisso 2: Melhoria do Financiamento do Investimento na Agricultura*

3.52 Em comparação com 2019, em que nenhum Estado-membro estava em vias de atingir a meta, dos cinquenta e um (51) Estados-membros que apresentaram relatórios sobre este compromisso, quatro (4) Estados-membros (Egipto, Eswatini, Seychelles e Zâmbia) estão em vias de atingir a meta. Três (3) Estados-membros (Egipto, Seychelles e Eswatini) que estavam em vias de atingir a meta em 2017, todos recuperaram e continuaram no bom caminho em 2021. Vale a pena mencionar que os seguintes Estados-membros registaram alterações positivas significativas nas suas respectivas pontuações para este compromisso: Libéria, Botswana, Libéria, Gabão, Ruanda e Tunísia. No entanto, mais de 50 % dos Estados-membros (26) registaram uma diminuição do seu desempenho relativamente a este compromisso. Globalmente, ao longo dos três períodos de relatório de Revisão Bienal, o desempenho dos Estados-membros neste compromisso tem sido bastante sombrio. Dada a importância do aumento dos investimentos públicos e privados na transformação da agricultura africana, é urgente que os Estados-membros abordem o problema do acesso inadequado ao financiamento para o sector agrícola.

##### *Compromisso 3: Erradicar a Fome até 2025*

3.53 *Apenas* um (1) Estado-membro, ou seja, o Quênia (6.40), cumpriu a referência relativa a este compromisso (6.32). Mesmo o Uganda, que estava em vias de atingir a meta em 2019, não conseguiu manter a sua posição em 2021. Contudo, Estados-membros como Angola (4,46), Gâmbia (4,90), Etiópia (4,62), Ruanda (5,43), Uganda (4,99), e Zimbabwe (4,97) fizeram progressos positivos assinaláveis.

#### ***Compromisso 4: Reduzir a pobreza para a metade através da agricultura até 2025***

3.54 Em 2021, nove (9) dos cinquenta e um (51) Estados-membros em comparação com nove (9) dos quarenta e nove (49) e vinte e sete (27) Estados-membros dos quarenta e sete (47) que estavam em vias de atingir a meta em 2019 e 2017, respectivamente. Apenas três (3) Estados-membros conseguiram estar em vias de atingir a meta em todos os três ciclos de apresentação de relatórios: Gana, Mali e Ruanda. Contudo, dos nove (9) Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta nos anteriores processos de Revisão Bienal, quatro (Benim, Burundi, Costa do Marfim e Serra Leoa) não conseguiram manter as suas pontuações acima do valor de referência em 2021. Cinco Estados-membros (Burkina Faso, Egípto, Marrocos, Nigéria e Tanzânia) passaram de não estar em vias de atingir a meta em 2019 para estar em vias de atingir a meta em 2021.

#### ***Compromisso 5: Impulsionar Comércio intra-africano de produtos de base e serviços agrícolas***

3.55 Em 2021, provavelmente devido ao efeito da COVID-19 no comércio, apenas cinco (5) Estados-membros (Botswana, Jibuti, Nigéria, Senegal, e Serra Leoa) estavam nem vias de atingir a meta em comparação com vinte e nove (29) em 2019. Apenas a Nigéria e o Senegal permaneceram consistentemente em vias de atingir a meta ao longo dos três ciclos de relatórios de Revisão Bienal.

#### ***Compromisso 6: Melhoria do Resiliência à Variabilidade Climática***

3.56 Ao longo dos três períodos de relatório de Revisão Bienal (2017, 2019 e 2021), apenas quatro (4) Estados-membros (Burundi, Cabo Verde, Marrocos e Ruanda) conseguiram manter-se em vias de atingir a meta. Além dos quatro Estados-membros acima referidos, entre os onze (11) Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta no anterior de Revisão Bienal (2019), quatro (4) Estados-membros: nomeadamente, Etiópia, Gana, Mali e Seychelles permaneceram no em vias de atingir a meta em 2021. Trinta e dois (32) Estados-membros melhoraram a sua pontuação neste tema de desempenho entre 2019 e 2021. Na sequência da pandemia da COVID-19, é imperioso que os Estados-membros aumentem a resistência dos meios de subsistência e dos sistemas de produção à variabilidade climática e a outros riscos relacionados.

#### ***Compromisso 7: Melhoria do Responsabilização Mútua por Acções e Resultados***

3.57 Em 2021, oito (8) Estados-membros (Mali, Ruanda, Marrocos, Mauritânia, Tanzânia, Senegal, Gana e África do Sul) estão consistentemente em vias de atingir a meta ao longo dos três ciclos de apresentação de relatórios relativos à Revisão Bienal. Contudo, seis (6) Estados-membros (Burkina Faso, Malawi, Zâmbia, Burundi, Gâmbia e Guiné) com progressos substanciais em comparação com o relatório anterior de Revisão Bienal incluem a Etiópia, Botswana, Líbia e Comores.

## **DESEMPENHO REGIONAL E CONTINENTAL**

### **4A. África Central**

4.1 Existem oito Estados-membros nesta região, nomeadamente: Camarões, República Centro-Africana, Chade Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe. Sob a coordenação conjunta da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), todos os Estados-membros, excepto São Tomé e Príncipe (STP), apresentaram os seus relatórios bienais, representando uma taxa de 87,5%, apesar do contexto da COVID-19 com vários constrangimentos nos países. É de salientar que o caso

de STP é motivo de preocupação, uma vez que o país não participou no ciclo de Revisão Bienal anterior. A pontuação média para a região é de 3,33, em comparação com um valor de referência de 2020 de 7,28. Apesar de indicar que a região não está em vias de atingir a meta dos Compromissos de Malabo no âmbito do CAADP, mesmo que faça um ligeiro progresso em comparação com a pontuação de 2019 (3,22), a Região da África Central não está em vias de atingir a meta de todos os indicadores.

- 4.2 Mesmo que a Região da África Central não esteja em vias de atingir a meta para nenhuma das sete áreas de compromisso do CAADP, registou um ligeiro progresso na maioria dos indicadores. As áreas em crescimento mais significativas são a dimensão dos regadios a partir do seu valor do ano 2000 (258,2% para os Camarões, 116,0% para o Chade), a qualidade da coordenação multisectorial e de múltiplos intervenientes (243,2% para a República Centro-Africana), as políticas baseadas em provas, as instituições de apoio e os correspondentes recursos humanos (120,2% para o Congo), o valor acrescentado agrícola por terra arável (109,1% para a RDC), a qualidade da coordenação multisectorial e de múltiplos intervenientes (102,5% para a Guiné Equatorial) e o fornecimento de insumos agrícolas de qualidade às necessidades totais de insumos para produtos agrícolas (114,3% para o Gabão). Quatro países (Camarões, RDC, Guiné Equatorial e Gabão) registaram um aumento significativo dos seus resultados (entre 9 e 34%). A pontuação diminuiu entre 0,3 e 41% para três países (Chade, República Centro-Africana e Congo).
- 4.3 O desempenho da região no comércio intra-africano de bens e serviços agrícolas continua a ser um grande desafio com uma pontuação de 1,45. Este resultado global é equilibrado por políticas comerciais intra-africanas e por condições institucionais com uma pontuação individual de 2,91 em comparação com a pontuação mínima de 2021 de 5.
- 4.4 A erradicação da fome continua com uma pontuação de 1,73, o que é também um grande desafio para a região. As acções empreendidas para reduzir as perdas pós-colheita parecem não produzir os resultados esperados. Além disso, a produtividade agrícola e a segurança alimentar e nutricional são muito lentas na região, com uma pontuação de 1,29 e 1,90, respectivamente.
- 4.5 O desempenho da região na erradicação da pobreza através da agricultura também permanece baixo devido à participação das mulheres marginais no agro-negócio, com uma pontuação de 1,25 e PPPs de baixa inclusão para cadeias de valor de mercadorias, com uma pontuação de 1,75.
- 4.6 Relativamente a todos os parâmetros do indicador relacionados com o financiamento do investimento na agricultura, o desempenho da região é ainda muito baixo, em particular o acesso ao financiamento e as despesas públicas para a agricultura, com pontuações de 1,17 e 3,44, respectivamente, em comparação com a pontuação mínima de 10 em 2020. O investimento do sector privado nacional na agricultura e o investimento do sector privado estrangeiro na agricultura estão a ter um fraco desempenho, com uma pontuação de 1,86 e 1,25, respectivamente, em comparação com a pontuação mínima de 5.
- 4.7 Portanto, como colectivo, a região deve prestar atenção a todas as áreas dos Compromissos de Malabo no âmbito do CAADP. Deverá aumentar o financiamento do investimento na agricultura, melhorar o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas, empenhar-se em acções fortes para combater a fome e erradicar a pobreza através de uma agricultura sustentável. Uma vez que alguns indicadores não são bem comunicados, a região deveria melhorar o sistema de recolha de dados em cada país.

## 4B. África Oriental

- 4.8 Esta região é composta por 13 Estados-membros, nomeadamente: Burundi, Comores, Jibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Ruanda, Seicheles, Somália, Sul do Sudão, Sudão, Tanzânia, e Uganda. A região é coordenada conjuntamente pela Comunidade da África Oriental (CAO), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). Todos os Estados-membros, com excepção da Somália, apresentaram os seus relatórios.
- 4.9 No geral, a região obteve uma pontuação de 4.56, bem abaixo da referência de 2020 de 7.28. Apenas um país, o Ruanda com uma pontuação de 7.43, está no caminho certo para cumprir os compromissos de Malabo.
- 4.10 Semelhante ao segundo ciclo de revisão bienal, a região da África Oriental não está em vias de atingir de cumprir qualquer uma das sete áreas de compromisso de Malabo. A região precisa de prestar uma atenção crítica a todas as áreas de compromisso se quiser cumprir os objectivos da Declaração de Malabo até 2025.
- 4.11 A região deve prestar especial atenção ao compromisso de reforçar o financiamento do investimento na agricultura, no qual ainda nem sequer atingiu a metade quando avaliada em relação ao marco de referência de 2020. Ao contrário do segundo ciclo de revisão bienal, a região também não se encontrava em nenhuma das categorias de desempenho das sete áreas de compromisso. Quando avaliada face aos valores de referência de 2020, a região teve um desempenho particularmente fraco em: promoção do acesso e utilização de serviços financeiros por pequenos agricultores; promoção da utilização de insumos agrícolas rentáveis e de qualidade, incluindo sementes de culturas melhoradas, bem como produtos pecuários e da pesca, irrigação e mecanização para aumentar a produtividade agrícola; promoção de iniciativas para melhorar o estado nutricional das crianças e das mulheres e a segurança alimentar; sustentação do crescimento do sector agrícola, assegurando uma maior contribuição para o PIB e para a redução da pobreza; e promoção de iniciativas que facilitem a entrada e participação preferencial das mulheres em oportunidades de negócio agrícola lucrativas e atractivas. Além disso, a região teve um fraco desempenho na promoção do comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas. Apesar do fraco desempenho global, vale a pena notar que a região fez bons progressos na adopção do processo do CAADP, incluindo a criação de mecanismos de responsabilização mútua e o reforço da resistência à variabilidade climática e outros choques.

## 4C. África do Norte

- 4.12 Esta região tinha seis Estados-membros, nomeadamente: Argélia, Egipto, Líbia, Mauritânia, Marrocos, E a Tunísia, coordenada pela União do Magrebe Árabe (UMA), enquanto Comunidade Económica Regional (REC), para este terceiro processo de Revisão Bienal. Todos estes Estados-membros da região registaram progressos. Estes Estados-membros e as suas respectivas pontuações no período abrangido pelo presente relatório são: Argélia (1,47); Egipto (6,52); Líbia (1,14); Mauritânia (5,40); Marrocos (6,89) e Tunísia (6,28). É encorajador saber que Marrocos e a Tunísia fizeram progressos significativos no sentido de alcançar o compromisso de Malabo.

- 4.13 Durante este 3º ciclo de Revisão Bienal, foi envidado um grande esforço de comunicação para sensibilizar os Estados-membros. Além disso, apesar do contexto da COVID-19, todos os Estados-membros da região puderam apresentar os seus relatórios. Contudo, os Estados-membros são encorajados a melhorar a eficácia dos seus sistemas nacionais, para que possam fornecer dados abrangentes e atempados para futuros ciclos de Revisão Bienal.
- 4.14 O relatório de progresso global mostra que a região não está em vias de atingir a meta com uma pontuação de 4,62 considerando o marco de referência de 2020 de 7,28. No entanto, a pontuação regional foi aumentada de 2,65 no ciclo de Revisão Bienal de 2019 para 4,62; tornando-a o aumento de desempenho mais acentuado por qualquer outra região.
- 4.15 O Norte de África não está em vias de atingir a meta em nenhuma das áreas de compromisso de Malabo e só está em vias de atingir a meta em 3 das 23 categorias de desempenho (investimento interno do sector privado na agricultura, parceria público-privada inclusiva para cadeias de valor de mercadorias, e capacidade do país para implementação de planeamento baseado em provas e monitorização e avaliação).
- 4.16 O desempenho abismal da região nos compromissos para erradicar a fome, a pobreza através da agricultura, o aumento do comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e a construção de resistência à variabilidade climática, reforça a necessidade de planear e orientar a transformação agrícola para um sistema alimentar resiliente.
- 4.17 A República Sarauí foi apoiada directamente pela CUA e não pôde apresentar os seus dados e relatórios dentro do prazo estipulado.

#### 4D. África Austral

- 4.18 Esta região tem doze (12) Estados-membros, nomeadamente: Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Eswatini, Zâmbia e Zimbabwe. No âmbito da coordenação conjunta da SADC e do COMESA, todos estes Estados-membros, com exceção das Maurícias, apresentaram os seus relatórios, representando uma taxa de submissão de 92%. A pontuação média global para a região é de 4.11, o que indica que a região não está em vias de atingir de cumprir os compromissos de Malabo no âmbito do CAADP quando avaliada em relação à referência de 7.28 para 2020. Isso também representa uma queda de 3.5% no desempenho quando comparado ao Revisão Bienal de 2019 para o bloco. Entre os onze (11) Estados-membros, nenhum está em vias de atingir a meta, o que representa uma diminuição de 66,7% em relação ao número de Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta na Revisão Bienal inaugural, mas não representa qualquer alteração em relação ao FE de 2019.
- 4.19 A África Austral, enquanto região, não está em vias de atingir a meta em nenhum dos sete compromissos de Malabo na Revisão Bienal de 2021. Enquanto que estava em vias de atingir a meta em relação a quatro compromissos na Revisão Bienal inaugural, também não estava em vias de atingir a meta em relação a nenhum dos compromissos na Revisão Bienal de 2019. No entanto, a região empreendeu esforços consideráveis nos compromissos sobre Responsabilidade Mútua por Acções e Resultados, Resiliência à Variabilidade Climática, Compromisso com o Processo do CAADP, e Comércio intra-africano de Bens e Serviços Agrícolas em que os Estados-membros alcançaram conjuntamente cerca de metade dos marcos necessários para alcançar esses temas.
- 4.20 Os Estados-membros com sistemas de gestão de dados agrícolas relativamente bons produziram melhores relatórios para o processo de revisão bienal. Em segundo lugar, o alinhamento e a implementação de políticas e programas baseados nos princípios do CAADP contribuíram para um melhor desempenho dos Estados-membros (cumprindo as metas bienais estabelecidas no processo do Malabo/CAADP e o desempenho do sector agrícola), tal como demonstrado pelo facto de cinco (5) Estados-membros (Zimbabwe Zâmbia, Moçambique, Malawi, Botswana) estarem no bom caminho no que diz respeito à implementação do indicador do Processo do CAADP. Em terceiro lugar, a redução da volatilidade dos preços dos alimentos contribuiu para o bom desempenho do comércio intra-regional na região (nove Estados-membros estão em vias de atingir a meta; Botswana, Madagáscar, África

do Sul, Zâmbia, Moçambique, Angola, Eswatini, Lesoto e Namíbia). Além disso, a adesão à responsabilidade mútua também contribuiu para um forte desempenho (três Estados-membros estão em vias de atingir a meta; Malawi, Zâmbia e Zimbabwe). Finalmente, o Lesoto e o Zimbabwe atingiram o marco necessário na existência de rubricas orçamentais governamentais para responder às necessidades de despesas em iniciativas de reforço da resiliência, enquanto cinco (5) Estados-membros (Lesoto, Zâmbia, Namíbia, Malawi e Madagáscar) estão em vias de atingir a meta da quota de terras agrícolas sob práticas de gestão sustentável da terra.

- 4.21 Considerando o baixo desempenho na Erradicação da Pobreza através da Agricultura, financiamento do investimento na agricultura e fim da fome, a região precisa de considerar o seguinte: primeiro, deve aumentar a despesa pública com a agricultura; depois, aumentar o acesso dos agricultores aos insumos e tecnologias agrícolas. A região deve também aumentar o investimento na criação de resiliência, investir em tecnologia de armazenamento pós-colheita para limitar a perda pós-colheita, reforçar os sistemas de recolha e gestão de dados agrícolas para assegurar que todos os objectivos e metas da Declaração de Malabo sejam comunicados no futuro; trabalhar para atrair mais investimentos públicos e privados de alta qualidade no sector agrícola que melhorem e sustentem o desempenho do sector agrícola para a erradicação da fome e a redução da pobreza; promover a domesticação da Declaração de Malabo e metas nos seus NAIPs. É igualmente crítico que a região continue a abrir-se ao comércio intra-regional, utilize mercados estruturados e acrescente valor aos seus produtos a fim de aumentar os rendimentos do comércio na região e reduzir a pobreza.

#### 4E. África Ocidental

- 4.22 A região tem 15 Estados-membros, nomeadamente: É igualmente fundamental que a região continue a abrir-se ao comércio intra-regional, utilize mercados estruturados e acrescente valor aos seus produtos a fim de aumentar os rendimentos do comércio na região e reduzir a pobreza. A taxa de apresentação aumentou de 93% (para a Revisão Bial inaugural) para 100% para o segundo período e 100% para a actual Revisão Bial. A pontuação média para a região é de 4,75, o que indica que a região não está em vias de atingir a meta para cumprir os compromissos de Malabo no âmbito do CAADP quando avaliada em relação ao valor de referência de 7,28 para 2021.
- 4.23 Embora a região não esteja em vias de atingir a meta e o seu desempenho tenha diminuído 3% em comparação com as últimas Revisões Bienais, foram alcançados progressos assinaláveis, olhando para o meio dos anos-alvo (2017-2025). Dos 15 Estados-membros, embora nenhum esteja em vias de atingir a meta devido ao valor de referência estabelecido para o ano do relatório, cinco (5) fizeram progressos assinaláveis ao pontuarem entre 5,13 e 6,66 e estes Estados-membros são o Mali, Gana, Gâmbia, Nigéria, Burkina Faso e Senegal.
- 4.24 Em termos de progresso, a África Ocidental obteve 8,2 em 10 no compromisso um (1), 3,1 em 10 no compromisso dois (2), 2,9 em 10 no compromisso três (3), 3,3 em 10 no compromisso quatro (4), 3,3 em 10 no compromisso cinco (5), 5,9 em 10 no compromisso seis (6) e 6,9 em 10 no compromisso sete (7). Os dois compromissos dois (Financiamento do investimento na Agricultura e três (Acabar com a fome) são os dois compromissos que mostram desempenhos muito baixos.
- 4.25 Apesar dos desafios, durante esta terceira revisão, alguns Estados-membros da CEDEAO cumpriram os compromissos 4, 5, 6 e 7, respectivamente.
- 4.26 Quatro (4) dos 15 Estados-membros da CEDEAO (Burkina Faso, Gana, Mali e Nigéria) estão em vias de atingir a meta para erradicar a pobreza através da Agricultura. Na sequência do segundo processo de revisão bial, a CEDEAO e os Estados-membros destacaram esta como uma das áreas fundamentais a melhorar, tendo sido criados vários mecanismos a nível regional e nacional para melhorar esta situação. Várias políticas e estratégias foram desenvolvidas e dirigidas aos Estados-membros para implementação, em grande parte estratégia de contribuição para a CEDEAO.

- 4.27 A Nigéria, o Senegal e a Serra Leoa estão em vias de triplicar o comércio intra-africano de produtos e serviços, mantendo a coerência da segunda Revisão Bienal. O bom desempenho da região no comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços pode ser atribuído a vários mecanismos de facilitação do comércio, incluindo a aplicação da livre circulação de pessoas e regulamentações de mercadorias na região da CEDEAO.
- 4.28 Cabo Verde, Gâmbia, Gana e Mali estavam em vias de atingir a meta no compromisso 6, que é a resistência à variabilidade climática, enquanto o Gana, Mali e Senegal estavam em vias de atingir a meta no compromisso 7, sendo a responsabilidade mútua enquanto que a maioria dos Estados-membros estava em vias de atingir a meta na categoria de desempenho do compromisso 7.
- 4.29 Apesar das muitas áreas a melhorar, a região deve prestar especial atenção às seguintes categorias de desempenho: (i) Investimento do Sector Privado Nacional na Agricultura; (ii) Investimento do Sector Privado Estrangeiro na Agricultura; (iii) Acesso ao financiamento, e (iv) Erradicar a fome. Infelizmente, o acesso ao financiamento está a surgir repetidamente em dois períodos de relatório.
- 4.30 Portanto, foram formuladas as seguintes recomendações: (i) Aumentar a despesa pública agrícola como parte da despesa pública total; (ii) Proporcionar um ambiente favorável que facilite a actividade empresarial com vista a aumentar a relação entre o investimento do sector privado nacional e o investimento público na agricultura; (iii) Assegurar o aumento da proporção de homens e mulheres envolvidos na agricultura com acesso a serviços financeiros, a fim de incentivar a participação de jovens e mulheres nas cadeias de valor agrícola; e (iv) Promover estratégias que aumentem a taxa de redução das perdas pós-colheita, a fim de aumentar a segurança alimentar e reduzir a fome.

#### 4F. Desempenho Continental

- 4.31 De um modo geral, o continente continua a não estar no caminho certo para alcançar os compromissos da Declaração de Malabo, obtendo uma pontuação média global de 4.32. Com a referência relativamente mais elevada de 7.28 a ter de estar em vias de atingir a meta neste período de relatório, em comparação com 6.66 no período de relatório anterior de 2019, a taxa de progresso no continente parece ter diminuído ainda mais. A diferença entre o desempenho global do continente em comparação com o valor de referência para o período abrangido pelo relatório parece estar a aumentar: a diferença na pontuação de 4,03 e o valor de referência de 6,66 (2,63) em 2019 é um pouco menor do que a do presente período abrangido pelo relatório de uma pontuação de 4,32 e de um valor de referência de 7,28 (2,89). É de notar que a referência para cada período de apresentação de relatórios sucessivos irá aumentar, atingindo o valor máximo de 10 em 2025, uma vez que prevê-se que o continente melhore continuamente o desempenho no sentido de atingir as metas estabelecidas na Declaração de Malabo.
- 4.32 A taxa de progresso mais lenta neste período do relatório reflecte-se em ter apenas um Estado-membro (Ruanda) em vias de atingir a meta, em comparação com quatro no período de 2019 (Gana, Mali, Marrocos, e Ruanda).
- 4.33 O continente teve uma situação de não-participação no período de apresentação do relatório de 2019 para todas as sete áreas de compromisso, e isto não se alterou no período abrangido pelo relatório. No entanto, para as seguintes áreas de compromisso, houve uma melhoria global: Renovação do compromisso no processo do CAADP (Compromisso 1), de 7.29 a 7.28; Erradicar a fome (Compromisso 3) de 2.20 a 2.71; Reduzir a pobreza pela agricultura para metade (Compromisso 4) de 1.81 a 2.69; Resiliência às alterações climáticas (Compromisso 6) de 4.59 a 5.71; Responsabilidade mútua pelas acções e resultados (Compromisso 7) de 5.98 a 6.26.
- 4.34 A pontuação global do continente para o Impulsionamento do Comércio Intra-Africano de Produtos de Base Agrícolas (Compromisso 5) caiu de 2,87 em 2019 para 2,44 no período de apresentação do presente relatório. Como tal, apenas cinco Estados-membros (Senegal (7,70), Nigéria (6,52), Serra Leoa (6,13), e Botswana (5,06) Senegal (7,70), Jibuti (6,69), Nigéria (6,52)) dos 51 no período abrangido pelo presente relatório

foram avaliados como estando em vias de atingir a meta, em comparação com 28 dos 49 Estados-membros que apresentaram relatórios no período anterior.

- 4.35 Quatro Estados-membros (Seicheles (8,87), Egipto (8,5667), Eswatini (8,54), e Zâmbia (8,07)) foram avaliados como estando em vias de atingir a meta para o Financiamento do Investimento na Agricultura (Compromisso 2). Neste período de apresentação do relatório, nenhum Estado-membro despendeu efectivamente pelo menos 10% do total das despesas nacionais na agricultura, em comparação com quatro no período anterior (Burkina Faso, Burundi, Mali, e Mauritânia).

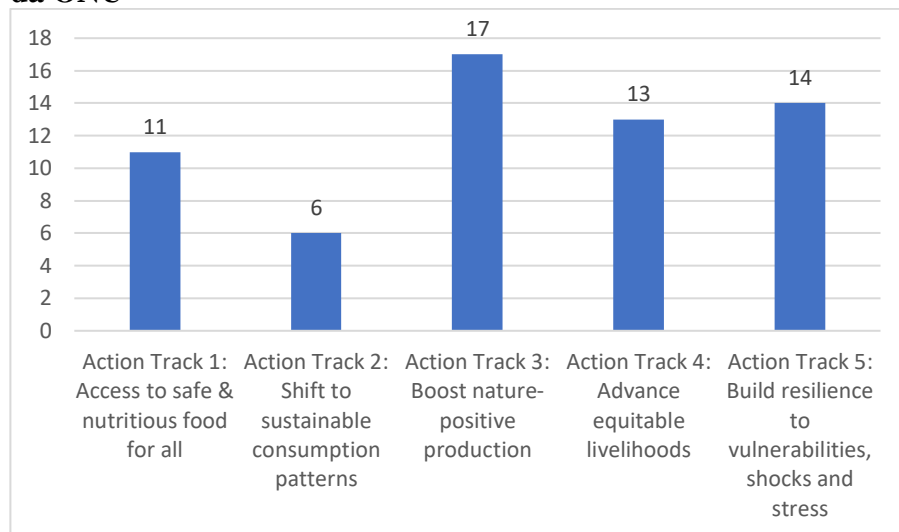
## **DESTAQUES SOBRE “ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CAADP PARA UM SISTEMA ALIMENTAR AFRICANO RESILIENTE”**

### **5A. “Acelerar a implementação do CAADP para um Sistema Alimentar Africano Resiliente”**

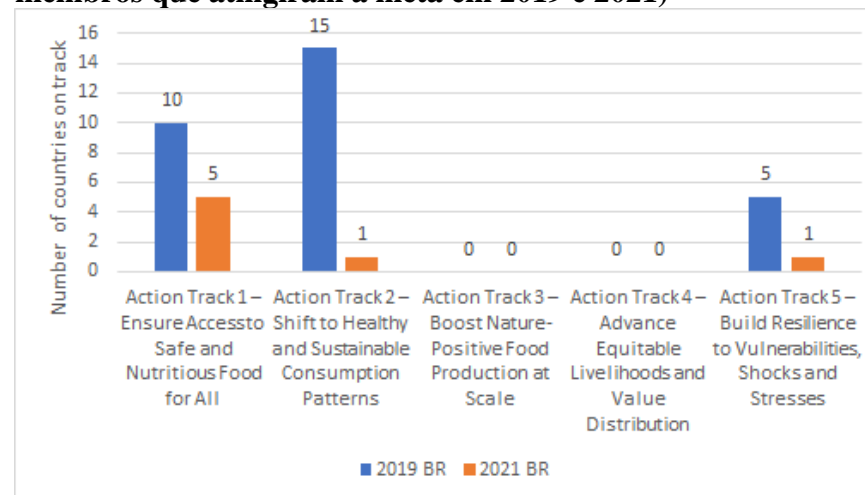
- 5.1 De acordo com o tema do relatório 2021 de Revisão Bienal, os indicadores de Revisão Bienal foram classificados de acordo com as cinco Pistas de Acção da Cimeira da ONU sobre Sistemas Alimentares. A alteração dos indicadores de desempenho entre as Revisões Bienais anteriores e esta Revisão Bienal é analisada para dar uma indicação de como os Estados-membros estão a actuar na transformação dos seus sistemas alimentares. Dos 47 indicadores de desempenho de Revisão Bienal e como ilustrado na Figura 1, onze enquadram-se na Linha de Acção 1 (Acesso a alimentos seguros e nutritivos para todos), seis na Linha de Acção 2 (Mudança para padrões de consumo sustentáveis), dezassete na Linha de Acção 3 (Impulsionar a produção positiva da natureza), treze na Linha de Acção 4 (Avançar para meios de subsistência equitativos), e catorze na Linha de Acção 5 (Criar resistência a vulnerabilidades, choques e *stress*).
- 5.2 A comparação do desempenho (pontuação) nos indicadores com os seus pontos de referência entre o relatório da Revisão Bienal anterior e o actual, cujos resultados estão resumidos na Figura 2, mostra que:
- i) no que diz respeito aos indicadores da linha de acção 1, 10 Estados-membros (Cabo Verde, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Ruanda, Seicheles, Eswatini, Tanzânia, Tunísia e Zimbabwe) estavam em vias de atingir a meta em 2019, em comparação com apenas 5 (Eswatini, Gâmbia, Mali, Tunísia e Zimbabwe) em 2021;
  - ii) Relativamente aos indicadores da Linha de Acção 2, 15 Estados-membros (Burundi, Cabo Verde, Rep. Centro Africana, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Madagáscar, Mali, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Eswatini, Togo, Tunísia, Uganda) estavam em vias de atingir a meta em 2019, em comparação com apenas 1 (Egipto) em 2021;
  - iii) No que diz respeito aos indicadores das vias de acção 3 e 4, nenhum país esteve em vias de atingir a meta em nenhuma das vias de acção e períodos de revisão;
  - iv) Em relação aos indicadores da Linha de Acção 5, 5 Estados-membros (Gana, Mali, Marrocos, Ruanda e Tunísia) em 2019, em comparação com 1 (Ruanda) em 2021.
- 5.3 Estes resultados sugerem que o desempenho de África na transformação dos seus sistemas alimentares diminuiu entre os dois períodos de revisão, o que é consistente com a deterioração geral do desempenho na consecução dos objectivos e metas da Declaração de Malabo.

5.4 Porque a Declaração Malabo no âmbito do CAADP visa posicionar a agricultura como o principal factor de crescimento inclusivo e desenvolvimento económico para assegurar a criação de riqueza, segurança alimentar e nutricional, alívio da pobreza e prosperidade, e resiliência e sustentabilidade, os líderes africanos já estabeleceram as bases para a adopção de uma abordagem de sistemas alimentares para alcançar os seus objectivos de desenvolvimento nacional.

**Figura 1: Número de indicadores de desempenho da Revisão Bienal pelas Linhas de Acção da Cimeira do Sistema Alimentar da ONU**



**Figura 2: Implementação do CAADP pelas Linhas de Acção da Cimeira do Sistema Alimentar da ONU (número de Estados-membros que atingiram a meta em 2019 e 2021)**



5.5 Como tal, o impulso criado pela Cimeira do Sistema Alimentar da ONU é, portanto, uma oportunidade para melhorar substancialmente e acelerar o ritmo de implementação da Agenda de Malabo no âmbito do CAADP. A Revisão Bienal e o AATS podem ser complementados com indicadores adicionais (por exemplo, processamento e distribuição como segmento essencial no sistema alimentar) para melhor fundamentar um planeamento mais abrangente, implementação, e acompanhamento da transformação dos sistemas alimentares africanos.

## 5B. COVID-19 e Sistema Alimentar Africano

5.6 Para avaliar a resiliência do sistema alimentar africano, o sistema de relatórios de Revisão Bienal de 2021 incluiu um inquérito sobre o impacto da COVID-19 e as respostas dos governos. Os resultados do inquérito estão resumidos nesta secção. Em geral, foram recolhidos dados de um total de 51 peritos de 33 Estados-membros. Duas respostas são fornecidas sem indicar (fornecer informações sobre) o país a que pertencem. Os 51 peritos eram principalmente do Ministério da Agricultura nos seus respectivos Estados-membros e ocupam cargos importantes e superiores, incluindo o de Director de Departamento, Conselheiro, Economista Agrícola, Ponto Focal do CAADP, etc.

### Impacto da COVID-19 no sistema alimentar africano

5.7 Conforme ilustrado nas *Figuras 3-10*, o impacto negativo da COVID-19 tem afectado todo o continente. De facto, a COVID-19 resultou na diminuição do acesso a insumos, produção de alimentos, transporte e distribuição de alimentos, processamento de alimentos, comercialização e comércio de alimentos e consumo. Por outro lado, a pandemia resultou num aumento dos preços dos alimentos, não tendo sido relatado qualquer efeito significativo no desperdício de alimentos.

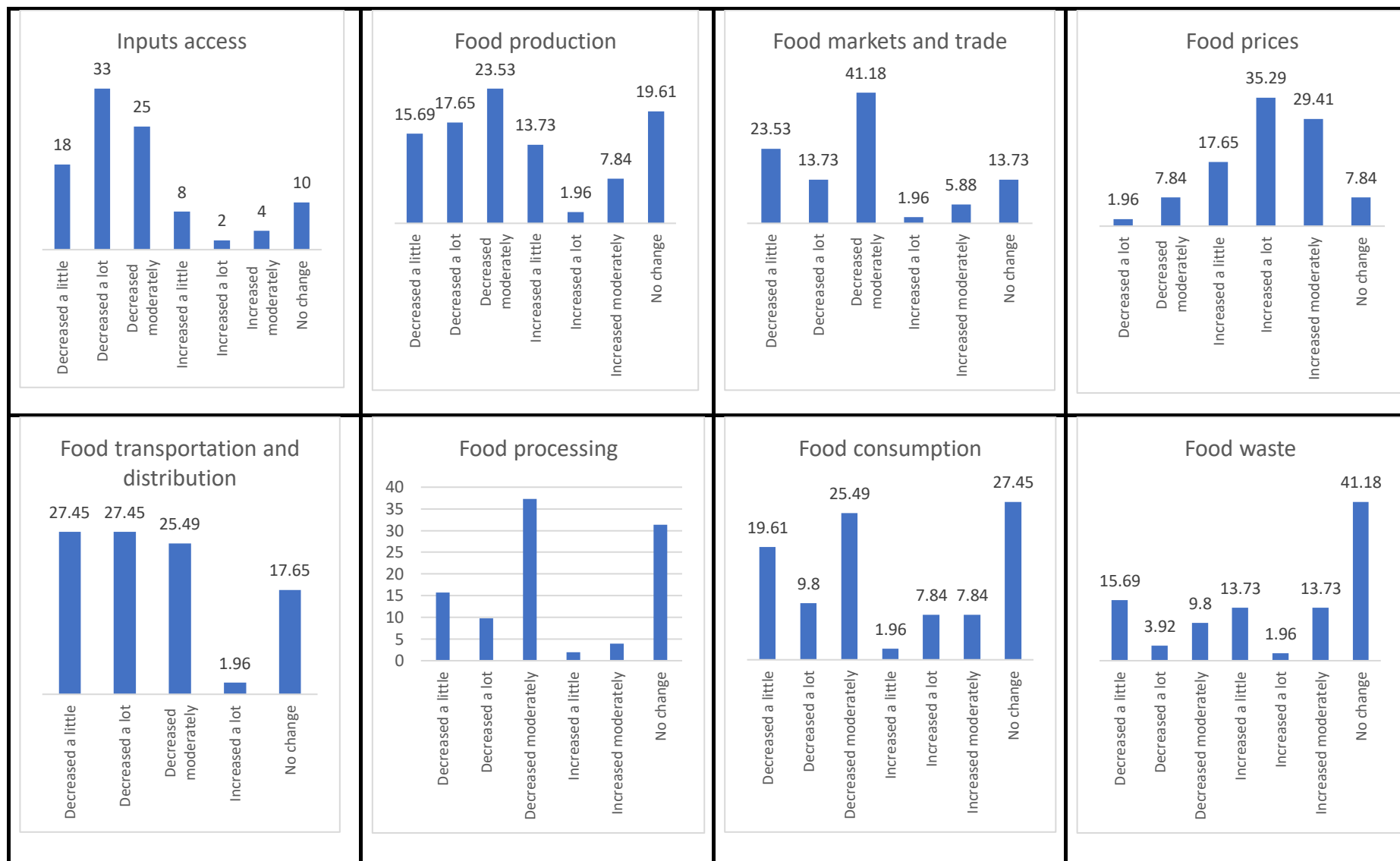
### Respostas regionais à COVID-19

#### *Distribuição de sementes*

5.8 O resultado sugere que os Estados-membros facultaram sementes aos respectivos agricultores, em vez de introduzirem novas políticas de sementes para dar resposta à pandemia da COVID-19. Na verdade, os governos forneceram sementes aos agricultores na maioria dos Estados-membros (73.4%) para atenuar o efeito da COVID-19. No que diz respeito às regiões, perto de 60% dos Estados-membros da África Oriental não se empenharam em fornecer sementes aos agricultores em comparação com as outras regiões em que a maioria dos Estados-membros (75% ou mais) abasteceu sementes. Em dois terços dos Estados-membros inquiridos, os governos não introduziram novas políticas de sementes e a distribuição é praticamente semelhante entre as regiões geográficas. A maioria (87%) dos Estados-membros que introduziram novas políticas de sementes também forneceu sementes aos agricultores.

5.9 A maioria dos inquiridos apercebeu-se de que as respostas dos governos têm sido globalmente eficazes na abordagem do impacto negativo da COVID-19 no sector agrícola. No geral, apenas 18% dos inquiridos consideraram as acções do governo ineficazes. Geograficamente, ao contrário de outras regiões, todos os inquiridos da África Ocidental tinham uma percepção positiva mais elevada das acções governamentais. Isto mostra que a percepção da eficácia do governo não tem sido uniforme em todo o continente

**Figura 3- 10: O impacto negativo da COVID-19 conforme os efeitos sentidos em todo o continente**



### *Distribuição de fertilizantes*

5.10 Em cerca de dois terços dos Estados-membros que apresentaram relatórios, os governos distribuíram fertilizantes aos agricultores para mitigar o efeito da pandemia. No entanto, para a maioria (75%) dos inquiridos da África Oriental, os governos não forneceram fertilizantes aos agricultores da região. No total, cerca de 90% dos Estados-membros, os governos forneceram tanto sementes como fertilizantes aos seus agricultores. Excepto alguns Estados-membros (Burkina Faso, Gâmbia, Níger, Nigéria e Togo) na África Ocidental, a maioria dos Estados-membros não introduziu novas políticas de fertilização para combater o efeito da COVID-19. A maioria dos inquiridos percebeu que a acção governamental em relação aos fertilizantes tem sido boa (58%) ou muito boa (18%).

### *Distribuição de alimentos*

5.11 Na maioria dos casos, em todo o continente, os governos distribuíram alimentos aos consumidores, na sequência da pandemia. Pelo menos 50% dos inquiridos confirmam que os governos introduziram novas políticas alimentares para mitigar o efeito da COVID-19. O resultado mostra uma heterogeneidade geográfica no continente, tendo mais de metade dos Estados-membros da África Ocidental e Austral introduzido novas políticas, enquanto o contrário foi observado nas regiões Centro e Oriental. Globalmente, as acções governamentais foram rotuladas como "fracas" por 40% dos inquiridos na região da África Central e Oriental contra 20% na África Austral e Ocidental.

### *Políticas comerciais (importação e exportação)*

5.12 Dois terços dos inquiridos confirmam que os governos adoptaram medidas comerciais após o início da pandemia. A maior parte do novo apoio comercial emanou de Estados-membros da África Austral e Ocidental. Para além das medidas comerciais, os inquiridos referiram a introdução de novas regulamentações comerciais em vários Estados-membros. Mais de metade dos inquiridos acredita que as acções dos governos na implementação das intervenções de importação e exportação têm sido "boas". De acordo com as conclusões abordadas nas secções anteriores, a proporção dos inquiridos que consideraram as acções governamentais fracas é relativamente mais elevada nos Estados-membros da África Central e Oriental.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

### **6A. Conclusões e principais destaques do Relatório Bienal de Revisão de 2021**

- 6.1 A Declaração de Malabo foi adoptada em 2014. Os Estados-membros da UA deviam ter elaborado Planos Nacionais de Investimento Agrícola (NAIP) até 2018, como instrumentos fundamentais para a implementação de programas que permitissem cumprir os sete Compromissos de Malabo. Infelizmente, até agora, nem todos os Estados-membros adoptaram este processo de forma plena e coerente. Este facto contribuiu significativamente para que o continente não estivesse em vias de atingir a meta dos Compromissos. Há uma necessidade de acção urgente nesta matéria.
- 6.2 A Revisão Bienal (BR) continua a inspirar um amplo interesse e diálogo sobre a transformação agrícola em África, conforme desejado pela Declaração de Malabo. Tanto o processo de Revisão Bienal como o Quadro de Resultados da Transformação da Agricultura em África resultante (AATS), bem como o Painel de Malabo de Revisão Bienal são instrumentos fundamentais para facilitar o mecanismo de revisão pelos pares consagrado nos princípios da UA e na Agenda original da NEPAD.

- 6.3 Ao longo de três ciclos da Revisão Bienal, observou-se que os Estados-membros com sistemas de dados nacionais relativamente avançados que estão bem integrados com outros mecanismos de apresentação de relatórios a nível nacional, regional e global geralmente captam, tratam e processam dados de maior qualidade para produzir relatórios da Revisão Bienal bem fundamentados.
- 6.4 Os resultados do terceiro Relatório de Revisão Bienal indicam que o continente não está em vias de atingir de cumprir os objectivos e metas da Declaração de Malabo até 2025, mas estão a ser feitos progressos positivos. Neste terceiro relatório da Revisão Bienal, apenas um Estado-membro está em vias de atingir a meta, em comparação com 4 Estados-membros em 2019, para 20 Estados-membros no relatório inaugural em 2017. Embora tenham sido feitos progressos globais pelos Estados-membros, o ritmo de progresso é mais lento do que o necessário.
- 6.5 Marrocos, Gana e Mali são os únicos Estados-membros que passaram de uma situação de estar "em vias de atingir a meta" na segunda Revisão Bienal para uma situação de "não estar em vias de atingir a meta" no actual relatório da Revisão Bienal.
- 6.6 Vários Estados-membros não puderam apresentar relatórios sobre alguns indicadores porque não tinham os dados nos seus sistemas agrícolas nacionais. Por exemplo, nesta terceira Revisão Bienal, apenas 20 e 31 Estados-membros foram capazes de apresentar relatórios sobre a redução das perdas pós-colheita e a proporção de mulheres com poder na agricultura, respectivamente, no entanto, estas questões são componentes essenciais na Declaração de Malabo.
- 6.7 É importante notar que embora as alterações climáticas e a variabilidade climática representem uma ameaça significativa à transformação agrícola em África, em geral, o continente não está em vias de atingir a meta em relação aos indicadores relacionados com a resiliência às alterações climáticas, pelo que deve ser dada uma atenção séria a esta questão para assegurar a existência de mecanismos adequados de resposta a estes choques.
- 6.8 Note-se igualmente que, para esta terceira Revisão Bienal, África não está em vias de atingir a meta em qualquer compromisso, mas melhorou ligeiramente de 4,03 na 2ª Revisão Bienal para 4,32 na 3ª Revisão Bienal.

## **6B. Recomendações**

### **Melhorar o Processo de Revisão Bienal e as Capacidades de Dados do País**

- 6.9 Uma forte campanha de comunicação e divulgação deve ser realizada por todos os Estados membros, Comunidades Económicas Regionais e a CUA sobre os resultados da Revisão Bienal. A utilização do Conjunto de Ferramentas de Comunicação da Revisão Bienal no âmbito do CAADP e do Painel de Revisão Bienal deve ser incentivada para permitir aos diferentes interessados ver, observar e reflectir sobre as conclusões deste terceiro ciclo bienal em relação à realização dos Compromissos de Malabo.
- 6.10 Há necessidade de desenvolver e implementar um plano de apoio aos Estados-membros na preparação e ampla divulgação de Resumos de Políticas, bem como notas técnicas para apoiar a tomada de decisões.
- 6.11 Além disso, recomenda-se novamente que os Estados-membros da UA, trabalhando em colaboração com todas as partes interessadas, garantam que os processos de diálogo nacionais sejam convocados para reflectir e discutir os resultados deste terceiro relatório da Revisão Bienal, com vista a dar prioridade e desenvolver respostas políticas e programáticas para acelerar a realização da Declaração de Malabo. Isso foi feito no passado e provou o seu valor.
- 6.12 Além disso, recomenda-se novamente que a UA efectue uma revisão sobre a forma como o Relatório da Revisão Bienal está a ser utilizado pelos Estados-membros desde a primeira Revisão Bienal, para impulsionar a transformação agrícola. Isto é especialmente à luz do facto de os resultados terem mostrado uma diferença crescente entre a pontuação de desempenho continental e a pontuação de referência desde 2017 até ao desempenho continental de 2021.

Estes relatórios analíticos devem ser apresentados e discutidos nos fóruns da UA, incluindo a Plataforma de Parceria do CAADP, o Retiro dos Secretários Permanentes sobre o CAADP, e o Fórum de Aprendizagem de Malabo Pelos Pares.

- 6.13 Nunca é demais sublinhar que o CAADP em geral, e o processo de Revisão Bienal em particular, requer uma liderança política e um compromisso mais fortes e a capacidade necessária a todos os níveis para impulsionar a adesão do governo e das partes interessadas ao financiamento e à implementação das principais recomendações.
- 6.14 Os Estados-membros da UA são instados a conceber, financiar e implementar programas e projectos prioritários cuidadosamente seleccionados para acelerar a realização dos sete compromissos de Malabo. A este respeito, os Estados-membros devem intensificar os esforços para desenvolver e implementar NAIPs de alta qualidade, compatíveis com Malabo. A criação de um historial de boa implementação, apoiado por sistemas de despesas públicas eficientes, também ajudará a aumentar os investimentos adicionais do governo e de vários parceiros.
- 6.15 Os resultados do processo de Revisão Bienal, incluindo as prioridades identificadas, deverão informar futuras parcerias e programação entre as instituições da UA e os Estados-membros, por um lado, e os parceiros, por outro, para garantir especificamente o alinhamento e o compromisso com o processo de Revisão Bienal e o CAADP em geral.
- 6.16 Até à data, o sistema de Responsabilização Mútua do CAADP, levado a cabo através do processo de Revisão Bienal, tem-se baseado na elaboração de relatórios e no envolvimento, em grande parte, dos Estados-membros da UA e das instituições da UA. Este relatório recomenda o reforço dos sistemas de Responsabilização Mútua para incluir a responsabilização por acções e resultados por parte de um leque mais vasto de intervenientes, incluindo o sector privado, organizações de agricultores, organizações da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento.
- 6.17 As Comunidades Económicas Regionais (CER) desempenham um papel fundamental no apoio à produção de relatórios de qualidade dos países em processo de Revisão Bienal dos seus Estados-membros, porque são responsáveis por verificar a exaustividade dos relatórios individuais antes de os enviar para a UA. Como tal, é importante que a capacidade das CER seja reforçada com recursos humanos e financeiros para continuar a desempenhar este papel crítico.
- 6.18 O continente deve acelerar o progresso para a construção de um sistema alimentar africano resistente ao clima.
- 6.19 Os Estados-membros são instados a criar ou melhorar os grupos de compromisso de Revisão Bienal compostos por intervenientes estatais e não estatais para melhorar a qualidade dos debates e a aprovação dos dados de Revisão Bienal.
- 6.20 A emergência da pandemia da COVID-19 despertou a necessidade de dar a devida atenção ao reforço do sistema de dados sobre preparação de risco, protecção social e gestão de emergências em África. Assim, os Estados-membros devem considerar a emergência da pandemia da COVID-19 como um alerta para o reforço dos sistemas de dados sobre preparação de risco, protecção social e gestão de emergências.
- 6.21 Do mesmo modo, as lições da pandemia da COVID-19 devem fundamentar respostas futuras a catástrofes relacionadas com a agricultura, incluindo choques climáticos e de preços. Por conseguinte, os governos em África devem apoiar as instituições estratégicas, parcerias e mecanismos de financiamento que têm sido fomentados para responder a futuros choques com vista à construção de um sistema alimentar africano resistente.

### **Melhorar o Processo de Revisão Bienal e as Capacidades de Dados do País**

- 6.22 Realizar uma avaliação/auditoria externa do processo global de Revisão Bienal para rever a eficácia do sistema de auto-relatos e sugerir medidas para reforçar a qualidade e robustez do processo a todos os níveis: os Estados-membros, CER, instituições da UA e parceiros de desenvolvimento.
- 6.23 Realizar uma análise crítica com vista a encorajar a auto-reflexão sobre o terceiro processo de Revisão Bienal e apresentar um conjunto de lições aprendidas.

- 6.24 Uma vez que é fundamental institucionalizar e integrar algumas operações críticas relacionadas com o processo de Revisão Bienal, os Estados-membros são incentivados a integrar o processo de recolha de dados de Revisão Bienal nos sistemas nacionais e regionais de recolha de dados existentes. Estas melhorias poderiam incluir inovações na metodologia de recolha de dados utilizando novas tecnologias a nível nacional, em formatos padronizados que as tornem compatíveis para ligação ao sistema de Revisão Bienal electrónica da UA.
- 6.25 Vitalizar os processos de Revisão Bienal, NAIP e JSR dentro dos Estados-membros.
- 6.26 A CUA deve elaborar os Termos de Referência para as reuniões de recolha de dados para a Revisão Bienal, reuniões de validação nacionais, até às reuniões e processos de validação regionais, com base nas lições aprendidas para orientar os Estados-membros e Ras CER nos próximos processos do CAADP.
- 6.27 Os Estados-membros da UA e os parceiros técnicos precisam de investir no reforço dos sistemas e capacidades nacionais de dados que lhes permitam gerar dados adequados e de qualidade sobre todos os indicadores do CAADP para sustentar a produção de relatórios da Revisão Bienal de alta qualidade. Isso inclui, mas não se limita a instituir e formar equipas interinstitucionais e multisectoriais para apoiar o processo de Revisão Bienal.
- 6.28 Os parceiros devem atribuir recursos suficientes para apoiar os Grupos de Trabalho Técnicos (GTT) que desenvolvem os relatórios de Revisão Bienal. Em particular, a UA e as CER, apoiadas pelos parceiros técnicos, devem estabelecer uma equipa central que se ocupará especificamente de Revisão Bienal para melhorar a eficiência do processo de Revisão Bienal.
- 6.29 A CUA e as PD devem reforçar as capacidades institucionais nacionais e regionais em matéria de geração e gestão de dados sobre a Revisão Bienal, bem como a produção de dados no período pós-Revisão Bienal.
- 6.30 A UA e os Estados-membros precisam de desenvolver e reforçar mecanismos implementáveis para a aprendizagem entre pares. Uma aprendizagem e intercâmbio bem estruturado entre pares deve ser parte integrante do processo do CAADP.

### Proposta de Prémios da Revisão Bienal de 2021

- 6.31 Para este ciclo de Revisão Bienal, o Ruanda destaca-se, mais uma vez, como o país com melhor desempenho global no continente no que diz respeito à implementação dos sete compromissos da Declaração de Malabo sobre Crescimento Agrícola Acelerado e Transformação para uma Prosperidade Partilhada e Meios de Subsistência Melhorados.
- 6.32 Os seguintes prémios são propostos para reconhecer o desempenho exemplar dos países:
- i) O **Prémio de Ouro da Revisão Bienal de Malabo** para a Melhor Pontuação Global (7,43): para a República do Ruanda;
  - ii) O **Prémio Prata de Revisão Bienal de Malabo** para a Segunda Melhor Pontuação Global (6,89): para o Reino de Marrocos;
  - iii) O **Prémio de Bronze de Revisão Bienal de Malabo** para a Terceira Melhor Pontuação Global (6,66): para a República do Mali;
  - iv) O **Prémio de Revisão Bienal de Malabo de Melhor Pontuação** da revisão anterior (42%): para a República do Jibuti;
  - v) **Menção especial** para o melhor desempenho regional geral para: África Ocidental  
África Ocidental (4.75), África do Norte (4.62), África Oriental (4.56). África Austral (4.11), África Central (3.33)
  - vi) As Menção Especial para o melhor desempenho por Áreas de Compromisso são as seguintes para os Estados-membros que estão em vias de atingir a meta:

<b>Nome Compromisso</b>	<b>Compromisso</b>	<b>Referência</b>	<b>Estados-membros em vias de atingir a meta</b>
Novo compromisso com os princípios e valores do processo do CAADP:	Compromisso 1	10.00	Ruanda (10.0), Tanzânia (10.0) e Zimbábwe (10.0)
Melhoria do Financiamento do Investimento na Agricultura:	Compromisso 2	7.5	Seychelles (8.87), Egipto (8.56), eSwatini (8.54) e Zâmbia (8.07)
Erradicar a fome até 2025:	Compromisso 3	6.32	Quênia (6.40)
Reduzir para metade a pobreza através da agricultura até 2025:	Compromisso 4	5.81	Gana (8.24), Marrocos (7.52), Ruanda (6.95), Tanzânia (6.31), Egipto (6.20), Mali (6.11), Nigéria (5.96), Burkina Faso, (5.90) e Tunísia (5.88).
Impulsionar o comércio intra-africano de produtos de base e serviços agrícolas:	Compromisso 5	5.00	Senegal (7.70), Nigéria (6.52), Serra Leoa (6.13) e Botswana (5.06)
Melhoria do Resiliência à Variabilidade Climática:	Compromisso 6	8.00	Marrocos (10.00), Mali (10.00), Ruanda (9.70), Gana (9.69), Gâmbia (9.64), Lesoto (9.62), Cabo Verde (9.47), Etiópia (8.90), Zimbábwe (8.76), Egipto (8.60), Burundi (8.44), Camarões (8.43). Namíbia (8.33), Seicheles (8.33) e Malawi (8.09).
Melhoria do Responsabilização Mútua por Acções e Resultados:	Compromisso 7	8.33	Mali (9.95), Etiópia (9.93), Ruanda (9.87), Marrocos (9.80), Mauritânia (9.40), Tanzânia (9.39), Tunísia (9.35), Senegal (9.25), Gana (9.07), Botsuana (8.66) e África do Sul (8.42).

## DESEMPENHO E QUADRO DE RESULTADOS

### 7A. Quadros de Resultados de Estados-membros individuais

#### Progreso global de los países en la implementación de la Declaración de Malabo sobre la transformación de la agricultura en África

En comparación con la referencia de 2021 de **7.28 sobre 10**, que es la puntuación mínima para que un país esté en buen camino para alcanzar las metas y los objetivos del CAADP de Malabo para 2025, los países cuyas puntuaciones están marcadas en "verde" están **EN BUEN CAMINO**, los países cuyas puntuaciones están marcadas en "azul" están **HACIENDO UN BUEN PROGRESO** (puntuación de 5 o más sobre 10 pero por debajo del punto de referencia), mientras que los países cuyas puntuaciones están marcadas en "rojo" **NO ESTÁN EN BUEN CAMINO**. Las flechas con los porcentajes indican cuánto ha avanzado el país entre la segunda (2019) y la tercera (2021) ronda de revisión bienal.

Rep. Centroafricana	Chad	Comoras	Congo	Argelia	Angola	Benín	Botswana
2.61 ↓ -41 %	3.88 ↓ -0.3 %	1.50	3.32 ↓ -4 %	1.47	3.77 ↓ -21 %	4.78 ↓ -17 %	4.95 ↑ 48 %
Guinea Ecuatorial	Eritrea	Eswatini	Etiopía	Burkina Faso	Burundi	Capo Verde	Camerún
2.82 ↑ 15 %	3.17 ↓ -19 %	5.73 ↑ 37 %	6.03 ↑ 14 %	5.20 ↓ -2 %	5.63 ↓ -3 %	4.55 ↓ -6 %	4.58 ↑ 9 %
Guinea Bissau	Kenia	Lesotho	Liberia	Côte d'Ivoire	Yibuti	R.D. Congo	Egipto
2.18 ↓ -12 %	5.62 ↑ 15 %	3.98 ↑ 22 %	3.93 ↑ 29 %	4.62 ↓ -4 %	4.00 ↑ 42 %	4.46 ↑ 34 %	6.52
Mauritania	Mauricio	Marruecos	Mozambique	Gabón	Gambia	Ghana	Guinea
5.40 ↑ 1 %	n.d.	6.89 ↓ -1 %	4.14 ↑ 2 %	4.98 ↑ 25 %	5.56 ↑ 12 %	6.61 ↓ -1 %	4.02 ↓ -9 %
Ruanda	Santo Tomé y Príncipe	Senegal	Seychelles	Libia	Madagascar	Malawi	Mali
7.43 ↑ 3 %	n.d.	5.07 ↓ -2 %	4.92 ↑ 9 %	1.14	4.37 ↓ -11 %	5.33 ↑ 11 %	6.66 ↓ -2 %
Sudán	Tanzania	Togo	Túnez	Namibia	Niger	Nigeria	Rep. Á. Saharaui D.
3.32 ↓ -0.3 %	6.14 ↑ 21 %	4.67 ↓ -9 %	6.28 ↑ 1 %	4.08 ↑ 21 %	3.64 ↓ -11 %	5.42 ↑ 5 %	n.d.
				Sierra Leona	Somalia	Sudáfrica	Sudán del Sur
				4.33 ↓ -19 %	n.d.	4.05 ↑ 41 %	2.88 ↓ -0.3 %
				Uganda	Zambia	Zimbabue	Referencia 2021
				5.89 ↑ 4 %	5.55 ↑ 9 %	5.17 ↑ 13 %	7.28

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****81.7%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**-0.6%**

Para a volatilidade dos preços alimentos internos.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****2.5%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**20.1%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**28.6%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**58.3%**

Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.

**29.3%**

Para submissão do Relatório Bial de País

**Recomendações**

- O governo da Argélia precisa aumentar o compromisso do país com o processo do CAADP, bem como melhorar a apresentação do relatório bial de país. O conjunto de dados enviado este ano não permite uma análise completa do perfil do país.
- A taxa de crescimento do tamanho das áreas irrigadas é lenta em comparação com o objectivo deduplicá-la em 2025 com a linha de base de 2000 hectares do ano 350,000. Recomenda-se mais esforços para voltar a estar em vias de atingir a meta.
- A pontuação da despesa pública agrícola como percentagem do valor acrescentado da despesa agrícola é baixa. O governo da Argélia deveria aumentar a afectação do orçamento público ao sector agrícola.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Argélia						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	0.95	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	2.86	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	0.00	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.11	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.43	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	0.66	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.25	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.72	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	5.61	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.87	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	2.91	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.83	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.73	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	2.79	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	0.98	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial de Agricultura	2.93	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					1.47	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****75.3**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**100.0%**

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

**12.4%**

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**103.4%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**162.8%**

Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****12.1%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**3.0%**

proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura

**3.2%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**17.1kg/ha**

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

**42.9%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**Recomendações**

1. Aumentar as dotações orçamentais para os serviços de insumos e de extensão
2. Estabelecer mecanismos institucionalizados inclusivos de responsabilização mútua e revisão pelos pares.
3. Aumentar a dotação orçamental do governo para iniciativas de reforço da resiliência.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Angola						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.22	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.03	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.33	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.98	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.28	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.63	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	4.46	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.53	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	7.54	5.00	Em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.43	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	5.24	5.00	Em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.01	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.05	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.50	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.98	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.96	5.00	Em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.35	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.70	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.43	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.28	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.00	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					<b>3.77</b>	Progresso global					<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é					<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**100.0%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**30.4%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**5.0%**

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****18.0%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**6.0%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**23.5%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**12.7%**

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

**27.8%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**Recomendações**

- O Benim deveria implementar medidas para aumentar a proporção de terras sob práticas sustentáveis de gestão de terras.
- O Benim deve trabalhar arduamente para reduzir a percentagem da população que é moderada e grave insegurança alimentar, concentrando-se mais nos programas de reforço da segurança alimentar.
- O Benim deve concentrar-se mais nos esforços que permitirão a mais agricultores um melhor acesso aos serviços de aconselhamento agrícola

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										
Benin										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.21	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	4.63	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.20	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.07	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	3.33	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.11	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	7.31	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.54	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.27	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.49	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.51	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	3.39	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.90	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.68	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.14	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.20	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	6.38	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.25	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.51	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.57	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	4.43	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.71	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.53	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.59	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país						<b>4.78</b>	Progresso global			<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é						<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.			

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**19.0%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**100.0%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**0.0%**

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

**3.3%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****22.1%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**2.4%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**8.1%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**13.6%**

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

**39.7%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**Recomendações**

1. Aumentar as despesas públicas com a agricultura como parte do total das despesas públicas e das modernas tecnologias agrícolas.
2. Oferecer treinamento e empréstimos a preços acessíveis para os jovens no agro-negócio.
3. Concentrar a atenção nas políticas de protecção social para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência das pessoas em situação de insegurança alimentar.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Botswana						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)				Categorias de Compromissos (C)							
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.42	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.46	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	5.79	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	6.67	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.02	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.65	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	2.80	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.06	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.06	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	5.23	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.24	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.19	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.67	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	2.70	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	5.06	5.00	Em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	4.69	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.44	5.00	Em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.37	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.06	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.66	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	6.90	5.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.44	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.63	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					4.95	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****56.8%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**6.4%**

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**64.2%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**58.6** out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****13.7%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**9.7%**

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

**21.9%**

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

**24.0%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**9.1%**

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

**Recomendações**

- O Burkina Faso deve trabalhar mais para aumentar o acesso dos agricultores aos serviços de aconselhamento agrícola, bem como para aumentar a dimensão das áreas irrigadas no país.
- O Burkina Faso deve implementar medidas que permitam reduzir a percentagem de pessoas pobres na população, bem como a prevalência de desperdício entre crianças com menos de 5 anos de idade.
- O Burkina Faso deve implementar programas de nutrição que aumentem a proporção de crianças com 6-23 meses de idade que cumpram a dieta mínima aceitável.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Burquina Faso					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.60	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.05	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.16	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.36	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.29	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	4.78	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.13	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	5.26	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.23	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.49	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.09	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.82	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	4.40	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.46	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.14	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.90	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.99	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.62	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.90	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.36	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.43	5.00	Em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.23	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	3.77	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.69	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.18	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	5.79	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.33	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	7.41	10.00	Não em boa via	
Pontuacao global do pais					5.20	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global minima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<p><b>100.0%</b> Para a conclusão do processo CAADP.</p>	<p><b>5.0</b> out of 5 Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.</p>	<p><b>58.0%</b> de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.</p>	<p><b>44.3%</b> de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.</p>	<p><b>10.0%</b> De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.</p>
--	---	---	---	---

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<p><b>2.0%</b> proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura</p>	<p><b>11.5%</b> Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.</p>	<p><b>14.1%</b> de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.</p>	<p><b>7.1%</b> Taxa de redução do diferencial entre o preço grossista e o preço de farmgate.</p>	<p><b>35.6%</b> Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.</p>
--	--	---	--	--

**Recomendações**

- O Governo do Burundi deve implementar políticas e acções para aumentar o comércio intra-africano, bem como reduzir o fosso entre o preço grossista e o preço à saída da exploração agrícola.
- O Burundi deve implementar estratégias para reforçar o acesso ao financiamento de homens e mulheres que trabalham na agricultura.
- O país deve implementar medidas para aumentar o crescimento do valor acrescentado agrícola por trabalhador agrícola.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Burundi					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.20	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.52	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.07	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.24	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.13	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.03	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.39	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.41	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.81	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.99	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.18	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.80	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.73	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.56	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	4.61	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.38	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.37	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	6.14	5.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.01	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.18	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	1.78	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.58	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.44	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.88	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.12	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	6.11	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.33	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.93	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					<b>5.63</b>	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**68.2%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**65.3%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**19.0%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**1.0%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****15.4%**

da população é subnutrida.

**16.3%**

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

**21.4%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**31.6%**

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

**18.1kg/ha**

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

**Recomendações**

- Cabo Verde deve implementar medidas que permitam reduzir a proporção da população subnutrida da sua actual taxa elevada.
- Cabo Verde deve trabalhar no sentido de aumentar a dimensão das áreas irrigadas, prosseguindo activamente políticas de expansão da irrigação.
- Cabo Verde deve instituir políticas que melhorem a apropriação e o acesso dos agricultores a terras seguras, bem como aumentar as despesas em iniciativas de construção resistentes.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Cabo Verde				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)				Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.64	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.54	10.00	Não em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.39	10.00	Não em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.84	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.57	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	1.76	5.00	Não em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.05	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	1.59	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.76	7.92	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.31	5.00	Não em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.4	Protecção Social	3.16	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.17	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.13	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.20	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.79	5.00	Não em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.40	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.80	5.00	Não em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.47	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	6.00	Em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.94	10.00	Não em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	4.73	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.28	10.00	Não em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.90	10.00	Não em boa via
Pontuação global do país					4.55				
Progresso global					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28				
					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**38.0%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**8.6%**

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**258.2%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****28.7%**

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

**27.1** out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

**27.6%**

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

**34.9%**

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

**11.0%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

**Recomendações**

- O Governo dos Camarões deve implementar ações fortes e coerentes para melhorar as políticas de redução da prevalência de baixo peso entre crianças com menos de 5 anos.
- O Governo dos Camarões deve melhorar as instalações para o comércio na Comunidade Económica Regional.
- O Governo dos Camarões deve melhorar o desembolso da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para apoiar o investimento no sector agrícola.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Camarões						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.24	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.95	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.78	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.41	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.72	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	4.90	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	1.75	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.49	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.32	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.65	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.02	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	2.05	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	5.69	5.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.93	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.85	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.43	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	7.57	6.00	Em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.29	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.28	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.83	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					4.58	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****243.2%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**233.3%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**57.5%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****0.1%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**21.3%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

**3.6%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**0.0%**

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

**42.9%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**Recomendações**

1. A República Centro-Africana deverá aumentar as despesas na investigação agrícola como parte do PIB agrícola e da agricultura pública, em proporção do total das despesas públicas para cumprir os requisitos da Declaração de Malabo;
2. A República Centro-Africana deverá incluir políticas destinadas a melhorar a prevalência de baixo peso entre crianças com menos de 5 anos;
3. A República Centro-Africana deve melhorar o acesso dos agricultores aos serviços de aconselhamento agrícola, a fim de aumentar a produtividade nos sectores agrícola e agro-empresarial.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Rep. Centro Africana					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.98	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.67	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.67	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	2.69	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	0.80	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.91	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.78	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.22	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	1.92	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.22	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio Intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.43	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.27	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.72	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bialnal da Agricultura	9.08	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					2.61	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**80.5%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**12.0%**

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**116.0%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**75.2%**

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****11.1%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

**12.2%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**2.7%**

Governmental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**19.5%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

**0.2%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**Recomendações**

1. É necessário que o Chade mobilize recursos internos para impulsionar as despesas públicas com a agricultura e garantir a sua utilização e eficiência eficazes;
2. O Chade deve investir na investigação e no desenvolvimento para realizar todo o potencial da inovação agrícola, a fim de aumentar a produção agrícola e a produtividade;
3. É necessário facilitar o acesso aos serviços financeiros, incluindo o crédito às mulheres e aos jovens, e o seu acesso aos serviços de aconselhamento agrícola, a fim de estimular de forma produtiva os investimentos nos sectores agrícola, agro-empresarial e agro-industrial.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Chade					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.43	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.35	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	1.93	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.99	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	2.83	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.11	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.08	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.71	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	4.27	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	4.78	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.35	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.37	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.66	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.70	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	4.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	7.92	5.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.88	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	1.75	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.02	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.37	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.11	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.61	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.72	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					3.88	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****111.0%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**0.3%**

Para a volatilidade dos preços alimentos internos.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****2.8%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**29.8%**

Para submissão do Relatório Bienal do País

**41.7%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**6.7%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**85.7%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**Recomendações**

- O Governo das Comores deveria afectar fundos destinados à agricultura nos orçamentos nacionais, com o objectivo de aumentar as despesas públicas da agricultura como parte do valor acrescentado da agricultura, bem como as despesas como uma parte do total das despesas públicas;
- As Comores devem criar mecanismos e sistemas para reforçar a revisão pelos pares e a responsabilização mútua, bem como o processo bienal de revisão da agricultura;
- O país deve completar o processo para desenvolver/actualizar planos nacionais de implementação da declaração de Malabo utilizando a abordagem de implementação do CAADP no âmbito do processo inclusivo e participativo o mais cedo possível.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Comores					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.19	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	0.00	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.68	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	2.74	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	0.00	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.00	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.25	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.50	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	2.38	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	4.17	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	2.98	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					1.50	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****120.2%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**100.0%**

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

**19.0%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**1.0%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**2.4%**

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****1.3%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**13.0** out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

**5.3%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**14.8%**

Índice de Saúde de Segurança Alimentar (FSHI).

**30.1%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

**Recomendações**

- O Governo do Congo deve implementar e aplicar efectivamente medidas para aumentar as oportunidades de emprego dos jovens envolvidos em novas cadeias de valor na agricultura para sustentar a transformação da agricultura e o desenvolvimento rural;
- O país deve facilitar reformas adequadas para aumentar os gastos públicos como parte do valor agregado agrícola e facilitação do comércio na Região;
- O Congo deve esforçar-se por aumentar a sua proporção de jovens que trabalham em novas oportunidades de emprego na cadeia de valor agrícola para impulsionar o desenvolvimento agrícola com efeitos induzidos noutros sectores.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Congo					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.01	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.46	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.53	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.10	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.01	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.23	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.38	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.08	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.43	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.51	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.44	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.75	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.03	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.58	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.15	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.93	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	3.18	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	3.55	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	3.89	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	6.77	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					3.32	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**9.8%**

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**41.8%**

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****0.2%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**3.4%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**18.2%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**14.7%**

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

**16.3kg/ha**

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

**Recomendações**

1. A Costa do Marfim deve tentar aumentar os gastos com a investigação agrícola, de modo a que a percentagem do PIB agrícola aumente do seu actual nível de 0.2%.
2. A Costa do Marfim deve tomar medidas para melhorar o rendimento dos produtos agrícolas prioritários do país.
3. A Costa do Marfim deve pôr em prática políticas e programas que irão reduzir rapidamente o nível de pobreza no país.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Côte d'Ivoire				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.39	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.45	10.00	Não em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.73	10.00	Não em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.07	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.50	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	2.11	5.00	Não em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.98	5.00	Não em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.70	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	3.91	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.14	7.92	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	5.13	5.00	Em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	8.35	5.00	Em boa via
					PC 3.4	Proteção Social	3.63	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.60	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.58	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.59	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.23	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivos para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	5.11	5.00	Em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.49	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.99	5.00	Não em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	6.00	Não em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.56	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.68	10.00	Não em boa via
Pontuação global do país					Progresso global				
4.62					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28				
					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**48.4%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**7.7%**

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**0.9%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**60.4%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****16.5%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**9.6%**

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

**1.0%**

Para a volatilidade dos preços alimentos internos.

**4.8%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**8.1%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**Recomendações**

- O governo do Jibuti deve implementar medidas para aumentar a produtividade, particularmente para alcançar o crescimento do valor acrescentado agrícola por unidade de terra agrícola, bem como para aumentar a dimensão das terras irrigadas.
- O Jibuti deve tomar medidas para a erradicação da pobreza através da agricultura, especialmente para reduzir o rácio de pobreza, na linha da pobreza nacional, e aumentar o envolvimento dos jovens no desenvolvimento do sector agrícola, a fim de contribuir para reduzir o nível de desemprego e a pobreza global.
- O país também deve prestar atenção às políticas comerciais intra-africanas e às condições institucionais para reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Djibuti					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.02	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.49	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	4.56	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.56	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.70	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	4.14	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.40	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.56	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.13	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.73	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.50	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.01	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.46	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.98	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	2.71	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.13	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.69	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.38	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.72	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	6.77	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.02	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.48	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.28	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	6.31	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					4.00	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****31.6%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**10.0%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas agrícolas.

**109.1%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**90.1%**

Taxa de redução do diferencial entre o preço grossista e o preço de farmgate.

**12.1%**

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****7.1%**

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

**35.7**

out of 100 Como índice de facilitação do comércio (TFI).

**0.4%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**42.9%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**8.3%**

Governmental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**Recomendações**

1. A República Democrática do Congo deve aumentar a percentagem das despesas totais com a investigação agrícola que ainda são muito baixas (0.4%) e as despesas públicas como parte do valor acrescentado agrícola.
2. A República Democrática do Congo deve aumentar a proporção de crianças que cumprem a dieta mínima aceitável.
3. A República Democrática do Congo deve aumentar o índice das facilidades comerciais para melhorar as trocas entre os Estados-membros da região

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					R.D. Congo						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	5.49	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.50	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.67	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.40	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.70	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	4.88	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.01	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	2.88	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.99	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.33	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.11	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	4.99	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.73	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	5.12	5.00	Em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.75	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	5.00	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	8.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.14	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.28	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.84	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.02	5.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.70	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.89	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.20	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					<b>4.46</b>	Progresso global					<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é					<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****69.8**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**40.2%**

proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura

**77.5%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****1.4%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**13.9%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**7.5%**

Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.

**5.1%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**13.9%**

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

**Recomendações**

1. A parte das despesas públicas totais afectadas às despesas agrícolas é relativamente pequena (1.4 %). Isto afectará os investimentos em tecnologias que melhorem a produtividade e o desenvolvimento institucional necessário para fornecer um sistema alimentar resiliente. É necessário aumentar a atribuição pública à agricultura para impulsionar o crescimento e a transformação agrícolas.

2. O país precisa aumentar as despesas públicas com a agricultura, atribuindo uma proporção significativa das receitas provenientes do valor acrescentado agrícola.

3. A taxa de crescimento da proporção de mulheres que corresponde ao escore mínimo de diversidade alimentar e a proporção da população total insegura alimentar são muito baixas, respectivamente, em 7.5% e 13.9%. Isto tem implicações enormes sobre a saúde das mulheres e da mãe, bem como sobre a saúde e a produtividade globais da população. É necessário que o governo promova políticas e reformas para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Egipto					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.74	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.05	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.17	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	8.56	7.50	Em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.23	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	10.00	10.00	Em boa via	
3	Acabar com a fome	3.96	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	6.49	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.39	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	9.62	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.08	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.17	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	6.20	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.82	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	7.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.17	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.71	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.63	5.00	Em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.60	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	7.55	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.64	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.40	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	1.39	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.82	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					6.52	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****102.5%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**100.0%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**60.0** out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

**53.1%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**-0.3%**

Para a volatilidade dos preços alimentos internos.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****1.6%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**42.9%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**66.7%**

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

**66.7%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**79.2%**

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

**Recomendações**

1. O país deve melhorar a propriedade das famílias agrícolas ou o acesso a terrenos seguros, o acesso a serviços de aconselhamento agrícola e financeiros, a fim de aumentar a produtividade agrícola e estimular a transformação.
2. O Governo da Guiné Equatorial deve aumentar e sustentar a sua dotação orçamental para reforçar a resiliência das famílias agrícolas aos choques climáticos e climáticos.
3. O Governo da Guiné Equatorial deve implementar medidas para a conclusão do processo CAADP e institucionalizar o mecanismo de responsabilização mútua e de revisão pelos pares

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Guiné Equatorial				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.10	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.13	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.53	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	0.51	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.32	7.92	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	1.77	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.75	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.50	5.00	Em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	6.00	Não em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	4.89	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.67	10.00	Não em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	7.99	10.00	Não em boa via
Pontuação global do país					2.82				
Progresso global					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28				
					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****121.0%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**100.0%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**35.1%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**142.3%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****10.2%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**2.7%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**10.2kg/ha**

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

**24.2%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**42.6%**

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

**Recomendações**

- O Governo da Eritreia deve implementar estratégias para aumentar a produtividade, com foco no aumento dos fertilizantes e outras medidas para aumentar o rendimento das culturas prioritárias.
- O Governo deve atribuir fundos suficientes à agricultura nos orçamentos nacionais, com o objectivo de aumentar as despesas públicas com a agricultura como parte do valor acrescentado da agricultura, bem como as rubricas orçamentais, para responder às necessidades de despesa em iniciativas de reforço da resiliência.
- O país deve implementar ou reforçar políticas, legislação, sistemas de monitorização e programas de reforço de capacidades para reforçar o sistema nacional de segurança alimentar.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Eritreia				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.05	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	7.14	10.00	Não em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.06	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.22	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	0.55	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.14	7.92	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.34	5.00	Não em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.81	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.03	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.11	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	5.00	Não em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.83	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	6.00	Não em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.67	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.61	10.00	Não em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.40	10.00	Não em boa via
Pontuação global do país					Progresso global				
3.17					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				
7.28									

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****69.8%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**19.0%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**51.0%**

Índice de Saúde de Segurança Alimentar (FSHI).

**54.2%**

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****3.5%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**6.5%**

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

**19.1%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**28.8%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**0.3%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**Recomendações**

1. Melhorar o acesso dos jovens a novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor da agricultura.
2. Aumentar as despesas com a investigação agrícola, em função da parte do PIB agrícola.
3. Adoptar variedades modernas de culturas tolerantes à seca e de alto rendimento para aumentar a produtividade da terra e do trabalho.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Esuatini					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	5.58	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.73	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	4.72	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	8.54	7.50	Em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	8.11	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	7.54	5.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	8.50	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.97	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.35	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.64	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.99	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.53	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	6.30	5.00	Em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.02	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.39	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.18	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	7.50	7.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.96	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.92	5.00	Em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.85	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.03	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.23	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	5.28	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.72	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	9.68	10.00	Não em boa via	
Pontuacao global do país					5.73	Progresso global				Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

**75.5**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**100.0%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****3.8%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**0.2%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**12.1%**

Índice de Saúde Alimentar (FSHI).

**12.2%**

Taxa de redução do diferencial entre o preço grossista e o preço de farmgate.

**29.7%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**Recomendações**

- O Governo da Etiópia deve aumentar as despesas com a investigação agrícola para atingir o objectivo do CAADP de, pelo menos, 1% do PIB agrícola.
- O Governo da Etiópia também esforça-se para aumentar novas oportunidades de emprego para os jovens das cadeias de valor da agricultura.
- O Governo da Etiópia deve continuar a envidar esforços para aumentar a área agrícola terrestre sob gestão sustentável

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Etiópia					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.62	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.85	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.86	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.58	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.84	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.62	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.57	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	6.82	5.00	Em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.32	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	9.52	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.86	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.64	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.60	5.61	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.11	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.27	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	7.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.69	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.39	5.00	Em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.90	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	7.80	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	10.00	10.00	Em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.93	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.79	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					6.03	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<b>100.0%</b> <i>Para a conclusão do processo CAADP.</i>	<b>35.3%</b> <i>de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.</i>	<b>44.0%</b> <i>proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura</i>	<b>7.1%</b> <i>Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).</i>	<b>114.3%</b> <i>Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.</i>
---	--	--	--	---

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<b>1.1%</b> <i>De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.</i>	<b>48.6</b> <i>Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.</i>	<b>1.0</b> out of 5 <i>Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.</i>	<b>4.6%</b> <i>Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.</i>	<b>12.9%</b> <i>Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.</i>
---	--	--	--	---

**Recomendações**

- É necessário que o Gabão crie sistemas de facilitação do investimento privado na agricultura, incluindo um ambiente favorável de políticas e condições institucionais para parcerias público-privadas;
- O Gabão deve investir na investigação e no desenvolvimento para realizar todo o potencial da inovação agrícola, a fim de aumentar a produção agrícola e a produtividade;
- É necessário que o Gabão mobilize recursos internos para impulsionar as despesas públicas com a agricultura e garantir a sua utilização e eficiência eficazes.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Gabão						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.23	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.36	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.33	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de Investimentos na agricultura	5.82	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	2.98	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.30	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	3.97	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.41	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.10	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	2.58	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	8.25	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.86	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.65	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.96	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.85	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	2.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	7.00	Em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.15	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.30	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.83	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	4.90	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	1.09	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.39	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.21	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					<b>4.98</b>	Progresso global					<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é					<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<p><b>100.0%</b> Para a conclusão do processo CAADP.</p>	<p><b>87.5%</b> de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.</p>	<p><b>60.9%</b> de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.</p>	<p><b>20.7%</b> proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura</p>	<p><b>57.2%</b> Índice de Saúde de Segurança Alimentar (FSHI).</p>
--	---	---	---	--

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<p><b>0.1%</b> do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.</p>	<p><b>28.2%</b> Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.</p>	<p><b>4.3%</b> De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.</p>	<p><b>3.1%</b> Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.</p>	<p><b>8.9%</b> Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.</p>
--	--	--	---	---

**Recomendações**

- O Governo da Gâmbia deve melhorar as despesas com a investigação agrícola e agrícola, a fim de contribuir melhor para uma maior segurança alimentar e para a redução do desemprego dos jovens através da agricultura.
- A Gâmbia deve reduzir os desincentivos e os estrangulamentos no comércio intra-africano, a fim de receber mais benefícios do comércio.
- A Gâmbia deve desenvolver programas mais inovadores que possam atrair os jovens para a agricultura e criar oportunidades para novos empregos nas cadeias de valor agrícola.

**Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo**

Nome do País					Gâmbia						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.59	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.11	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.67	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.90	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	2.67	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.23	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.09	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.60	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	4.90	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	6.66	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	4.83	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	5.35	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	6.66	5.00	Em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	5.90	5.00	Em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	2.86	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.44	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	7.00	Em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.33	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	1.41	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.25	5.00	Em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.64	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	6.00	Em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.29	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.71	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.74	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.94	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial de Agricultura	9.46	10.00	Não em boa via		
<b>Pontuação global do país</b>					<b>5.56</b>	<b>Progresso global</b>					<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**28.8%**

proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura

**59.0%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****6.7%**

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

**16.1%**

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

**17.5%**

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

**4.4%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**23.2%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

**Recomendações**

- O número de pessoas sob protecção social e as despesas melhoraram regularmente ao longo dos anos. No entanto, o Gana deve acelerar o ritmo do crescimento actual, a fim de alcançar mais pessoas.
- O Governo do Gana deve melhorar as despesas com a agricultura em geral e nas áreas de apoio ao sector privado, nomeadamente através de uma melhor divulgação das variedades e do acesso aos factores de produção.
- O Gana deve criar mais programas que ajudem o sistema financeiro a dar crédito a homens e mulheres no sector agrícola

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Gana				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.65	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.54	10.00	Não em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.41	10.00	Não em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.02	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.75	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.32	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	3.66	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	6.07	7.92	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.41	5.00	Não em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	6.84	5.00	Em boa via
					PC 3.4	Protecção Social	1.61	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.08	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.96	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	8.24	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.98	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivos para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	7.00	Em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.94	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.75	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.14	5.00	Em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.69	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	6.00	Em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.39	10.00	Não em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.07	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	7.33	5.00	Em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.88	10.00	Não em boa via
Pontuacao global do pais					Progresso global				
6.61					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28				
					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****122.2%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**11.1%**

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**5.1%**

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

**88.0%**

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

**0.1%**

Para a volatilidade dos preços alimentos internos.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****4.2%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**2.8%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**38.5**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**33.3%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**54.4%**

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

**Recomendações**

1. A Guiné-Bissau deve melhorar o nível das despesas agrícolas, em percentagem do total das despesas públicas, a fim de atingir o objectivo do CAADP de 10% do orçamento nacional.
2. A Guiné-Bissau deve utilizar mecanismos adequados, incluindo as plataformas comuns de revisão do sector, para promover a responsabilização mútua e a revisão pelos pares, bem como a qualidade da coordenação multisectorial e de múltiplos intervenientes, a fim de aumentar a capacidade de gerar e utilizar dados e informações estatísticas agrícolas.
3. A Guiné-Bissau deve assegurar o desembolso total (100%) da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para a agricultura, contra os compromissos em matéria de ODA.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Guiné-Bissau						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.96	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	7.14	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.50	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.22	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.87	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.46	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	1.29	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.04	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	6.27	5.00	Em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.37	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.07	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.63	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.25	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.50	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	4.24	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.03	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	3.33	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	6.35	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					<b>2.18</b>	Progresso global					<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é					<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**35.5%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**6.8%**

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**80.0%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**56.3%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****2.4%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**9.7kg/ha**

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

**25.9%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**28.7%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**29.5%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**Recomendações**

- A Guiné deve concentrar-se nos esforços que permitirão a mais agricultores um melhor acesso aos serviços de aconselhamento agrícola.
- A Guiné deve implementar medidas que aumentem o tamanho das áreas irrigadas no país.
- A Guiné deve tentar aumentar urgentemente o consumo de fertilizantes de seu nível actual de 9.7 kg/ha para a taxa recomendada de Malabo de 50 kg/ha.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Guiné						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.40	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.42	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	5.78	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.96	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.83	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	2.49	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.38	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	4.13	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	6.02	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.73	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.67	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.66	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.65	8.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.29	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.12	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.46	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.93	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.20	8.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.38	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.55	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.44	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.14	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					4.02	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****75.0%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**63.2%**

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

**100.0%**

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

**109.8%**

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

**126.7%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****6.1%**

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

**14.0%**

Índice de Comércio de Segurança Alimentar ( FSTI )

**2.9%**

Governmental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**0.2%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**18.7%**

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

**Recomendações**

- O Governo do Quénia deve continuar e intensificar os esforços para reduzir o rácio de pobreza entre os seus cidadãos.
- O Governo do Quénia deve aumentar a parte das despesas públicas com a agricultura no total das despesas públicas para cumprir a meta da CAADP de, pelo menos, 10%.
- O Governo do país do Quénia deve abordar questões de segurança alimentar para garantir alimentos seguros para os seus cidadãos e também para reforçar o comércio de produtos agrícolas.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Quénia						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.30	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.59	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.74	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.48	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.13	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	1.41	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	2.50	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	8.90	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	6.40	6.32	Em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.88	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	7.60	5.00	Em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.22	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.69	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.00	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.99	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	6.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.01	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.79	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.58	5.00	Em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.26	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	4.16	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.35	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.08	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.33	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.90	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					5.62	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<p><b>102.6%</b> <i>Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.</i></p>	<p><b>99.7%</b> <i>de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.</i></p>	<p><b>239.8%</b> <i>Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.</i></p>	<p><b>1.4%</b> <i>Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.</i></p>	<p><b>25.4%</b> <i>de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.</i></p>
---	--	---	--	--

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<p><b>59.0</b> <i>Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.</i></p>	<p><b>12.2%</b> <i>Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.</i></p>	<p><b>3.2%</b> <i>De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.</i></p>	<p><b>35.7</b> <small>out of 100</small> <i>Como índice de facilitação do comércio (TFI).</i></p>	<p><b>35.9%</b> <i>de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.</i></p>
--	--	---	---	--

**Recomendações**

1. Promover a adição de valor à agricultura, adoptando abordagens da cadeia de valor dos produtos de base que melhorem a eficiência.
2. Investir na geração de dados agrícolas, no uso e na gestão do conhecimento.
3. Aumentar a dotação orçamental em conformidade com a Declaração Malabo de 10% de afectação à Agricultura

**Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo**

Nome do País					Lesotho				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	5.63	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.27	10.00	Não em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	5.33	10.00	Não em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.36	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.76	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.08	5.00	Não em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.59	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	1.72	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.38	7.92	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.4	Proteção Social	3.80	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.43	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	1.73	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.38	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.52	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	3.99	5.00	Não em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.14	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.28	5.00	Não em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.62	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	9.23	6.00	Em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	10.00	10.00	Em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.04	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	2.42	5.00	Não em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	3.89	10.00	Não em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	8.81	10.00	Não em boa via
<b>Pontuação global do país</b>					<b>3.98</b>				
<b>Progresso global</b>					<b>Não em boa via</b>				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28				
Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.									

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<b>100.0%</b> <i>Para a conclusão do processo CAADP.</i>	<b>157.2%</b> <i>Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.</i>	<b>16.3%</b> <i>Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).</i>	<b>3.0%</b> <i>Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.</i>	<b>91.9%</b> <i>Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.</i>
---	--	---	--	--

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<b>36.0%</b> <i>da população é subnutrida.</i>	<b>2.2%</b> <i>De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.</i>	<b>39.9%</b> <i>Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.</i>	<b>11.0%</b> <i>Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.</i>	<b>9.7%</b> <i>Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.</i>
---	---	--	---	--

**Recomendações**

1. A Libéria deve aumentar rapidamente a capacidade de resiliência e o acesso à protecção social, para que as famílias melhorassem a segurança alimentar e nutricional.
2. A Libéria deve melhorar fortemente o financiamento do sector agrícola, tendo em conta a insegurança alimentar prevalente e grave.
3. A Libéria deve garantir o desembolso total da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para a agricultura, contra os compromissos em matéria de APD.

**Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo**

Nome do País					Libéria						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.60	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.74	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.07	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.54	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.76	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	7.48	5.00	Em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.92	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	1.76	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.49	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.33	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Protecção Social	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.39	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.34	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.63	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.25	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.50	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.53	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.39	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.23	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.44	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	9.24	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					<b>3.93</b>	Progresso global					<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é					<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão  
do processo  
CAADP.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****19.4%**

Para mecanismos  
institucionalizados  
inclusivos para  
responsabilidades  
mútuas e revisão  
de pares.

**42.6%**

Para a qualidade  
da coordenação  
de vários sectores  
e intervenientes.

**77.7%**

Para submissão  
do Relatório  
Bienal do País

**Recomendações**

1. Observa-se que o relatório do país sobre o sistema de Revisão Bienal electrónica foi fraco Não houve relatórios sobre a maioria dos compromissos fundamentais da Malabo. O país é encorajado a fortalecer o seu sistema de recolha e comunicação de dados.
2. O mecanismo institucionalizado inclusivo de responsabilização mútua e revisão pelos pares é fraco (18%). É necessário construir e/ou reforçar o sistema para facilitar a prestação de informações sobre a responsabilidade mútua.
3. Organismo de coordenação multisectorial plenamente estabelecido a nível nacional para atingir 100% para a qualidade de organismo multisectorial e de múltiplos intervenientes até 2018.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										
Líbia										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	4.75	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	4.26	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	0.00	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	0.00	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	0.00	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.00	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	0.00	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	0.00	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	0.00	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	0.00	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	3.24	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	1.94	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.77	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país						1.14	Progresso global			Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é						7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.			

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****25.4%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**38.6%**

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).

**67.2%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**29.0%**

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

**0.0%**

Para a volatilidade dos preços alimentos internos.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****21.9%**

Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.

**38.8**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**3.6%**

Governamental despesas da agricultura com percentagem do valor agregado agrícola.

**1.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**20.5%**

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

**Recomendações**

- Expandir a indústria agro-transformadora a fim de aumentar o valor das exportações agrícolas.
- Alcançar a dotação orçamental de 10% e a geração de dados, gestão, análise e utilização de fundos e fundos no setor agrícola.
- Esforçar-se por atingir as normas internacionais de segurança alimentar, tal como desenvolvidas pela Comissão do Codex Alimentarius

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Madagáscar						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.49	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	8.57	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.86	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.03	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.05	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.36	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.82	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	2.65	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.43	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.92	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	5.80	5.00	Em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	2.05	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.62	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.08	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.00	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.95	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	2.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.04	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.02	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.53	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	1.09	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.96	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.12	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.57	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.66	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.77	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	1.32	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.39	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.61	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					4.37	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**53.2%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**33.5%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**0.0%**

Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

**33.7%**

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

**17.1%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

**1.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**20.6%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**25.6%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**Recomendações**

1. Promover políticas que aumentem o acesso ao financiamento de agricultores, incluindo mulheres e jovens.
2. Reduzir a dependência da chuva alimentou a agricultura investindo mais na irrigação.
3. Promover a utilização de tecnologias modernas de métodos agrícolas para melhorar os rendimentos por unidade

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Malawi					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.70	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.83	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.25	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.82	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.28	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.30	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.71	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.38	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.30	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.85	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.89	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.37	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	1.89	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.74	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.55	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	2.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.42	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	0.96	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	1.93	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.09	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	9.44	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.75	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.63	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.10	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.80	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					5.33	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destaque das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****180.4%**

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

**71.4**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**100.0%**

Para a conclusão do processo do CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**100.0%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****2.0%**

proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura

**10.7%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**12.4%**

Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.

**15.4%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**11.2%**

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

**Recomendações**

- O Mali dever investir mais em intervenções e políticas para reduzir a taxa de pobreza no país.
- O Mali deve aumentar a proporção dos insumos agrícolas de qualidade fornecidos para os requisitos totais de insumos para produtos agrícolas.
- O Mali deve aumentar a dimensão das áreas irrigadas como uma proporção da terra agrícola, a fim de ser resiliente na agricultura e no sistema alimentar inteligentes do clima.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Mali					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.90	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.71	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.24	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.11	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.85	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.19	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.57	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.57	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.71	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.22	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	6.09	5.00	Em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	6.11	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.43	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.23	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.46	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	10.00	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	10.00	10.00	Em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.95	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.85	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					6.66	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****105.4%**

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**32.9%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada ligação com pequenos agricultores.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****3.7%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**8.7%**

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

**9.4%**

Taxa de redução da incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

**20.0%**

Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.

**19.0%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**Recomendações**

1. A Mauritânia deve conceber e implementar com sucesso políticas e programas para melhorar a resiliência dos agricultores aos choques climáticos e não relacionados com o clima.
2. O país ainda está atrasado em relação à desnutrição, especialmente entre as crianças; portanto, é importante implementar estratégias para reduzir significativamente as várias formas de desnutrição. Estas podem incluir programas de transferência de dinheiro para famílias pobres e vulneráveis para aceder a programas de alimentação alimentar e escolar para melhorar a nutrição das crianças escolares.
3. A Mauritânia continua a ser dificultada pela pobreza persistente. O governo deve criar condições que aumentem a produtividade dos activos disponíveis aos pobres. Isto inclui apoiar os pequenos agricultores, aumentando o seu acesso à terra, aos modernos fatores de produção agrícola, aos mercados e aos serviços agrícolas relevantes. Estes programas devem ser específicos em termos de género e juventude.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Mauritânia				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.17	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.01	10.00	Não em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.49	10.00	Não em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.86	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.24	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.93	5.00	Não em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.28	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	3.82	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.15	7.92	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.71	5.00	Não em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.4	Proteção Social	9.71	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.78	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	4.56	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.76	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.04	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.02	7.00	Não em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.36	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.72	5.00	Não em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.41	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	2.82	6.00	Não em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	10.00	10.00	Em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.40	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	8.46	5.00	Em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.74	10.00	Não em boa via
Pontuação global do país					5.40				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28				
					Progresso global				
					Não em boa via				
					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

Maurícias

pontos

n.a

/10 e é

Não em boa via

na implementação da Declaração de Malabo sobre a Transformação da Agricultura em África

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2023 para a Conferência da União de janeiro de 2024.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País										Maurícias		
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)							
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso			
1	Compromisso com o processo do CAADP											
2	Financiamento de investimentos na agricultura											
3	Acabar com a fome											
4	Eradicar a pobreza através da agricultura											
5	Comércio Intra-Africano de Comodities e Serviços de Agricultura											
6	Resiliência à Variabilidade Climática											
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados											

Pontuação global do país: n.a

Progresso global: Não em boa via

O Índice de Referência de 2021 é 7.28

Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.

Dados não solicitados pelo país.

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

**73.7**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**100.0%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****12.8%**

Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.

**12.8%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**18.6%**

Aumento do valor acrescentado de produtos agrícolas por trabalhador.

**48.7%**

Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.

**12.5%**

Índice de Saúde Alimentar (FSHI).

**Recomendações**

- O governo de Marrocos deve abordar as limitações que impedem a aplicação de políticas comerciais intra-africanas e melhorar as condições institucionais com o objectivo de aumentar a pontuação do comércio intra-africano de bens e serviços agrícolas. O governo deve também investir na recolha de dados relativos aos valores e volumes das importações e exportações de serviços agrícolas.
- O Governo de Marrocos deve prestar atenção ao índice de saúde da segurança alimentar, que representa metade do marco de 2020. É apropriado sugerir esforços adicionais nesta secção.
- O Governo de Marrocos deve aumentar a exigência de produção agrícola de qualidade nacional para as culturas essenciais.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Marrocos					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.07	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.22	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	4.67	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.79	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.88	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.72	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.69	7.22	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.05	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	10.00	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.51	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	4.05	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	7.52	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	4.94	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	8.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	7.12	7.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.44	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	2.43	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.45	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	10.00	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	10.00	10.00	Em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.80	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.41	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					6.89	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**21.6%**

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**0.6%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

**8.9%**

da população é subnutrida.

**57.2%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****0.1%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**3.5%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**9.2kg/ha**

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

**1.9%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**25.9%**

resposta às necessidades de despesas sobre a protecção social para grupos sociais vulneráveis, a partir do orçamento do Estado.

**Recomendações**

1. Aumentar as dotações públicas/empréstimos/subsídios ao sector agrícola para o objectivo de 10% de aumentar a utilização de fertilizantes.
2. Expandir os programas de protecção social para proteger os pobres e os vulneráveis.
3. Alcançar as normas internacionais de segurança alimentar, tal como desenvolvidas pela Comissão do Codex Alimentarius.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Moçambique					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.25	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.21	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.53	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.96	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.58	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	2.24	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.80	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.21	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	1.93	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.72	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.83	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Protecção Social	2.59	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.38	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.03	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	2.79	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	4.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.67	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.14	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.28	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.42	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	1.81	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.03	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.52	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.44	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.12	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					4.14	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<b>113.1%</b> <i>Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.</i>	<b>45.5%</b> <i>de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.</i>	<b>100.0%</b> <i>de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.</i>	<b>100.0%</b> <i>Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA) desembolsada para agricultura, contra compromissos da ODA.</i>	<b>19.0%</b> <i>Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.</i>
--	--	---	---	---

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<b>5.5%</b> <i>De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.</i>	<b>19.1%</b> <i>de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.</i>	<b>42.9%</b> <i>Para a conclusão do processo CAADP.</i>	<b>50.0%</b> <i>para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.</i>	<b>58.3%</b> <i>Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.</i>
---	--	--	--	---

**Recomendações**

1. Proporcionar formação e empréstimos acessíveis aos jovens em agro-negócios.
2. Intervenções políticas necessárias para aumentar a propriedade inclusiva da terra e o acesso à terra por parte dos agregados familiares de agricultores.
3. Concluir a adopção do processo do CAADP.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Namibia				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.43	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	4.29	10.00	Não em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	5.00	10.00	Não em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.47	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	9.81	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.06	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	2.90	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.55	7.82	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.4	Proteção Social	9.88	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.80	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.15	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.47	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.82	5.00	Não em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.06	7.00	Não em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.00	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	6.01	5.00	Em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.33	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	5.00	Em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	4.94	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.83	10.00	Não em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.00	10.00	Não em boa via
Pontuacao global do país					4.08				
Progresso global					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28				
					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**11.6%**

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**96.7%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**23.4%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****0.2%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**24.1%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**27.6%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**31.2%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**7.2%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**Recomendações**

- O Governo do Níger deve prestar atenção ao aumento da despesa total em investigação agrícola como parte do PIB agrícola.
- O Níger deve aumentar a despesa pública agrícola como parte do valor acrescentado da agricultura como forma de impulsionar o crescimento agrícola.
- O Níger deve aumentar o rendimento dos produtos agrícolas prioritários do país, incluindo o aumento da dimensão das áreas irrigadas, a fim de promover um sistema alimentar resiliente.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Níger						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.89	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	4.00	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.67	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.78	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.11	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	2.77	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	1.59	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.84	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	5.89	5.00	Em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	4.10	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.22	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.63	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	8.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.25	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.50	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.28	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	3.89	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.90	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.65	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.03	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					3.64	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**107.3** out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

**110.8%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**47.6%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****11.5%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**2.7%**

proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura

**19.7%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**2.0%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**10.5%**

Taxa de crescimento da diversidade da Dieta Mínima-Mulheres.

**Recomendações**

1. A Nigéria deve melhorar o financiamento do sector agrícola, tendo em conta o elevado nível de insegurança alimentar.
2. A Nigéria deve investir mais em extensão como meio de melhorar a produção e o crescimento do rendimento. Devem também ser envidados esforços para aumentar os canais através dos quais são fornecidos serviços de extensão.
3. A Nigéria deve melhorar o funcionamento dos mercados de insumos a fim de aumentar o fornecimento e o uso de variedades melhoradas dos produtos agrícolas prioritários do país.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Nigéria						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.08	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.59	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.65	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.99	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.42	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.01	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	4.53	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	1.42	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.74	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.38	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	0.47	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.39	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.51	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.96	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.34	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	6.52	5.00	Em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	5.55	5.00	Em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	7.50	5.00	Em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.81	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.01	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.61	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.17	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.19	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.61	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.71	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					<b>5.42</b>	Progresso global					<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é					<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2023 para a Conferência da União de janeiro de 2024.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Rep. Á. Saharawi				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP								
2	Financiamento de investimentos na agricultura								
3	Acabar com a fome								
4	Erradicar a pobreza através da agricultura								
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura								
6	Resiliência à Variabilidade Climática								
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados								
Pontuação global do país					n.a				
Progresso global					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28				
					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

Dados não solicitados pelo país.

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<p><b>100.0%</b> para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.</p>	<p><b>78.0</b> Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.</p>	<p><b>100.0%</b> Para a conclusão do processo CAADP.</p>	<p><b>100.0%</b> Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.</p>	<p><b>100.0%</b> Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.</p>
--	---	--	---	---

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<p><b>7.7%</b> Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.</p>	<p><b>6.5%</b> Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar (FIES).</p>	<p><b>7.7%</b> Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.</p>	<p><b>33.0%</b> Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.</p>	<p><b>22.0%</b> Proporção de crianças de 6 a 23 meses que cumprem a Dieta Mínima Aceitável.</p>
---	---	---	---	---

**Recomendações**

- O Governo do Ruanda deve prosseguir e intensificar os esforços para fazer face à subnutrição (tanto ao nanismo como à subnutrição), especialmente entre crianças com menos de 5 anos de idade.
- O Governo do Ruanda deve prosseguir e intensificar os esforços para enfrentar o desafio da má diversidade alimentar entre a população feminina.
- Dado o bom desempenho global no sentido de alcançar os objectivos e metas do CAADP, encorajamos o Governo do Ruanda a apoiar os esforços da União Africana para promover um programa de capacidade mútua para partilhar lições e boas práticas entre os Estados-membros

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Ruanda					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	10.00	10.00	Em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	6.86	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.58	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	1.59	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	9.39	5.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	8.90	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	5.43	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	8.11	7.92	Em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	5.77	5.00	Em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	5.16	5.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	7.71	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.64	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.17	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	6.95	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.88	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.92	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	7.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.18	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.87	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.48	5.00	Em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	9.70	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	9.40	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.87	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.62	10.00	Não em boa via	
<b>Pontuação global do país</b>					<b>7.43</b>	<b>Progresso global</b>				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2023 para a Conferência da União de janeiro de 2024.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					São Tomé & Príncipe				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP								
2	Financiamento de investimentos na agricultura								
3	Acabar com a fome								
4	Erradicar a pobreza através da agricultura								
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura								
6	Resiliência à Variabilidade Climática								
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados								
Pontuação global do país					n.a				
Progresso global					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					7,28				
					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

Dados não solicitados pelo país.

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<p><b>116.4%</b> <i>Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.</i></p>	<p><b>269.9%</b> <i>Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.</i></p>	<p><b>71.6</b> <i>Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.</i></p>	<p><b>8.0%</b> <i>Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).</i></p>	<p><b>45.0%</b> <i>Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.</i></p>
---	--	--	---	---

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<p><b>14.4%</b> <i>Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.</i></p>	<p><b>10.9%</b> <i>de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.</i></p>	<p><b>11.5%</b> <i>Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.</i></p>	<p><b>12.4%</b> <i>Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.</i></p>	<p><b>17.9%</b> <i>Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.</i></p>
---	--	---	--	--

**Recomendações**

- O Governo do Senegal deve reduzir o peso insuficiente e o atraso de crescimento entre as crianças com menos de 5 anos, e orientar-se pelos objectivos da Declaração de Malabo e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.
- O Governo do Senegal deve assegurar que os agregados familiares de agricultores apropriem-se ou cedam a terras seguras, bem como o aumento da dimensão das áreas irrigadas, a fim de melhorar um sistema alimentar resistente.
- O Governo do Senegal deve desenvolver e implementar estratégias para melhorar e aumentar o aumento do valor acrescentado agrícola por terra arável dos produtos agrícolas prioritários do país.

**Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo**

Nome do País		Senegal								
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.21	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	7.14	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.52	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.96	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.48	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.90	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	3.21	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.40	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.38	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	9.00	5.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	3.64	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.42	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.39	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.72	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.39	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	7.70	5.00	Em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.40	5.00	Em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.93	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	1.86	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	10.00	10.00	Em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.25	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.17	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.58	10.00	Não em boa via	
<b>Pontuacao global do país</b>		<b>5.07</b>		<b>Progresso global</b>		<b>Não em boa via</b>				
O Índice de Referência de 2021 é		7.28		Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.						

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****80.1**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**80.0%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**100.0%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

**100.0%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**180.7%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****4.4%**

De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.

**23.4** out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

**23.5%**

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

**2.4%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**25.0%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**Recomendações**

- O Governo das Seychelles deve aumentar as novas oportunidades de emprego para os jovens nas cadeias de valor da agricultura.
- O Governo da Etiópia deve aumentar as despesas com protecção social dos grupos sociais vulneráveis, a fim de garantir que todas as necessidades orçamentais sejam satisfeitas.
- O Governo das Seychelles deve também aumentar o número de agregados familiares agrícolas com direito de propriedade/seguro à terra

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Seicheles					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	2.89	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	0.00	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.67	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	8.87	7.50	Em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.67	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	8.82	5.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	10.00	10.00	Em boa via	
3	Acabar com a fome	3.43	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.81	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.33	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	5.43	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.86	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.14	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.05	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.45	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	2.76	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.83	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.67	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.33	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	10.00	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.06	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.39	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	7.80	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					4.92	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**105.5%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**256.9%**

Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**125.6%**

Aumento do tamanho das áreas irrigadas, do seu valor do ano 2000.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****5.0%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**28.6%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**15.0%**

Taxa de redução da taxa de incidência da pobreza na linha internacional da pobreza.

**7.0%**

proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura

**68.8%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**Recomendações**

1. A Serra Leoa deve implementar mecanismos apropriados, incluindo as plataformas conjuntas de revisão sectorial, para promover a responsabilidade mútua e a revisão pelos pares, bem como a qualidade da coordenação multisectorial e múltiplos intervenientes, a fim de aumentar a capacidade de gerar e utilizar dados e informações estatísticas agrícolas.
2. A Serra Leoa deve aumentar a proporção de agricultores que têm acesso a serviços consultivos agrícolas e que praticam a agricultura inteligente em termos climáticos, especialmente nos produtos agrícolas prioritários do país.
3. Serra Leoa deve investir mais em intervenções e políticas para reduzir a taxa de pobreza no país.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Sierra Leone						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	3.24	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	2.86	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.88	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	0.00	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.58	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.14	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.05	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	2.54	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.60	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	4.11	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.15	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	5.10	5.00	Em boa via		
					PC 3.3	Parda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	9.76	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.40	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	4.26	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.19	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.25	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	3.50	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	6.13	5.00	Em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	9.76	5.00	Em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.50	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.42	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.90	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.95	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.61	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.82	10.00	Não em boa via		
Pontuacao global do país					4.33	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

O país é solicitado a participar na próxima ronda do exercício de recolha de dados de 2023 para a Conferência da União de janeiro de 2024.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País		Somália								
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP									
2	Financiamento de investimentos na agricultura									
3	Acabar com a fome									
4	Erradicar a pobreza através da agricultura									
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura									
6	Resiliência à Variabilidade Climática									
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados									
Pontuação global do país					n.a	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

Dados não solicitados pelo país.

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:**

<p><b>74.8</b> Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.</p>	<p><b>99.9%</b> Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.</p>	<p><b>79.7%</b> Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).</p>	<p><b>53.0</b> out of 100 Como índice de facilitação do comércio (TFI).</p>	<p><b>-0.1%</b> Para a volatilidade dos preços alimentos internos.</p>
---	--	---	---	--

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:**

<p><b>10.4%</b> de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.</p>	<p><b>13.9%</b> Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.</p>	<p><b>19.4%</b> da população é subnutrida.</p>	<p><b>3.4%</b> Crescimento annual do valor acrescentado da agricultura ( PIB da agricultura ).</p>	<p><b>66.7%</b> Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.</p>
---	--	--	--	---

**Recomendações**

1. Aumentar a dotação orçamental do governo para a criação de resiliência, as iniciativas de saúde infantil, de capacitação de jovens e mulheres.
2. Criada mecanismos institucionalizados inclusivos de responsabilização mútua e avaliação pelos pares.
3. Concluir a adopção do processo do CAADP.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					África do Sul						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.02	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	0.00	10.00	Não em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.43	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.65	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.32	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	0.55	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	2.72	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.01	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	3.94	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.26	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.51	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	9.76	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.47	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.66	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.36	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.43	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.02	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.94	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.72	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.15	5.00	Em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.33	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.00	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	8.42	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.33	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	6.94	10.00	Não em boa via		
Pontuacao global do pais					4.05	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****0.0%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

**128.5%**

Taxa de crescimento da proporção da Diversidade Dietética Mínima-Mulheres.

**20.0%**

de famílias rurais, de pastores e pescadores são resistentes a impactos ligados às condições climáticas e meteorológicas.

**63.3%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**-0.1%**

Para a volatilidade dos preços alimentos internos.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****2.8%**

De despesas públicas da agricultura como participação do total das despesas públicas.

**53.9**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**36.3%**

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

**44.4%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**57.1%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**Recomendações**

- O Governo do Sul do Sudão deve aumentar a parte das despesas públicas agrícolas no total das despesas públicas para atingir a meta da CAADP de, pelo menos, 10%.
- O Governo do Sudão do Sul deve aumentar as despesas com iniciativas de reforço da resiliência.
- O Governo do Sudão do Sul deve criar mecanismos inclusivos para a responsabilização mútua e a revisão pelos pares e domesticar os compromissos da Declaração de Malabo

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Sudão do Sul				
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)				
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.68	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	5.71	10.00	Não em boa via
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.89	10.00	Não em boa via
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	4.44	10.00	Não em boa via
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.54	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	6.15	10.00	Não em boa via
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.00	10.00	Não em boa via
3	Acabar com a fome	0.83	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	0.00	7.92	Não em boa via
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 3.4	Proteção Social	0.00	10.00	Não em boa via
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.86	5.00	Não em boa via
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.11	5.00	Não em boa via
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.00	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.25	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio Intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.50	5.00	Não em boa via
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.48	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	3.33	6.00	Não em boa via
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	3.63	10.00	Não em boa via
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.41	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.52	5.00	Não em boa via
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	6.39	10.00	Não em boa via
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.31	10.00	Não em boa via
Pontuacao global do pais					Progresso global				
2.88					Não em boa via				
O Índice de Referência de 2021 é					Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				
7.28									

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**8.6%**

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**1.0%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**83.1%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**0.3%**

Para a volatilidade dos preços alimentos internos.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****3.1%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**11.2%**

de agricultores com acesso a serviços de consultoria em matéria agrícola.

**8.2%**

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

**17.0** out of 100

Como índice de facilitação do comércio (TFI).

**14.1%**

Prevalência de desperdícios entre crianças menores de 5 anos de idade.

**Recomendações**

- O Governo do Sudão deve aumentar o acesso a serviços de aconselhamento agrícola de qualidade a todos os agricultores e implementar políticas e estratégias para reduzir as perdas pós-colheita.
- O Governo do Sudão deve abordar as restrições impostas ao comércio agrícola, a fim de melhorar o nível do índice de facilitação do comércio, a fim de reforçar o comércio de bens e serviços agrícolas com outros Estados-membros africanos.
- O Governo do Sudão deve promover iniciativas destinadas a garantir que pelo menos 30% das terras agrícolas sejam colocadas sob práticas sustentáveis de gestão da terra e da água.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País		Sudão								
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.14	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	4.48	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.94	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.41	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.63	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	0.01	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.35	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.54	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	1.64	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	5.84	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.28	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.77	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.72	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.38	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.68	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.35	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	3.59	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.51	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.67	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	5.38	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.06	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bional da Agricultura	8.10	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					3.32	Progresso global				Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****176.2%**

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

**100.0%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**83.9**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****31.8%**

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

**10.9%**

Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.

**11.6%**

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

**3.5%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**6.4%**

Taxa de redução da taxa de incidência de pobreza, na linha de pobreza nacional.

**Recomendações**

- O Governo da Tanzânia deve intensificar os seus programas específicos para reduzir a pobreza e reduzir continuamente o nanismo entre crianças com menos de 5 anos, de acordo com os objectivos dos ODS.
- O Governo da Tanzânia deve implementar intervenções para aumentar o rendimento das mercadorias prioritárias do país e garantir que pelo menos 30% das terras agrícolas sejam colocadas sob práticas sustentáveis de gestão das terras e da água.
- O Governo da Tanzânia deve implementar estratégias para melhorar o acesso ao financiamento de homens e mulheres que trabalham na agricultura, bem como reduzir a taxa de pobreza entre os grupos vulneráveis.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Tanzânia						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	10.00	10.00	Em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	1.65	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.20	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.03	5.00	Não em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.02	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	1.36	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	3.60	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.33	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.36	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	5.67	5.00	Em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	6.11	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.06	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.09	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	6.31	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	4.87	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.37	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	4.21	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	3.42	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.99	5.00	Não em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.79	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.59	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	10.00	10.00	Em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.39	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.33	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	9.82	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					6.14	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**41.0%**

proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura

**254.7%**

Maior fornecimento de insumos agrícolas de qualidade para total de insumos necessários para produtos agrícolas.

**85.8%**

Índice de Sistemas de Segurança Alimentar ( FSSI ).

**38.1%**

Índice de Saúde de Segurança Alimentar ( FSHI ).

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****4.9%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**29.5%**

Índice de Comércio de Segurança Alimentar ( FSTI )

**5.7%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**17.1%**

Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave na população com base na Escala de Experiências em Insegurança Alimentar ( FIES ).

**70.9%**

Aumento do valor do comércio IntraAfricano de produtos e serviços agrícolas.

**Recomendações**

- O Governo do Togo deve implementar estratégias que reforcem a expansão da terra agrícola, no âmbito de práticas sustentáveis de gestão da terra.
- O Governo do Togo deve implementar estratégias para reforçar a segurança alimentar, bem como os estados de segurança alimentar e nutricional da população.
- O Governo do Togo deve aumentar as despesas públicas com a agricultura, em percentagem do valor acrescentado da agricultura, a fim de atingir o objectivo de dez por cento dos orçamentos nacionais.

**Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo**

Nome do País										
Togo										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.10	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.11	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.18	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.51	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.18	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	4.83	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	4.02	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.95	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	6.40	7.82	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	4.29	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	0.07	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	0.57	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	6.38	5.00	Em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.57	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	4.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.26	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	7.00	Em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	4.10	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	3.54	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.66	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	4.13	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	0.81	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.45	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.36	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	9.44	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.64	10.00	Não em boa via	
<b>Pontuação global do país</b>						<b>4.67</b>	<b>Progresso global</b>			<b>Não em boa via</b>
O Índice de Referência de 2021 é						<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.			

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****71.1**

*Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.*

**100.0%**

*Para a conclusão do processo CAADP.*

**100.0%**

*para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.*

**5.0** out of 5

*Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.*

**21.9%**

*proporção de mulheres rurais capacitadas na agricultura*

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****3.0%**

*De jovens empenhados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.*

**16.6%**

*Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.*

**21.3%**

*Maior rendimento para os produtos de base agrícola prioritários.*

**20.8%**

*Taxa de redução do diferencial entre o preço grossista e o preço de farmgate.*

**15.4%**

*de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.*

**Recomendações**

- O Governo da Tunísia deve tomar medidas para aumentar o número de jovens empregados em novas oportunidades de emprego nas cadeias de valor agrícola.
- O Governo da Tunísia deve implementar estratégias para promover a agricultura terrestre sob práticas sustentáveis de gestão da terra.
- O Governo da Tunísia deve enfrentar o desafio da baixa taxa de crescimento do rendimento dos produtos agrícolas prioritários, tendo em conta os desafios subjacentes à produtividade.

**Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo**

Nome do País					Tunísia						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.96	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.88	10.00	Não em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	5.91	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.55	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.48	5.00	Não em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	5.60	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	3.93	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	6.42	7.92	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.54	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	6.62	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	5.71	5.00	Em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.28	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.88	5.81	Em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.53	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	1.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	10.00	7.00	Em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.67	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.34	5.00	Em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.25	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	7.57	6.00	Em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.93	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	9.35	8.33	Em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.33	10.00	Não em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.70	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					6.28	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destaque das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**64.9%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**5.0** out of 5

Cadeia de valor de produtos agrícolas para os quais é fixada PPP com estreita ligação com pequenos agricultores.

**8.2%**

Crescimento anual do valor acrescentado da agricultura (PIB da agricultura).

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****5.6kg/ha**

Do consumo de fertilizantes por hectare de terra arável inferior ao 50 kg/ha recomendados.

**27.9%**

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

**10.2%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

**3.1%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**0.2%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**Recomendações**

- O Governo do Uganda deve implementar programas específicos para reduzir o nanismo e o peso reduzido entre as crianças com menos de 5 anos, de acordo com os objectivos dos ODS.
- O país deve implementar estratégias e políticas orientadas para aumentar o consumo de fertilizantes de acordo com a Declaração de Abuja e aumentar as despesas de investigação agrícola para aumentar a produtividade agrícola.
- O Governo do Uganda deve aumentar as despesas públicas com a agricultura, de modo a reflectir a grande contribuição do sector para a economia do país.

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Uganda					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.80	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	9.48	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.91	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.99	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	3.48	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	6.14	5.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.54	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	5.78	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.99	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.58	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	3.78	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	9.77	5.00	Em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	8.49	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	3.11	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.21	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	5.51	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.50	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	10.00	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	9.40	5.00	Em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.14	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.70	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	5.39	5.00	Em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	7.65	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	8.22	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.09	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.61	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	9.82	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					5.89	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

**Destaques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**102.3%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**100.0%**

de terra arável sob práticas de gestão sustentável de terras.

**19.0%**

Governamental despesas da agricultura como percentagem do valor agregado agrícola.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****55.4**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**32.3%**

Prevalência de atraso de crescimento entre crianças menores de 5 anos de idade.

**12.0%**

Prevalência de peso insuficiente entre crianças menores de 5 anos.

**35.3%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

**0.4%**

do total das despesas na pesquisa agrícola como participação do PIB da Agricultura.

**Recomendações**

1. Aumentar o financiamento para a geração, gestão, análise e utilização de dados no sector agrícola.
2. Desenvolver/expandir a educação nutricional comunitária e suplementos de proteínas e energia para mulheres e crianças.
3. Aumentar as dotações públicas para a investigação agrícola e estabelecer parcerias de investigação com o sector privado

Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Nome do País					Zâmbia						
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)						
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso		
1	Compromisso com o processo do CAADP	9.85	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	9.54	10.00	Não em boa via		
2	Financiamento de investimentos na agricultura	8.07	7.50	Em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	8.76	10.00	Não em boa via		
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	10.00	5.00	Em boa via		
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.53	10.00	Não em boa via		
3	Acabar com a fome	2.88	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.51	7.22	Não em boa via		
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 3.4	Proteção Social	5.86	10.00	Não em boa via		
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	4.64	5.00	Não em boa via		
					PC 3.6	Segurança Alimentar	4.29	5.00	Não em boa via		
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.51	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	0.00	6.25	Não em boa via		
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	6.02	5.00	Em boa via		
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via		
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.56	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.00	5.00	Não em boa via		
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	7.12	5.00	Em boa via		
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.57	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.00	6.00	Não em boa via		
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	8.14	10.00	Não em boa via		
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.40	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	2.40	5.00	Não em boa via		
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via		
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	6.81	10.00	Não em boa via		
Pontuação global do país					5.55	Progresso global					Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.					

**Destques das 5 áreas-chave de excelente desempenho do País:****124.3%**

Resposta para necessidades de despesas sobre iniciativas de criação de resistência, com recurso a verbas do Estado.

**100.0%**

para políticas baseadas na evidência, instituições de apoio e recursos humanos adequados.

**100.0%**

Para a conclusão do processo CAADP.

**100.0%**

Para mecanismos institucionalizados inclusivos para responsabilidades mútuas e revisão de pares.

**100.0%**

Para a qualidade da coordenação de vários sectores e intervenientes.

**Destaque das 5 áreas-chave que requerem a atenção do país:****11.2%**

Aumento do valor acrescentado da agricultura por terra arável.

**17.0%**

de famílias rurais com propriedades ou acesso a terras seguras.

**20.3%**

de homens e mulheres engajados na agricultura que têm acesso a serviços de financiamento.

**44.0**

Índice de capacidade para gerar e usar dados e informações estatísticas sobre agricultura.

**16.8%**

Redução de perdas na colheita para produtos agrícolas nacionais.

**Recomendações**

- Promover a adição de valor à agricultura, adoptando abordagens da cadeia de valor dos produtos de base destinadas a melhorar o investimento e a eficiência.
- Promover/investir em políticas que aumentem o acesso ao financiamento de agricultores, incluindo mulheres e jovens.
- Promover/investir em políticas destinadas a melhorar o manuseamento e a conservação pós-colheita.

**Tabela de Indicadores de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo**

Nome do País					Zimbabwe					
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	10.00	10.00	Em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	10.00	10.00	Em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.45	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	7.76	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.03	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	4.97	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	5.32	7.82	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	5.42	5.00	Em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	3.37	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	5.27	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	5.71	5.00	Em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	4.74	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	0.97	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	3.88	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs Inclusivas para cadeias de valor de commodities	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.00	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	1.59	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.87	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	2.32	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	8.76	8.00	Em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	7.52	6.00	Em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	10.00	10.00	Em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	7.45	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	2.65	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	10.00	10.00	Em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	9.71	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do país					<b>5.17</b>	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					<b>7.28</b>	Que é a pontuação global mínima para que um país esteja no caminho certo em 2021.				

## 7B. Quadro de Resultados Regionais - Análise Regional

Región de África Central

se observa

3.33

/10 y va

No va por buen camino

para aplicar la Declaración de Malabo sobre la transformación de la agricultura en África

### Análisis regional

1. Hay ocho Estados miembros en esta región, a saber: Camerún, República Centroafricana, Chad, Congo, República Democrática del Congo, Guinea Ecuatorial, Gabón y Santo Tomé y Príncipe. Bajo la coordinación conjunta de la Comisión Económica para los Estados de África Central (CEEAC) y la Comunidad de Desarrollo de África Austral (SADC), y con el apoyo de expertos de la Comisión de la Unión Africana (CUA) para la revisión de los informes preliminares, todos los Estados miembros, excepto Santo Tomé y Príncipe, presentaron sus informes bienales, lo que representa una tasa de presentación del 87,5%. La puntuación media de la región es de 3,33, en comparación con la referencia de 2021, que es de 7,28. Esto indica que la región no está en vías de cumplir con los compromisos del CAADP/Malabo, ni siquiera si hace un ligero progreso en comparación con la puntuación de 2019 (3,22). Sin embargo, la región de África Central no está en vías de cumplir todos los indicadores.

2. Los resultados de la región en materia de comercio intra africano de productos agrícolas y servicios siguen siendo un gran reto, con una puntuación de 1,45. Este resultado global se ve compensado por las políticas comerciales intra-africanas y las condiciones institucionales, con una puntuación individual de 2,91/5.

3. El objetivo de acabar con el hambre sigue siendo un gran reto para la región, con una puntuación de 1,78. Las acciones emprendidas para reducir las pérdidas postcosecha parecen no dar los resultados esperados. Además, la productividad agrícola y la seguridad alimentaria y nutricional son muy lentas en la región, con una puntuación de 1,51 y 1,90, respectivamente.

4. Los resultados de la región en cuanto a la erradicación de la pobreza a través de la agricultura siguen siendo bajos debido a la escasa participación de las mujeres en la agroindustria, con una puntuación de 1,25, y a las escasas APP inclusivas para las cadenas de valor de los productos básicos, con una puntuación de 1,75. Se trata, sin duda, de un ámbito en el que la región debería esforzarse más.

5. Todos los parámetros del indicador relacionado con la financiación de la inversión en la agricultura siguen siendo muy bajos, en particular el acceso a la financiación y el gasto público en la agricultura, con puntuaciones de 1,17 y 3,44, respectivamente, en comparación con la puntuación mínima de 2021 que es 10. La inversión del sector privado nacional en la agricultura y la inversión del sector privado extranjero en la agricultura también siguen siendo muy bajas, con una puntuación de 1,86 y 2,50, respectivamente, en comparación con la puntuación mínima de 5.

6. Por lo tanto, la región debe prestar atención a todas las áreas de los compromisos del CAADP/Malabo. Debe aumentar la financiación de las inversiones en agricultura, mejorar el comercio intra africano de productos y servicios agrícolas, emprender acciones contundentes para atajar el hambre y erradicar la pobreza a través de la agricultura sostenible. Dado que algunos indicadores no están bien comunicados, la región también debería mejorar el sistema de recogida de datos en cada país.

Cuadro de mando regional 2021 para la implementación de la Declaración de Malabo

Región de África Central										
Ámbitos de compromiso de Malabo (T)					Categorías de compromisos (C)					
No.	Temas	T-puntuación sobre 10	Mínimo para 2021	T-Progreso	No.	Temas	C-puntuación sobre 10	Mínimo para 2021	C-Progreso	
1	Compromiso con el proceso del PDDAA	6.68	10.00	No va por buen camino	PC 1.1	Proceso nacional del PDDAA	6.43	10.00	No va por buen camino	
					PC 1.2	Cooperación, asociación y alianza basadas en el PDDAA	7.33	10.00	No va por buen camino	
					PC 1.3	Revisión política e institucional basada en el PDDAA/Implementación y apoyo	6.30	10.00	No va por buen camino	
2	Financiación de las inversiones en agricultura	2.24	7.50	No va por buen camino	PC 2.1	Gasto público en agricultura	3.44	10.00	No va por buen camino	
					PC 2.2	Inversión nacional del sector privado en la agricultura	1.86	5.00	No va por buen camino	
					PC 2.3	Inversión del sector privado extranjero en la agricultura	2.50	5.00	No va por buen camino	
					PC 2.4	Acceso a la financiación	1.17	10.00	No va por buen camino	
3	Erradicar el hambre	1.78	6.32	No va por buen camino	PC 3.1	Acceso a insumos y tecnologías agrícolas	2.28	7.92	No va por buen camino	
					PC 3.2	Productividad agrícola	1.51	5.00	No va por buen camino	
					PC 3.3	Pérdida postcosecha	0.34	5.00	No va por buen camino	
					PC 3.4	Protección social	2.35	10.00	No va por buen camino	
					PC 3.5	Seguridad alimentaria y nutrición	1.90	5.00	No va por buen camino	
					PC 3.6	Salubridad de los alimentos	2.29	5.00	No va por buen camino	
4	Erradicar la pobreza mediante la agricultura	1.98	5.81	No va por buen camino	PC 4.1	PIB agrícola y reducción de la pobreza	1.76	6.25	No va por buen camino	
					PC 4.2	Asociaciones público-privadas inclusivas para las cadenas de valor de los productos alimenticios básicos	1.75	5.00	No va por buen camino	
					PC 4.3	El papel de los jóvenes en la agricultura	3.17	5.00	No va por buen camino	
					PC 4.4	Participación de las mujeres en la agroindustria	1.25	7.00	No va por buen camino	
5	Comercio intraafricano de productos y servicios agrícolas	1.45	5.00	No va por buen camino	PC 5.1	Comercio intraafricano de productos y servicios agrícolas	0.00	5.00	No va por buen camino	
					PC 5.2	Políticas comerciales intraafricanas y condiciones institucionales	2.91	5.00	No va por buen camino	
6	Resiliencia frente al cambio climático	4.46	8.00	No va por buen camino	PC 6.1	Resistencia frente a los riesgos climáticos	2.64	6.00	No va por buen camino	
					PC 6.2	Inversión en el refuerzo de la resiliencia	6.29	10.00	No va por buen camino	
7	Responsabilidad mutua por las acciones y los resultados	4.71	8.33	No va por buen camino	PC 7.1	Capacidad del país para la planificación, la ejecución y el seguimiento/evaluación basados en datos empíricos	0.14	5.00	No va por buen camino	
					PC 7.2	Revisión por pares y responsabilidad mutua	6.77	10.00	No va por buen camino	
					PC 7.3	Proceso de revisión bienal de la agricultura	7.23	10.00	No va por buen camino	
Puntuación global de la región					3.33	Progreso general				
La puntuación de referencia de 2021 de					7.28	es la puntuación global mínima para que una región esté en buen camino en 2021.				

### Análise da Região

1. A região da África Oriental atingiu um resultado global de 4.56 contra um valor de referência de 7.28 e, por conseguinte, não estava no caminho certo para atingir os objectivos e metas do CAADP até 2025. Ao nível dos compromissos, a região não estava em vias de atingir a meta em nenhuma das sete áreas de compromisso do CAADP. O desempenho observado reflectiu o desempenho geral dos Estados-membros da região. Dos 13 Estados-membros da região da África Oriental, apenas o Ruanda estava no caminho certo para atingir os objectivos e metas do CAADP.

2. No entanto, é de salientar que, em algumas áreas de compromisso, a região registou bons progressos na consecução dos objectivos. Por exemplo, no tema 1 sobre o compromisso com o processo do CAADP a região teve uma pontuação de 7.89 em 10. O objectivo poderia ser facilmente alcançado se todos os Estados-membros da região se recomeçassem a implementar os restantes aspectos do processo do CAADP em domesticação, se fossem necessários acordos de parceria e aliança com todas as partes interessadas e completassem análises políticas e institucionais. Da mesma forma, para a área de compromisso 7, o desempenho demonstrou progressos impressionantes e poderia ser alcançado especialmente através do reforço da capacidade dos Estados-membros para planeamento, implementação e M&A. baseados em evidências. A região também fez bons progressos no aumento da resiliência à variabilidade climática ao atingir uma pontuação de 6.22 contra uma pontuação de referência de 8.00. No entanto, os Estados-membros devem aumentar os investimentos na construção de resiliência.

3. A região deve prestar mais atenção no compromisso 2 sobre o financiamento do investimento na agricultura porque não atingiu sequer a metade do objectivo. Os Estados-membros devem aumentar a despesa pública na agricultura e criar um ambiente propício ao aumento do investimento por parte do sector privado, incluindo o investimento directo estrangeiro. A região deve prestar uma atenção crítica à área do acesso ao financiamento por parte das famílias agrícolas cujo desempenho é particularmente fraco. A região deve igualmente prestar atenção à zona de comércio intra-africano de produtos agrícolas e serviços que são actualmente baixos; é necessário reduzir as barreiras ao comércio (tanto pautais como não pautais) e assegurar que haja um comércio mais livre entre os estados membros, tal como previsto sob a égide da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

4. De um modo geral, a região deve prestar atenção a todas as áreas de compromisso para poder cumprir os objectivos do CAADP até 2025.

Tabela de Indicadores Regional de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África Oriental												
Áreas de Compromissos de Malabo (T)				Categorias de Compromissos (C)								
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso			
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.89	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.31	10.00	Não em boa via			
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	8.13	10.00	Não em boa via			
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.23	10.00	Não em boa via			
2	Financiamento de investimentos na agricultura	2.79	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.07	10.00	Não em boa via			
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	1.74	5.00	Não em boa via			
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.54	5.00	Não em boa via			
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.78	10.00	Não em boa via			
3	Acabar com a fome	3.10	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.21	7.92	Não em boa via			
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.69	5.00	Não em boa via			
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	3.03	5.00	Não em boa via			
					PC 3.4	Proteção Social	5.13	10.00	Não em boa via			
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.01	5.00	Não em boa via			
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.56	5.00	Não em boa via			
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.18	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.12	6.25	Não em boa via			
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	4.18	5.00	Não em boa via			
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.44	5.00	Não em boa via			
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	1.97	7.00	Não em boa via			
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.12	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.55	5.00	Não em boa via			
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.70	5.00	Não em boa via			
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.22	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.58	6.00	Não em boa via			
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.85	10.00	Não em boa via			
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.59	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.92	5.00	Não em boa via			
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	7.58	10.00	Não em boa via			
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.27	10.00	Não em boa via			
Pontuação global da região						4.56	Progresso global			Não em boa via		
O Índice de Referência de 2021 é						7.28	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2021.					

### Análise da Região

1. A região tem seis Estados-membros, nomeadamente: Argélia, Egípto, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. A União do Magrebe Árabe (UMA), enquanto comunidade económica regional (CER), coordenou os seus Estados-membros e o Egípto para este processo da Revisão Bial. Todos os Estados-membros da região apresentaram dados de progresso. Estes Estados-membros e as respectivas pontuações para este período de relatório são a Argélia (1.47); o Egípto (6.52); a Líbia (1.14), a Mauritânia (5.40), Marrocos (6.89) e a Tunísia (6.28). É encorajador saber que Marrocos e a Tunísia fizeram progressos significativos no sentido de alcançar o compromisso de Malabo

2. Durante esta 3º ciclo de Revisão Bial, foi desenvolvido um grande esforço de comunicação para sensibilizar os Estados-membros. Também, apesar do contexto da COVID-19, os Estados-membros da região apresentaram os seus relatórios. Contudo, encorajamos os estados membros a melhorar o envolvimento nos seus estados membros de modo a que possam fornecer os dados abrangentes e atempados para futuros ciclos de Revisão Bial.

3. O relatório de progresso global mostra que a região não está no bom caminho com uma pontuação de 4,62 considerando o marco de referência de 2021 de 7,28. A pontuação regional foi aumentada de 2,65 no ciclo BR de 2019 para 4,62

4. A região não está em vias de atingir a meta em nenhuma das áreas de Compromisso de Malabo e só está em vias de atingir a meta em 3 das 23 Categorias de Desempenho (investimento interno do sector privado na agricultura, parceria público-privada inclusiva para cadeias de valor de mercadorias, e capacidade do país para implementação de planeamento e monitorização e avaliação com base em provas).

5. O desempenho abismal da região nos compromissos para erradicar a fome, a pobreza através da agricultura, o aumento do comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas e a construção de resiliência à variabilidade climática, reforça a necessidade de planear e orientar a transformação agrícola para um sistema alimentar resiliente.

Tabela de Indicadores Regional de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África do Norte										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.77	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	8.81	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	5.40	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.11	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.52	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.04	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	5.16	5.00	Em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.75	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	3.13	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.68	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	4.00	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	0.78	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	0.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	5.99	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.35	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.96	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	4.23	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.75	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	6.33	5.00	Em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	4.30	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	4.52	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.42	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	1.01	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.83	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	6.16	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	5.12	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.21	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.53	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	6.41	5.00	Em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	5.28	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	7.90	10.00	Não em boa via	
Pontuação global da região						4.62	Progresso global			Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é						7.28	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2021.			

### Análise da Região

1. Esta região tem doze (12) Estados-membros, nomeadamente: Angola, Botswana, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue. Com excepção das Maurícias, todos estes Estados-membros apresentaram os seus relatórios, representando uma taxa de apresentação de 92%. A pontuação média global para a região é de 4,11, o que indica que a região não está em vias de cumprir os compromissos de CAADP/Malabo quando avaliada em relação ao valor de referência de 7,28 para a Revisão Bial de 2021. Isso representa uma queda de 3,5% no desempenho quando comparado à Revisão Bial de 2019. Entre os doze (12) Estados-membros, nenhum está em vias de atingir a meta, o que representa uma diminuição de 66,7% em relação ao número de Estados-membros que estavam em vias de atingir a meta na Revisão Bial inaugural, mas não representa qualquer alteração em relação à Revisão Bial de 2019.

2. A África Austral não está em vias de atingir a meta em nenhum dos sete compromissos de Malabo na Revisão Bial de 2021, enquanto estava em vias de atingir a meta em quatro compromissos na Revisão Bial inaugural, mas também não estava em vias de atingir a meta em nenhum dos compromissos na Revisão Bial de 2019. No entanto, a região empreendeu esforços consideráveis nos compromissos sobre Responsabilização Mútua por Acções e Resultados, Resiliência à Variabilidade Climática, Compromisso com o Processo do CAADP, e Comércio intra-africano de Produtos de Base e Serviços Agrícolas, onde alcançaram cerca de metade dos marcos necessários para alcançar esses temas.

3. Os Estados-membros com sistemas de gestão de dados agrícolas relativamente bons produziram melhores relatórios para o processo de revisão bial.

a. Mais uma vez, o alinhamento e a implementação de políticas e programas baseados nos princípios do CAADP contribuem para um melhor desempenho dos Estados-membros (cumprimento das metas bianais estabelecidas no processo de Malabo/CAADP e desempenho do sector agrícola), tal como ilustrado pelo facto de cinco (2) Estados-membros (Tanzânia e Zimbábue) estarem em vias de atingir a meta quando se trata de implementar o Processo do CAADP;

b. Além disso, a abertura comercial contribuiu para um bom desempenho no comércio intra-regional na região (apenas um Estado-membro está no bom caminho: Botswana (5,06);

c. Além disso, a adesão à responsabilidade mútua contribuiu para bons progressos, dos quais três (3) Estados-membros (Tanzânia (9,39), Botswana (8,66), e África do Sul (8,42)) contribuíram para um bom desempenho e estão em vias de atingir a meta.

4. Considerando o baixo desempenho na Erradicação da Pobreza através da Agricultura, financiamento do investimento na agricultura e fim da fome, a região precisa de considerar o seguinte:

a. Em primeiro lugar, deve aumentar a despesa pública com a agricultura; depois, aumentar o acesso dos agricultores aos factores e tecnologias agrícolas;

b. A região deve também aumentar o investimento na construção de resiliência, investir em tecnologia de armazenamento pós-colheita para limitar a perda pós-colheita, reforçar os sistemas de recolha e gestão de dados agrícolas para assegurar que todos os objectivos e metas das Declarações de Malabo sejam comunicados no futuro;

c. Trabalhar para atrair mais investimentos públicos e privados de alta qualidade no sector agrícola que melhorem e sustentem o desempenho do sector agrícola para acabar com a fome e a redução da pobreza;

d. Promover a domesticação da Declaração de Malabo e metas nos seus NAIPs. É igualmente crítico que a região continue a abrir-se ao comércio intra-regional, utilize mercados estruturados e acrescente valor aos seus produtos a fim de aumentar os rendimentos do comércio na região e reduzir a pobreza.

Tabela de Indicadores Regional de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África Austral										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	6.55	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	6.02	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.20	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	6.42	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.94	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	5.40	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do sector privado nacional na agricultura	4.38	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do sector privado estrangeiro na agricultura	3.72	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.27	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.79	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	2.80	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.18	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	1.91	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	5.55	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.32	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.96	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	1.43	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.27	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	1.29	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	2.28	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	0.88	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.35	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.53	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.18	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.58	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	4.55	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.62	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Acções e Resultados	6.14	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.86	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	7.06	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	7.49	10.00	Não em boa via	
Pontuação global da região					4.11	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2021.				

## Análise da Região

1. A região está sob a coordenação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Os quinze (15) Estados-membros que constituem a região são: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, o Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné - Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, e Togo. A taxa de apresentação tem sido constante desde o primeiro período de apresentação do relatório, que é 2017 (93%) a 100% em 2019 e os mesmos 100% no relatório actual. A pontuação média para a região é de 4,80, o que indica que a região não está em vias de cumprir os compromissos de CAADP/Malabo quando avaliada em relação ao valor de referência de 7,28 para 2021. A região não está em vias de atingir a meta e caiu 8% em termos de desempenho em comparação com o último relatório. Mesmo que a região não esteja em vias de atingir a meta e tenha caído em termos de desempenho, é importante salientar que, em vez de apenas um país do último período abrangido pelo relatório que estava em vias de atingir a meta, visto que este é um relatório a meio caminho de 2025, cinco Estados-membros estão a fazer progressos constantes no sentido da meta de 10 pontos, registando um desempenho de 5 pontos e superior, mas inferior a 7,28 pontos. Estes cinco (5) Estados-membros são: Burquina Faso (5.20), Gâmbia (5.56), Gana (6.61), Mali (6.66) e Nigéria (5.59).

2. A Região da África Ocidental obteve uma pontuação de 4,75/10 e não está em vias de implementar a Declaração de Malabo sobre a transformação da agricultura em África. Especificamente, a África Ocidental não está em vias de atingir a meta em relação a quatro (4) compromissos: financiamento do investimento na agricultura; fim da fome; erradicação da fome através da agricultura; e comércio intra-africano de bens e serviços agrícolas. A região está a fazer progressos assinaláveis nos outros três (3) compromissos com pontuações a meio caminho do valor de referência total de 10 desde 2021, com 8,17 dos 10 pontos de compromisso no processo do CAADP, 5,92 dos 10 pontos de compromisso na resiliência à variabilidade climática; e 6,98 dos 10 pontos de compromisso na responsabilização mútua por acções e resultados.

3. A fim de melhorar o seu desempenho no financiamento do investimento na agricultura; acabar com a fome; erradicar a fome através da agricultura; e o comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas, a região deve prestar especial atenção às seguintes categorias de desempenho: (i) Investimento do Sector Privado Nacional na Agricultura; (ii) Investimento do Sector Privado Estrangeiro na Agricultura; (iii) Acesso ao financiamento, e (iv) Erradicar a fome. Infelizmente, o acesso ao financiamento está a surgir repetidamente em dois períodos de relatório.

4. Portanto, foram feitas as seguintes recomendações:

- Aumentar as despesas da agricultura pública em percentagem do total das despesas públicas;
- Proporcionar um ambiente favorável que facilite a facilidade de negócio, com vista a aumentar a relação entre o investimento interno do sector privado e o investimento público na agricultura;
- Assegurar o aumento da proporção de homens e mulheres envolvidos na agricultura com acesso a serviços financeiros, a fim de encorajar a participação de jovens e mulheres nas cadeias de valor agrícola; e
- Promover estratégias que aumentem a taxa de redução das perdas pós-colheita, a fim de aumentar a segurança alimentar e reduzir a fome.

Tabela de Indicadores Regional de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

Região da África Ocidental										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	8.03	10.00	Não em boa via	PC 1.1	Pais do Processo CAADP	9.05	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	6.92	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	8.13	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.02	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.98	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	2.97	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	1.72	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.41	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.87	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.54	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	2.75	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	2.38	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	3.62	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	1.62	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	3.29	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	3.27	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	2.08	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	4.27	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	3.87	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	2.86	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	3.27	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	2.10	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	4.44	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.93	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	4.42	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	7.45	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Acções e Resultados	6.86	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	2.95	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	8.67	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bienal da Agricultura	8.95	10.00	Não em boa via	
Pontuação global da região						4.75	Progresso global			Não em boa via
O Índice de Referência de 2021 é						7.28	Que é a pontuação global mínima para que um região esteja no caminho certo em 2021.			

## 7C. Quadro de resultados Continental de desempenho - Análise Continental

África

pontos

4.32

/10 e é

Não em boa via

na implementação da Declaração de Malabo sobre a Transformação da Agricultura em África

### Análise continental

1. De um modo geral, o continente continua a não estar no caminho certo para alcançar os compromissos da Declaração de Malabo, obtendo uma pontuação média global de 4.329. Com a referência relativamente mais elevada de 7.28 a ter de estar em vias de atingir a meta neste período de relatório, em comparação com 6.66 no período de relatório anterior de 2019, a taxa de progresso no continente parece ter diminuído ainda mais. A diferença entre o desempenho global do continente em comparação com o valor de referência para o período abrangido pelo relatório parece estar a aumentar: a diferença na pontuação de 4,03 e o valor de referência de 6,66 (2,63) em 2019 é um pouco menor do que a do presente período abrangido pelo relatório de uma pontuação de 4,329 e de um valor de referência de 7,28 (2,89). É de notar que a referência para cada período de apresentação de relatórios sucessivos irá aumentar, atingindo o valor máximo de 10 em 2025, uma vez que prevê-se que o continente melhore continuamente o desempenho no sentido de atingir as metas estabelecidas na Declaração de Malabo.

2. A taxa de progresso mais lenta neste período do relatório reflecte-se em ter apenas um Estado-membro (Ruanda) em vias de atingir a meta, em comparação com quatro no período de 2019 (Gana, Mali, Marrocos, e Ruanda).

3. O continente teve uma situação de não-participação no período de apresentação do relatório de 2019 para todas as sete áreas de compromisso, e isto não se alterou no período abrangido pelo relatório. No entanto, para as seguintes áreas de compromisso, houve uma melhoria global: Renovação do compromisso no processo do CAADP (Compromisso 1), de 7.29 a 7.2846; Erradicar a fome (Compromisso 3) de 2.20 a 2.715; Reduzir a pobreza pela agricultura para metade (Compromisso 4) de 1.81 a 2.6971; Resiliência às alterações climáticas (Compromisso 6) de 4.59 a 5.7169; Responsabilidade mútua pelas acções e resultados (Compromisso 7) de 5.98 a 6.2633.

4. A pontuação global do continente para o Impulsionamento do Comércio Intra-Africano de Produtos de Base Agrícolas (Compromisso 5) caiu de 2,87 em 2019 para 2,4453 no período de apresentação do presente relatório. Como tal, apenas cinco Estados-membros (Senegal (7,70), Nigéria (6,52), Serra Leoa (6,13), e Botsuana (5,06) Senegal (7,70), Jibuti (6,69), Nigéria (6,52), Botswana, Jibuti, Nigéria, Senegal, e Serra Leoa) dos 51 no período abrangido pelo presente relatório foram avaliados como estando no bom caminho, em comparação com 28 dos 49 Estados-membros que apresentaram relatórios no período anterior.

5. Quatro Estados-membros (Seicheles (8,87), Egípto (8,56), Eswatini (8,54), e Zâmbia (8,07)) foram avaliados como estando em vias de atingir a meta para o Financiamento do Investimento na Agricultura (Compromisso 2). No presente relatório, quatro (4) Estados-membros despenderam efectivamente pelo menos 10% do total das despesas nacionais na agricultura (Burundi, República Democrática do Congo, Etiópia e Mali), em comparação com quatro no período anterior (Burkina Faso, Burundi, Mali, e Mauritânia).

Tabela de Indicadores continental de 2021 para a Implementação da Declaração de Malabo

África										
Áreas de Compromissos de Malabo (T)					Categorias de Compromissos (C)					
No.	Assunto	T-ponto de 10	Mínimo para 2021	T-Progresso	No.	Assunto	C-ponto de 10	Mínimo para 2021	C-Progresso	
1	Compromisso com o processo do CAADP	7.28	10.00	Não em boa via	PC 1.1	País do Processo CAADP	7.70	10.00	Não em boa via	
					PC 1.2	Cooperação, parceria e aliança baseadas no CAADP	7.13	10.00	Não em boa via	
					PC 1.3	Política baseada em CAADP e Revisão Institucional / Definição / Suporte	7.00	10.00	Não em boa via	
2	Financiamento de investimentos na agricultura	3.15	7.50	Não em boa via	PC 2.1	Despesas Públicas para a Agricultura	4.78	10.00	Não em boa via	
					PC 2.2	Investimento do setor privado nacional na agricultura	3.17	5.00	Não em boa via	
					PC 2.3	Investimento do setor privado estrangeiro na agricultura	2.32	5.00	Não em boa via	
					PC 2.4	Acesso ao financiamento	2.34	10.00	Não em boa via	
3	Acabar com a fome	2.71	6.32	Não em boa via	PC 3.1	Acesso a insumos e tecnologias agrícolas	3.14	7.92	Não em boa via	
					PC 3.2	Produtividade Agrícola	1.93	5.00	Não em boa via	
					PC 3.3	Perda Pós-Colheita	1.82	5.00	Não em boa via	
					PC 3.4	Proteção Social	4.50	10.00	Não em boa via	
					PC 3.5	Segurança Alimentar e Nutrição	2.00	5.00	Não em boa via	
					PC 3.6	Segurança Alimentar	2.87	5.00	Não em boa via	
4	Erradicar a pobreza através da agricultura	2.69	5.81	Não em boa via	PC 4.1	PIB Agrícola e Redução da Pobreza	1.79	6.25	Não em boa via	
					PC 4.2	PPPs inclusivas para cadeias de valor de commodities	3.33	5.00	Não em boa via	
					PC 4.3	Emprego juvenil na agricultura	3.52	5.00	Não em boa via	
					PC 4.4	Participação das mulheres no agronegócio	2.11	7.00	Não em boa via	
5	Comércio Intra-Africano de Commodities e Serviços de Agricultura	2.44	5.00	Não em boa via	PC 5.1	Comércio intra-africano de produtos e serviços agrícolas	0.94	5.00	Não em boa via	
					PC 5.2	Políticas Comerciais Intra-Africanas e Condições Institucionais	3.93	5.00	Não em boa via	
6	Resiliência à Variabilidade Climática	5.71	8.00	Não em boa via	PC 6.1	Resiliência ao clima riscos relacionados	4.50	6.00	Não em boa via	
					PC 6.2	Investimento em construção de resiliência	6.91	10.00	Não em boa via	
7	Responsabilidade Mútua por Ações e Resultados	6.26	8.33	Não em boa via	PC 7.1	Capacidade do país para planeamento baseado em evidências, impl. e eu	3.35	5.00	Não em boa via	
					PC 7.2	Avaliação por Pares e Responsabilidade Mútua	7.37	10.00	Não em boa via	
					PC 7.3	Processo de Revisão Bial da Agricultura	8.06	10.00	Não em boa via	
Pontuação global do continente					4.32	Progresso global				
O Índice de Referência de 2021 é					7.28	Que é a pontuação global mínima para que o continente esteja no caminho certo em 2021.				

## PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS DECISÕES DA UNIÃO AFRICANA

### 8A. Relatório sobre o Consumo de Fertilizantes em África (Decisão: EX.CL/1041(XXXII))

#### 1. Antecedentes

Os agricultores de África enfrentam uma variedade de restrições, incluindo a baixa produtividade, o acesso limitado às novas tecnologias agrícolas e aos mercados fracos. Um dos principais factores biofísicos da baixa produtividade agrícola em África é o esgotamento da fertilidade do solo. Uma estimativa coloca a taxa anual de esgotamento da fertilidade do solo no equivalente a 4 mil milhões de USD em fertilizantes. Para aumentar a produtividade agrícola, expandir as taxas de crescimento agrícola e acabar com a fome, a melhoria da fertilidade e da saúde do solo em África não é negociável.

Foi neste contexto, que os Ministros da Agricultura da União Africana reuniram-se em Abuja a 12 de Junho de 2006 para a Cimeira Africana sobre Fertilizantes que conduziu à **Declaração de Abuja sobre Fertilizantes para uma Revolução Verde Africana [DOC]. ASSEMBLY/ UA/6(VII)**. As doze resoluções desta Declaração visavam a política e o desenvolvimento do mercado para impulsionar a produção, a disponibilidade e o uso de fertilizantes. A primeira resolução apelou aos governos africanos para que alcancem pelo menos um aumento de seis vezes no uso de fertilizantes e impulsionassem o uso médio anual de fertilizantes de **8 kg de nutrientes/ha para uma média de pelo menos 50 kg de nutrientes/ha até 2015**. Para alcançar este aumento no uso de fertilizantes, foram feitas onze resoluções adicionais, com intervenções a serem tomadas para abordar, entre outras, o acesso dos agricultores a fertilizantes, custos de fertilizantes, produção nacional e regional de fertilizantes, financiamento de fertilizantes e serviços de extensão. Especificamente, a Resolução 11 apelou ao Banco Africano de Desenvolvimento, com o apoio da Comissão Económica das Nações Unidas para África, **para que estabeleça até 2007 um mecanismo de financiamento de fertilizantes em África** que satisfaça as necessidades de financiamento das várias acções acordadas pela Cimeira. A 12: A resolução apelou à Comissão da União Africana e à Agência NEPAD, em colaboração com outros parceiros, para que acompanhem e elaborem relatórios bianuais sobre os progressos realizados.

#### 2. Progressos na implementação da Declaração de Abuja

##### 2.1 Criação e operacionalização do Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes (AFFM)

A Assembleia de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento aprovou a AFFM como um fundo especial em Abril de 2008. O Fundo entrou em vigor em 2015 quando as contribuições dos Governos da Nigéria, Tanzânia e Chade, bem como da Aliança para uma Revolução Verde em África (ARVA), atingiram o requisito de limiar financeiro de 10 milhões de USD para o início da operacionalização. O AFFM tornou-se subsequentemente funcional em 2018, após a nomeação de um Coordenador em Novembro de 2017, o recrutamento de pessoal do AFFM em 2018 e a aprovação de orientações estratégicas e operacionais adequadas e documentação pelo Conselho de Administração do AFFM e pelo Conselho de Administração do Banco Africano de Desenvolvimento (que acolhe o AFFM).

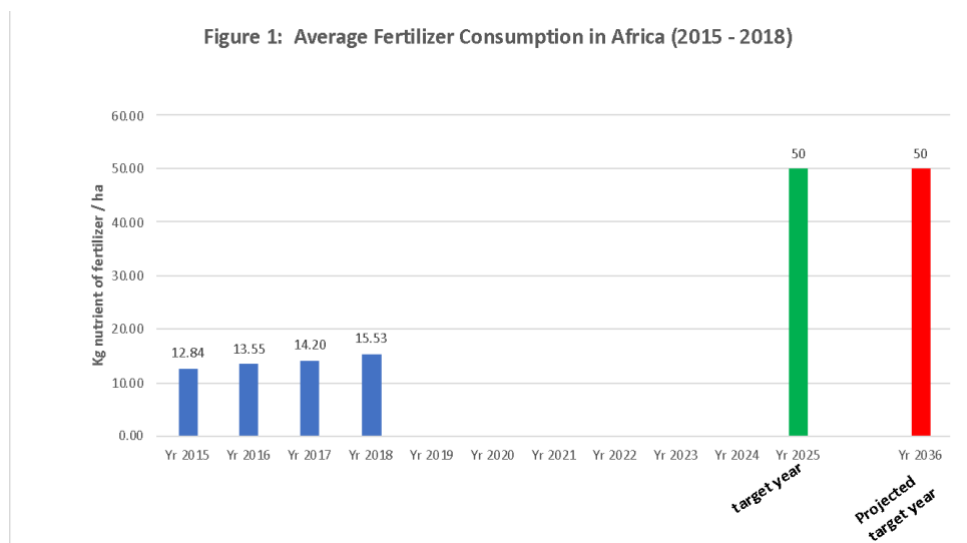
Em Dezembro de 2020, o AFFM tinha registado compromissos totais de 21,663,686 USD, com 15,229,027 USD (cerca de 70%) resgatados até agora. A Tabela 1 mostra a discriminação das promessas e dos montantes recebidos pelo AFFM em Dezembro de 2020. Do montante recebido, o AFFM afectou 13,3 milhões de USD, a projectos e custos operacionais e permanece com um saldo de 1,8 milhões de USD disponíveis para compromissos futuros. O AFFM está a lançar uma campanha de mobilização de recursos para financiar o seu plano estratégico de 7 anos (2022-2028), com um custo de 300 milhões de USD.

## 2.2 Consumo de fertilizantes

O processo de Revisão Bienal acompanha o progresso dos Estados-membros africanos no sentido da meta de 50kg de nutriente/ha até 2025 (revisito em relação à meta original do ano de 2015 na Declaração de Abuja). O indicador específico é o "consumo de fertilizantes (quilograma por hectare de terra arável)", sendo 2015 como o ano de base e 2025 como o ano-alvo. Os dados de 31 Estados-membros africanos revelam que o consumo médio de fertilizantes era de **cerca de 15,5 kg de nutrientes/ha a partir de 2018, contra cerca de 12,8 kg/ha em 2015**. A taxa média de crescimento do consumo de fertilizantes entre 2015 e 2018 foi de cerca de 6.5% ao ano. Nesse ritmo, serão necessários cerca de 21 anos para atingir a meta de pelo menos 50 kg de nutrientes/ha, em vez da meta de BR de 10 anos a partir de 2015 (ver Figura 1)<sup>4</sup>.

Tabela 1: Situação dos compromissos no AFFM (Dezembro de 2020)			
Contribuinte	Prometido (USD)	Recebido (USD)	% de Promessa Recebida
BAD	7,664,844	7,664,844	100%
Nigéria	10,000,000	6,362,336	63%
Tanzânia	2,000,000	203,005	10%
AGRA	998,842	998,842	100%
Chade	1,000,000	0	0%
<b>Total</b>	<b>21,663,686</b>	<b>15,229,027</b>	<b>70.30</b>

Fonte: Relatório Anual do AFFM para 2020



## 3. Conclusões e Recomendações

- O consumo de fertilizantes está a aumentar em África, mas a um ritmo muito mais lento do que o esperado. A maioria dos Estados-membros não está, portanto, em vias de cumprir a meta de Abuja de 50 kg de nutrientes/ha, mesmo depois de alargar o ano-alvo para 2025 através do processo da Revisão Bienal.

<sup>4</sup> De acordo com a IFA (África fertilizer.org), a procura de fertilizantes na SSA diminuiu cerca de 7% em 2019; e presumivelmente novamente em 2020 devido à COVID-19, enquanto 2021 registou um aumento elevado nos preços dos fertilizantes em todo o mundo, tornando a aplicação de fertilizantes mais baixa em África).

- ii) Desde a Cimeira de Abuja sobre Fertilizantes, em 2006, a paisagem dos fertilizantes em África mudou rapidamente. Além disso, os sistemas agro-alimentares evoluíram e enfrentam agora múltiplos riscos e tornaram-se mais insustentáveis. Seria importante rever a Declaração de Abuja e expandir a conversa sobre fertilizantes para incluir a gestão sustentável da fertilidade do solo e programas de administração comprovados, como a 4R Solutions.
- iii) Há necessidade de uma campanha agressiva de mobilização de recursos através do AFFM para financiar o consumo melhorado de fertilizantes e a saúde do solo necessários em África.

## **8B. Acesso às sementes e à biotecnologia (Decisão: Doc. ASSEMBLY/AU/6 (VIII))**

### ***1. Antecedentes***

A Oitava Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 29-30 de Janeiro de 2007, aprovou o Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (ASBP) como um quadro estratégico para o desenvolvimento do sector das sementes em África (Doc. ASSEMBLY/AU/6 (VIII)). O objectivo global do programa é contribuir para o aumento da segurança alimentar e nutricional e para a redução da pobreza em África, através do estabelecimento de sistemas de sementes eficazes e eficientes e de uma melhor aplicação das biotecnologias e metodologias no sector das sementes. Os objectivos do ASBP são os seguintes: i) Maior capacidade nacional para melhorar a produção, multiplicação e distribuição de sementes, a fim de melhor abastecer os agricultores com sementes de alta qualidade que lhes permitam responder às alterações das condições ambientais e das exigências do mercado; ii) melhoria dos procedimentos de garantia da qualidade das sementes em vigor para garantir uma produção e distribuição sustentáveis de sementes de alta qualidade aos agricultores; iii) reforço das ligações entre os sectores formal e informal das sementes para melhor compreender e responder às necessidades dos agricultores, incluindo os pequenos agricultores e as mulheres agricultoras; iv) políticas e regulamentações eficazes em matéria de sementes, destinadas a permitir e promover o aumento do comércio de sementes entre os países africanos; v) Maior capacidade de conservação e utilização sustentável e desenvolvimento de recursos genéticos vegetais para a alimentação e a agricultura, a fim de garantir a disponibilidade de variedades de culturas adaptadas para satisfazer as necessidades futuras dos agricultores; vi) aumento da capacidade de utilização de instrumentos biotecnológicos para melhorar a produção vegetal e a produção de sementes de alta qualidade; vii) aumento da capacidade de aplicação de medidas de biossegurança em relação à produção e distribuição de sementes e à melhoria genética vegetal, para proteger a saúde humana e o ambiente; viii) estabelecimento de códigos de conduta-modelo para as sementes utilizadas em situações de emergência.

### ***2. Progressos dos Estados-membros africanos na consecução dos objectivos***

#### **Lançamento de variedades**

*Nº de variedades divulgadas entre 2016 e 2020 para as 4 principais culturas:* Burkina Faso (18), RDC (20), Etiópia (37), Gana (34), Quénia (81), Madagáscar (13), Malawi (38), Mali (49), Moçambique (8), Nigéria (32), Ruanda (10), África do Sul (362), Tanzânia (50), Uganda (38), Zâmbia (44), e Zimbabwe (44)

#### **Competitividade da indústria**

*Nº de empresas de sementes activas que produzem e vendem sementes das 4 culturas principais:* Burkina Faso (21), RDC (11), Etiópia (21), Gana (1), Quénia (22), Madagáscar (13), Malawi (22), Mali (41), Moçambique (15), Nigéria (106), Ruanda (15), África do Sul (46), Tanzânia (30), Uganda (24), Zâmbia (10) e Zimbabwe (16)

*Volume de sementes vendidas para as 4 principais culturas (em TM):* Burkina Faso (12.349), RDC (2.812), Etiópia (71.014), Gana (11.180), Quénia (48.298), Madagáscar (1.620), Malawi (13.637), Mali (4.921), Moçambique (6.078), Nigéria (58.722), Ruanda (5.316), África do Sul (57.841), Tanzânia (8.389), Uganda (30.998), Zâmbia (34.653), e Zimbabwe (49.278)

#### **Política de Sementes, Regulamento e Apoio Institucional**

*Duração do processo de lançamento da variedade (Meses):* Burkina Faso (42), RDC (26), Etiópia (46), Gana (9.2), Quénia (34), Madagáscar (43), Malawi (2.5), Mali (24), Moçambique (24), Nigéria (43), África do Sul (15), Tanzânia (31), Uganda (20), Zâmbia (24) e Zimbabwe (18)

**Número total de inspectores:** Burkina Faso (94), RDC (105), Etiópia (32), Gana (45), Quênia (50), Madagáscar (60), Malawi (39), Mali (60), Moçambique (25), Nigéria (50), Ruanda (8) África do Sul (180), Tanzânia (48), Uganda (14), Zâmbia (118) e Zimbabwe (61)

### ***3. Recomendações para melhorar a resiliência do sistema de sementes de África***

Os sistemas de sementes são críticos para melhorar a segurança alimentar e nutricional, a resiliência e os meios de subsistência dos pequenos agricultores. Um sistema eficaz de sementes deveria poder entregar aos agricultores quantidades suficientes de sementes de qualidade a preços acessíveis. Tal sistema requer ser resiliente com a capacidade de resistir, recuperar e adaptar-se tanto aos choques naturais como aos choques provocados pelo homem. No entanto, os sistemas de sementes de muitos Estados-membros africanos são inadequados para satisfazer as necessidades dos agricultores. Por conseguinte, é necessário:

Sistemas de sementes que funcionam bem, alinhados com as quatro qualidades acima, são critérios necessários, mas não suficientes para a resiliência. Os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre os sistemas de sementes de África ilustram a necessidade de medir e monitorizar o nível de resiliência dos sistemas nacionais de sementes. Até à data, não foi concebida nenhuma ferramenta abrangente para medir a resiliência do sistema de sementes. No entanto, alguns dos princípios de um sistema de sementes resilientes incluem:

- *Programas de criação públicos e privados robustos* que produzem variedades adaptadas que são inteligentes para o clima, sensíveis aos consumidores e que melhoram a nutrição. As sementes de base produzidas a partir destes programas devem ser acessíveis e de fácil acesso para os produtores de sementes.
- *Sistema de lançamento e registo de variedades totalmente funcional e eficiente* que facilita a acessibilidade das variedades vegetais recém lançadas.
- *Instrumentos actualizados de política de sementes* que proporcionam o ambiente jurídico e regulamentar para a realização de todas as actividades e serviços relacionados com sementes ao longo da cadeia de valor.
- *Vibrante participação do sector privado* através de empresas de sementes e produtores de sementes que aderem às directrizes de controlo de qualidade de sementes, juntamente com a presença de uma forte associação nacional de comércio de sementes para defender reformas políticas.
- *Sistemas eficazes de distribuição de sementes* sob a forma de redes de agro-comerciantes rurais e um sistema funcional de funcionários de extensão agrícola são fundamentais para assegurar a distribuição fiável e atempada de insumos de qualidade de sementes certificadas que chegam aos agricultores.

## 8C. Implementação do Quadro para a Mecanização Agrícola Sustentável em África (F-SAMA)" (Decisão EX.CL/1041(XXXII)

**1. Antecedentes:** A utilização da mecanização agrícola sustentável na agricultura no continente africano em geral e na África Subsariana (SSA), em particular, está a um nível baixo em comparação com outros continentes. Estima-se que cerca de 65% da potência agrícola ainda é fornecida por força humana e o resto por animais de tracção (25%) e potência motriz, o que contribui apenas com cerca de 10%. A tendência actual mostra que os jovens estão a migrar de zonas rurais para zonas urbanas em busca de oportunidades mais ecológicas, deixando assim os idosos, na sua maioria mulheres, e crianças a cuidar das explorações agrícolas. É por estas razões que uma das resoluções sob o Compromisso número 3 da Declaração de Malabo 2014 identifica a mecanização agrícola como um factor chave para alcançar o objectivo de duplicar os níveis de produtividade agrícola até 2025. Especificamente, a resolução apela à criação e reforço de políticas, instituições e sistemas de apoio adequados para facilitar "uma mecanização e abastecimento energético adequados, fiáveis e acessíveis". Assim, a mecanização agrícola em África é vista como um pilar indispensável para alcançar o compromisso de acabar com a fome até 2025, como indicado na Declaração de Malabo, e até 2030, como indicado no Objectivo 2 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em apoio desta iniciativa, na 25ª Sessão Ordinária da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Junho de 2015 na África do Sul, a então Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, lançou uma campanha para "confinar a enxada manual ao museu". O Presidente procedeu à entrega simbólica de um lavrador eléctrico a cada Chefe de Estado e de Governo Africano, para assinalar a expectativa de uma rápida mecanização agrícola em África.

**2. Metas e objectivos:** Embora não haja metas específicas sobre a mecanização agrícola na Declaração de Malabo, o objectivo é contribuir para a duplicação dos níveis de produtividade agrícola até 2025, acelerar o crescimento e erradicar a fome até 2025.

### **3. Realizações/progressos na promoção da mecanização agrícola:**

Após o lançamento da F-SAMA durante a reunião do Comité de Agricultura da FAO (COAG) em 2018, a FAO, a CUA e os Estados-membros da UA esforçaram-se por operacionalizar o Quadro através da implementação de várias actividades. Isto incluiu apoiar os Estados-membros no desenvolvimento de estratégias nacionais de mecanização agrícola, bem como na implementação de programas destinados à promoção da mecanização ao longo da cadeia de valor, com foco nos pequenos agricultores.

- (i) Uma plataforma electrónica "*Africa-Mechanize Platform*" ([www.africamechanize.org](http://www.africamechanize.org)) foi desenvolvida e lançada para tornar-se a plataforma central para intercâmbios sobre todos os aspectos do desenvolvimento e da promoção da mecanização sustentável em África. A plataforma é acolhida pela Rede Africana de Conservação e Lavoura (ACT) e tem 4 componentes principais que são (a) Pólo de Conhecimento (b) Capacitação, Parcerias & Redes (c) Revista & Jornal, e (d) Assistência Técnica;
- (ii) Sensibilização sobre a F-SAMA, reforço da rede e da ligação através de 6 webinars (inglês e francês) envolvendo 46 oradores, mais de 1.000 participantes de 74 Estados-membros, a maioria dos quais de África. Os materiais dos Webinars foram amplamente distribuídos através da Plataforma de Gestão do Conhecimento e Redes Africa-Mechanize;
- (iii) Um evento especial África foi organizado conjuntamente pela FAO, ACT e a Federação Europeia para a Agricultura da Conservação (ECAAF) a 23 de Junho de 2021, durante o 8º Congresso Mundial sobre Agricultura da Conservação (8WCCA). O evento centra-se no aumento da visibilidade da F-SAMA

e na promoção do elemento 7 da F-SAMA, concentrando-se especialmente na agricultura de conservação (CA). Foram apresentados cinco estudos de caso sobre o sucesso da agricultura de conservação e das práticas de mecanização em África;

- (iv) Seis Estados-membros (Gana, Benim, Serra Leoa, Mali, Libéria e Zâmbia) foram apoiados pela FAO para formular ou rever a mecanização agrícola sustentável nacional a partir do F-SAMA. Além disso, o Uganda e o Quênia também formularam as suas estratégias nacionais de mecanização agrícola;
- (v) Dois *workshops* regionais com o objectivo de partilhar experiências sobre investimentos e parcerias para a mecanização agrícola sustentável foram conduzidos pela FAO e seus colaboradores, incluindo o ATO. O primeiro *workshop* foi realizado em Grand-Lahou, Costa do Marfim, de 3 a 6 de Dezembro de 2019, e contou com a participação de 37 participantes do Benim, Burkina Faso, Camarões e Costa do Marfim. O segundo *workshop* foi realizado em Kampala, Uganda, de 9 a 12 de Dezembro de 2019, e contou com a participação de 53 participantes da Etiópia, Gana, Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.
- (vi) Foi iniciado o desenvolvimento da capacidade de disponibilização de serviços de aluguer de mecanização para pequenos agricultores. Isto incluiu o desenvolvimento de um guia de formação e materiais didácticos de um prestador de serviços de mecanização (MSP). Além disso, a equipa realizou formação física e virtual em resposta às necessidades de 18 investidores e 61 prestadores de serviços de mecanização (MSPs) do Quênia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Foi produzido um relatório técnico sobre a operacionalização da F-SAMA com enfoque na "Capacitação dos Prestadores de Serviços de Mecanização Agrícola ao longo da Cadeia de Valor Agro-alimentar (Dezembro de 2020); e
- (vii) A União Africana revelou uma estátua intitulada "Retirada da enxada para o Museu", na cidade de Bobo Dioulasso, no Burkina Faso, para destacar e manter um enfoque de alto nível na agenda continental de promoção da mecanização agrícola entre as mulheres para melhorar a produção alimentar. Este foi o principal evento na celebração do Dia Internacional da Mulher Rural, em 15 de Outubro de 2019, que se concentrou nas mulheres rurais na agricultura.

#### ***4. Falta de dados/informações e recomendações sobre como preencher as lacunas***

- (i) Um grande desafio é a falta de dados actualizados dos Estados-membros sobre o que está a ser implementado para a operacionalização do F-SAMA e o estatuto da mecanização agrícola a nível nacional. Foram tomadas medidas para envolver os Directores da Mecanização Agrícola na plataforma "Africa Mechanize", mas é preciso fazer mais;
- (ii) O processo de Revisão Bienal não acompanha actualmente o progresso da mecanização agrícola no nível nacional. Os indicadores específicos sobre a mecanização agrícola devem ser desenvolvidos e acompanhados em conformidade; e.
- (iii) Embora os Estados-membros estejam a desenvolver estratégias nacionais de mecanização agrícola, são necessários recursos para implementar essas estratégias. Os Estados-membros, os parceiros para o desenvolvimento e o sector privado têm de reforçar os investimentos para a implementação dessas estratégias.

#### ***5. Conclusão***

Erradicar a fome em África até 2025 só será possível assegurando que a mecanização agrícola sustentável seja integrada nas políticas e estratégias de desenvolvimento agrícola dos Estados-membros da UA. Os investimentos na mecanização agrícola ao longo da cadeia de valor alimentar são urgentemente necessários para permitir aos actores aumentar a sua produtividade e prosperidade das comunidades, renovando ao mesmo tempo a atractividade do sector agrícola para a juventude rural com a introdução de novos empregos e tecnologias. Chegou o momento de todos os interessados desenvolverem um novo paradigma para a mecanização em África com base na F-SAMA.

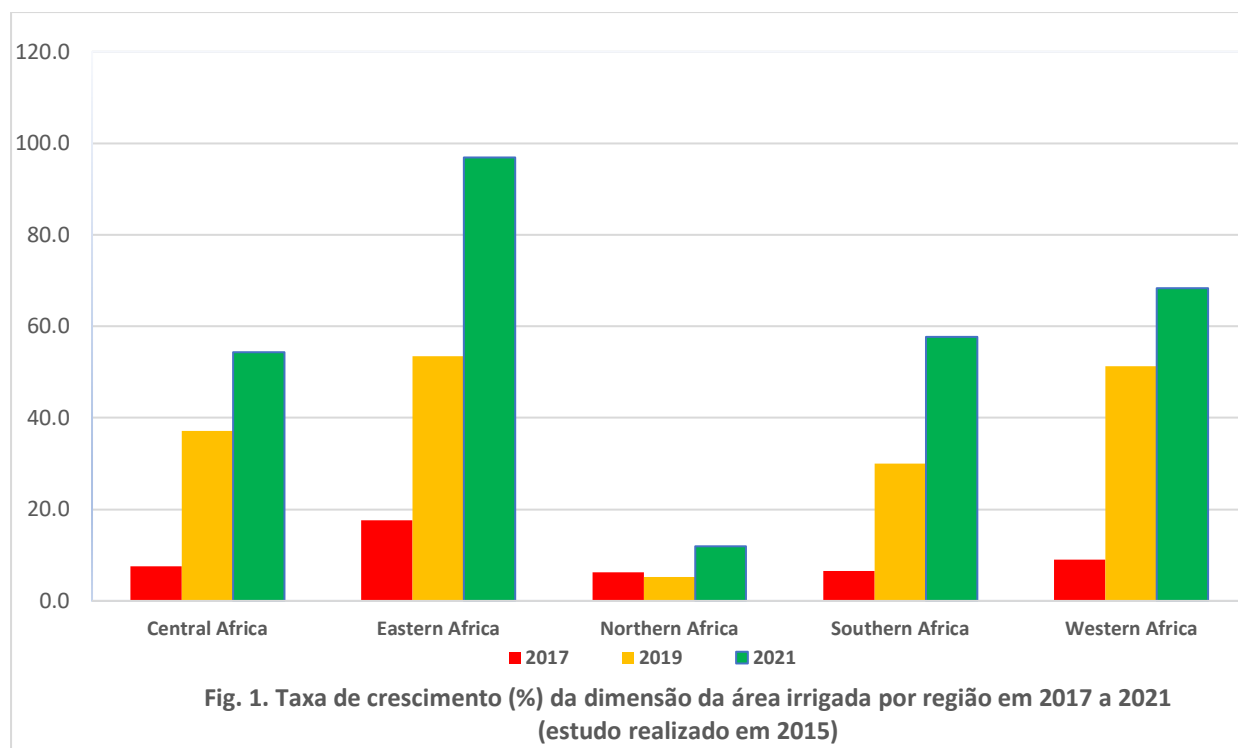
## **8D. Implementação do Quadro para o Desenvolvimento da Irrigação e Gestão Agrícola da Água (IDAWM) em África (Decisão: {EX.CL/1187(XXXVI)} 6-7 de Fevereiro de 2020, Adis Abeba, Etiópia e STC3/ARDWE/MIN/131)**

**A Decisão n°130 e n°131:** Comissão da União Africana e parceiros de desenvolvimento para apoiar as CER e os EM na domesticação, integração e implementação do quadro IDAWM e AU-SAFGRAD para informar sobre os seus progressos de implementação em conformidade.

**Os Objectivos:** A decisão visa promover o acesso e a utilização da irrigação e de outras soluções de gestão da água agrícola como instrumentos para uma intensificação agrícola sustentável. Isto aumentará a produtividade e promoverá meios de subsistência resilientes num contexto de choques climáticos crescentes e de elevada dependência da agricultura pluvial. O acesso à tecnologia de irrigação é uma ferramenta formidável para atingir o objetivo final da fome dos compromissos de Malabo de 2014 e da Agenda 2063. A meta de Malabo é aumentar em 100% o tamanho da área de cultura arável irrigada até 2025.

**Acesso à tecnologia de irrigação no Relatório de Revisão Bienal (BRR):** O acesso à tecnologia de irrigação é um dos indicadores do acesso à categoria de insumos agrícolas e tecnologia no compromisso de acabar com a fome. Duplicar a produtividade e construir um sistema alimentar resiliente no continente depende inerentemente do aumento da utilização da irrigação e de outras soluções de gestão da água agrícola, considerando a imprevisibilidade da precipitação; em duração e intensidade. A Revisão Bienal acompanha o desempenho dos Estados-membros no acesso à tecnologia de irrigação como a taxa de crescimento da superfície irrigada a partir do valor de referência de 2015. A área irrigada é definida como todas as áreas funcionalmente irrigadas e/ou equipadas para irrigação. As provas emergentes revelam que devido aos desafios técnicos e metodológicos associados à medição e estimativa da área total irrigada, a maior parte do que é relatado pelos EM são claramente subestimados. Os esquemas de irrigação pública em grande escala são mais conhecidos e negligenciam a irrigação liderada pelos agricultores de crescimento rápido (pequena escala) devido às suas dimensões fragmentadas, sazonalidade na utilização (invisibilidade sazonal) e natureza dispersa.

**Rastreo do indicador na Revisão Bienal:** O acesso à tecnologia de irrigação é rastreado e reportado nas Revisão Bienal como a variação percentual na área total irrigada bienalmente, a partir do valor de base de 2015. A Figura 1 mostra a taxa de crescimento percentual na área irrigada por região. Nos últimos 3 ciclos da Revisão Bienal, verificou-se um aumento geral da taxa de crescimento percentual na dimensão das terras irrigadas nas 5 regiões de África. A região da África Oriental testemunhou o crescimento mais notável de cerca de 97% em relação ao valor de 2015. O período compreendido entre 2019 e 2020 representou mais de 40% do crescimento total da área irrigada. A África Ocidental, Austral e Central também registou um crescimento na área irrigada de 68%, 58% e 54% respectivamente. Em comparação com outras regiões, a África do Norte testemunhou apenas um crescimento marginal (12%) em áreas irrigadas entre 2015 e 2021. Isto não é alheio ao limitado potencial de irrigação na região da África do Norte, o que corrobora o relatório do Quadro do IDAWM. É encorajador notar que, na Revisão Bienal de 2021, dos 48 Estados-membros que relataram a dimensão da área de irrigação, 8 deles estavam no bom caminho para cumprir o objectivo. Os Estados-membros em vias de atingir a meta são: Angola, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Namíbia, Ruanda, Serra Leoa e Uganda.



**Recomendações:** O objectivo de acabar com a fome através do aumento da produtividade agrícola exige um aumento dos investimentos em tecnologias de produção que melhorem a produtividade. O acesso às tecnologias de irrigação garante uma maior produtividade e cria um sistema alimentar resiliente. Há uma necessidade extrema de aumentar o acesso dos agricultores e produtores à tecnologia de irrigação em todas as regiões. Incentivar o investimento em sistemas de irrigação de pequenos agricultores que sejam adaptáveis às peculiaridades dos sistemas de produção dos pequenos agricultores é o meio mais potente de estimular a taxa de crescimento sustentado da irrigação no Continente. A disponibilidade de bombas solares acessíveis em pequena escala, em substituição das bombas movidas a combustíveis fósseis, e tecnologias financeiras favoráveis ao investimento provaram ser um grande impulso no incentivo à adopção e utilização de tecnologias de irrigação. É também imperioso que a Revisão Bienal utilize indicadores que apresentem a abordagem mais eficaz e cientificamente comprovada para o resultado desejado. A Revisão Bienal deve ter em consideração a necessidade de alinhar e encorajar a utilização de tecnologia de irrigação e outras soluções de gestão da água agrícola com práticas de gestão sustentável da terra, uma vez que estas são complementares e não parâmetros de desenvolvimento agrícola isolados.

## **8E. Relatório de progresso do sector pecuário sobre EX.CL/Dec.792(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Nona Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Animais Doc. EX.CL/807(XXIV)**

### ***Introdução***

A decisão mais importante para o sector pecuário, desde a adopção da Declaração de Malabo em 2014, é EX.CL/Dec.792 (XXIV), que conferiu mandato à Comissão da União Africana (CUA) para formular uma Estratégia de Desenvolvimento Pecuário. Em 2015, foi formulada a Estratégia de Desenvolvimento Pecuário para África (LiDeSA), que estabelece uma agenda transformadora para o sector pecuário. Várias iniciativas estão em curso para implementar o LiDeSA. A UA-IBAR é financiada pela União Europeia (UE) e pela CUA para promover a domesticação da LiDeSA e implementar os seus aspectos continentais.

### ***Progresso na consecução de objectivos fundamental na estratégia de desenvolvimento da pecuária para África***

São apresentados cinco indicadores fundamentais para acompanhar o progresso da implementação do LiDeSA:

#### ***Indicador 1: Taxa de crescimento da componente pecuária do valor agregado da Agricultura***

**(a). Alteração da proporção do valor acrescentado dos animais na proporção do valor acrescentado total da agricultura:** Isto tem sido insignificante ao longo dos anos (2015 - 2020) para os relatórios dos Estados-membros. Indicando que os Estados-membros dependentes do gado estagnaram estruturalmente, enquanto os Estados-membros tradicionalmente não dependentes do gado não fizeram investimentos adequados para estimular o desenvolvimento do sector, mesmo nos Estados-membros com potencial. Poderia também salientar a incapacidade dos Estados-membros e das regiões para identificar e investir em áreas de vantagem nas cadeias de valor pecuário prioritárias.

**(b). Taxa de crescimento do valor acrescentado agrícola:** O LiDeSA estabelece a taxa de crescimento alvo do valor acrescentado agrícola para a componente pecuária em 4.2% ao ano, inferior à meta da Declaração de Malabo para a taxa de crescimento do valor acrescentado agrícola de 6% ao ano. Este objectivo foi alcançado pela maioria dos Estados-membros apesar de um número de registos de valor acrescentado do gado (9 em 35 em 2016; 7 em 37 em 2017 e 4 em 37 em 2019). Em todo o continente, a taxa de crescimento do valor acrescentado da pecuária (2016 - 23%, 2017 - 31%, 2018 - 42%, 2019 - 55% e 2020 - 63%) evidenciou uma trajectória ascendente na taxa de crescimento do valor acrescentado da pecuária (2016 - 23%, 2017 - 31%, 2018 - 42%, 2019 - 55% e 2020 - 63%), sublinhando a crescente capacidade da pecuária para contribuir para o crescimento inclusivo e a redução da pobreza. Uma revisão ascendente da taxa de crescimento do valor acrescentado do gado alvo pode desencadear uma contribuição acelerada dos animais para a Declaração de Malabo.

#### ***Indicador 2: Investimento Público em Pecuária***

**(a) Despesas no sector pecuário como percentagem das despesas totais do governo:** A LiDeSA tem por objectivo que pelo menos 30% das despesas públicas com a agricultura (destinadas a 10% das despesas totais) sejam investidas no sector pecuário. Entre 2015 e 2020, a despesa média no sector pecuário, em percentagem do total das despesas públicas, foi de 1.01%. Apenas 2 Estados-membros gastaram mais de 5% do seu orçamento total para o sector pecuário: Namíbia (5.69%) e Gana (8.57%). Isto implica uma baixa priorização dos efectivos pecuários na orçamentação e apela a um aumento das despesas no sector para cumprir os objectivos da LiDeSA.

**(b) Despesas no sector pecuário como percentagem das despesas totais do governo na agricultura:** No período 2015-2020, o continente gastou, em média, cerca de 13.65% das despesas agrícolas no sector da pecuária, passando de 13.82% em 2015 para 16.15% em 2020. Apenas a Eritreia, o Egipto e a Mauritânia

gastaram 30% e mais dos seus gastos agrícolas no sector pecuário. Embora o aumento da despesa seja notável, há necessidade de elevar este valor para 30% das despesas agrícolas.

**(c) Despesas no Sector Pecuário como Percentagem do Valor Acrescentado do Gado (PIB):** Nos relatórios da Revisão Bienal, a meta para a intensidade da despesa (despesa em relação à contribuição do PIB do sector) é fixada em 19%, ou seja, o que foi alcançado pelos 10 Estados-membros com melhor desempenho. Em média, em África, as despesas com animais representaram apenas 8.12% do PIB da pecuária, com um crescimento impressionante de 4.82% em 2015 para 12.69% em 2020. Apenas cinco Estados-membros tinham despesas com animais que eram de 15% e mais do PIB no sector pecuário: Jibuti, Gana, Seychelles, Serra Leoa e Sudão do Sul. O crescimento das despesas em relação à contribuição do PIB dos animais deve ser sustentado e reforçado para atingir a meta de BRR.

### ***Indicador 3: Indicador de Segurança Alimentar e Nutrição: Taxa de crescimento do consumo per capita de proteínas de origem animal***

Os dados de BRR indicam que apenas quatro Estados-membros estão em vias de reduzir a prevalência de raquitismo para 10% ou menos. Apesar da promoção crescente de dietas à base de plantas globalmente e da de nagração de alimentos de origem animal (FCA), os dados de 2021, 2019 e 2017 BRR destacam a importância das FCA para melhorar a nutrição, como evidenciado pelos coeficientes de correlação significativos de -0.44, -0,44 e -0.45, respectivamente, entre as taxas de atordoamento e o consumo de proteínas provenientes do gado. Os dados FAOSTAT relativos a 45 Estados-Membros para 2014-2018 revelaram que o consumo africano de proteínas provenientes de animais é de 12.2 gramas por dia per capita, em comparação com a média global de 26.8 gramas. O consumo diminuiu 3.7% nesse período, mesmo quando o consumo global aumentou 2.8%. Dezanove Estados-membros africanos consomem mais do que a média continental, com apenas cinco níveis de consumo acima da média global. Em 23 Estados-membros registou-se um crescimento negativo no consumo de proteínas provenientes de animais. Os Estados-membros devem desenvolver políticas destinadas a promover um maior consumo de QCA, a fim de garantir o acesso mais pobre e vulnerável a regimes alimentares melhorados.

### ***Indicador 4: Indicador de Saúde Animal - Nível actual de avanço contra as Quarenta e Sete Competências Críticas do Desempenho dos Serviços Veterinários da OIE (PVS)***

O peso das doenças animais em África, com algumas doenças transmissíveis dos animais aos seres humanos, é responsável por mais de 4 mil milhões de USD em custos e perdas equivalentes a 25% do valor total da produção pecuária no continente. Dada a complexidade dos factores que influenciam a saúde animal e as condições sanitárias e fitossanitárias (SPS) num país, a governação veterinária e o estado de saúde animal podem ser avaliados através da determinação das capacidades dos Serviços Veterinários, tal como medidas pela avaliação do Desempenho dos Serviços Veterinários (PVS) da OIE, que abrange quarenta e cinco áreas de competência. Os resultados do PVS para 25 Estados-membros para 2015 a 2019 indicam que oito (32%) da Argélia, Botswana, Etiópia, Namíbia, África do Sul, Sudão e Suazilândia tiveram um nível de desempenho satisfatório em 50% (23 de 45) áreas de competência. No total, dez Estados-membros (40%) registaram um desempenho satisfatório em pelo menos 25% das áreas de competência. Isto mostra que os sistemas de saúde animal são fracos em vários Estados-membros, daí a necessidade de os EM continuarem a utilizar a ferramenta de PVS para fundamentar a política de reforço dos sistemas de saúde animal para melhorar o SPS e a situação de saúde pública/animal.

***Indicador 5: Taxa de Crescimento do Valor do Comércio Intra-Africano no Sector da Pecuária e dos Produtos Pecuários***

O LiDeSA e o recentemente aprovado Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) enfatizam ambos a necessidade de aumentar o comércio intra e interafricano como crítico para o crescimento económico e a transformação. Os dados de BRR relativos à pecuária ainda são deficientes, com a maioria dos Estados-membros a não apresentarem relatórios. Para os 13 Estados-membros (25%) que apresentaram relatórios, uma maioria oscilou entre taxas de crescimento negativas (declínio) e expansão muito pequena/marginal, sem padrões claros evidentes. África despende anualmente cerca de quatro mil milhões de USD na importação de produtos pecuários: uma grande lacuna não explorada para o comércio intra e inter-regional.

## **8F. Pesca e aquicultura no processo do CAADP (Decisão: Doc. EX. CL/627 (XVIII))**

### ***1. Antecedentes***

O continente africano tem vastos recursos pesqueiros que geram uma variedade de benefícios, incluindo segurança nutricional e alimentar, meios de subsistência, emprego, comércio local e regional, exportações e moeda estrangeira, bem como valores de conservação e biodiversidade de importância global. Nessa perspectiva, é fundamental notar um aumento progressivo dos níveis de produção, emprego e comércio no sector das pescas e da aquicultura entre 2015 e 2018. Apesar dos vastos recursos aquáticos de África (nos ecossistemas marinhos e de água doce e nos sistemas de produção aquícola), o continente continua a ser desafiado por questões que estão a impedir a utilização de recursos a longo prazo e a sustentabilidade ambiental e estão a minimizar a contribuição para a segurança alimentar, a redução da pobreza e o crescimento e desenvolvimento económicos nacionais. Com um maior entendimento da importância da pesca e da aquicultura no sector agrícola, a União Africana trabalhou para melhorar o desempenho do sector, estabelecendo um quadro político forte.

### ***2. Quadro político da UA para as pescas e a aquicultura e alinhamento com o CAADP***

As recomendações sobre o desenvolvimento das pescas e da aquicultura da primeira Conferência dos Ministros Africanos das Pescas e Aquicultura (CAMFA 1) em 2010 em Banjul, Gâmbia, foram aprovadas na 18ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da UA em 2011 (Doc. EX. CL /627(XVIII)) (AU, 2011). O Quadro Político e a Estratégia de Reforma (PGRS) para a Pesca e a Aquicultura foram desenvolvidos e aprovados pela Segunda Conferência Ministerial (CAAMF 2). Foi, subsequentemente, adoptada pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo Africano em 2014 através das Decisões do Conselho Executivo n.º EX.CL/Dec.831(XXV), como um projecto para a reforma positiva sustentável do sector das Pescas e Aquicultura em África, com vista a aumentar os benefícios para os Estados-membros.

A PFRS é consistente com os compromissos, objectivos e metas da Declaração de Malabo e delinea dez objectivos políticos, dos quais três são transversais (resiliência, género e juventude e serviços financeiros às PMEs). Existe um forte alinhamento entre todos os objectivos da PFRS e os Compromissos do CAADP, excepto o Compromisso 7 sobre o Reforço da Responsabilização Mútua pelas Acções e Resultados de Malabo. São necessários mais esforços para assegurar que as acções e resultados no domínio da pesca e da aquicultura sejam sistematicamente incorporados no processo de Revisão Bienal para reflectir com exactidão a contribuição do sector para a consecução do Compromisso 7 em África.

### ***3. Situação dos esforços para integrar a pesca e a aquicultura no CAADP***

O processo do CAADP atraiu uma ampla apropriação por parte dos Estados-membros da UA, indicando que a primeira década de implementação do CAADP criou o ambiente propício para a transformação agrícola liderada pela indústria. O peixe e os produtos aquáticos têm, contudo, visibilidade limitada no processo do CAADP e há necessidade de rever os planos de investimento do CAADP a nível Nacional e Regional. Daí a racionalidade da integração da pesca e da aquicultura nos RAIPs e NAIPs.

Entre 2015 e 2018, a Agência da NEPAD com a AU-IBAR, apoiou as CER e os Estados-membros a integrar a pesca e a aquicultura no planeamento abrangente e integrado dos planos de investimento agrícola. Esta acção foi realizada através das seguintes actividades:

- Formação de uma rede de peritos em pescas e aquicultura de todas as regiões do continente, nos quadros e processos do CAADP, permitindo-lhes prestar apoio técnico no processo de desenvolvimento do NAIP/RAIP e contribuir para a rede técnica do CAADP e para as equipas de revisão.

- Revisão pela rede de peritos especializados em pescas e aquicultura da inclusão das pescas e aquicultura no processo de Revisão Bienal do CAADP e subsequente recomendação de indicadores orientados para o sector para monitorização e avaliação do CAADP, a fim de informar e reforçar os futuros processos de Revisão Bienal.<sup>5</sup> Uma proposta de lista de indicadores a ser informada para a próxima Revisão Bienal.

A análise efectuada pela rede especializada da pesca e da aquicultura delineou considerações fundamentais para integrar a pesca e a aquicultura nos processos do CAADP e reforçar o desenvolvimento, o financiamento e a execução da NAIP/RAIP:

- A pesca e a aquicultura são reconhecidas como um sector de produtos essenciais para o continente africano (Declaração de Abuja 2006), mas são inadequadamente reconhecidas como tal no Quadro de Resultados do CAADP e noutros quadros estratégicos para o continente;
- O valor acrescentado total estimado do sector das Pescas e Aquicultura em África, incluindo a transformação de peixe, ascende a 24,0 mil milhões de USD, o que representa 1,26% do PIB total do continente e 6,06% do PIB continental da Agricultura (de Graaf, 2014);
- O peixe continua a ser o bem mais comercializado, contribuindo para o comércio intra e inter-regional de peixe em África. Grande parte deste comércio é informal e precisa de ser captada no quadro do comércio regional intra-africano;
- A pesca e a aquicultura são um dos sectores com maior diferenciação entre os sexos, com uma participação extensa e activa das mulheres e dos jovens, particularmente na cadeia de valor da produção e do comércio do peixe
- Os pólos de crescimento agrícola conhecidos como "agropoles", se adoptados como centros integrados de excelência, poderiam impulsionar a transformação dos sectores da agricultura, pecuária, pesca e aquicultura.
- A análise da literatura existente indica que, globalmente, a pesca e a aquicultura são apenas parcialmente integradas na maioria das políticas nacionais e regionais<sup>6</sup>, incluindo os RAIPs e os NAIPs.

#### ***4. Conjunto de indicadores de pesca e aquicultura propostos para inclusão na Revisão Bienal***

A revisão efectuada pela rede de peritos em pescas e aquicultura recomendou ainda um conjunto de indicadores orientados para a pesca e aquicultura para inclusão no processo de relatório da Revisão Bienal. Estas são delineadas de acordo com 5 áreas temáticas principais:

- i. Produção e produtividade sustentáveis da pesca e da aquicultura;
- ii. Aumento do comércio regional intra-africano de peixe e melhor funcionamento dos mercados nacionais e regionais;
- iii. A expansão da indústria local da pesca e da aquicultura e o desenvolvimento da cadeia de valor, incluindo as mulheres e os jovens;
- iv. Aumento da resiliência aos meios de subsistência e melhoria da adaptação e gestão dos riscos no setor das pescas e da aquicultura;
- v. Melhoria da gestão dos recursos naturais para uma pesca e aquicultura sustentáveis.

<sup>5</sup> AUDA-NEPAD (2020). Desbloquear a contribuição potencial das pescas e da aquicultura para a transformação agrícola em África: Integração das pescas e da aquicultura no CAADP para a execução dos compromissos da Malabo. Midrand, Joanesburgo - Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD

<sup>6</sup> Murekezi, P., Martone, E. & Menezes, A. Avaliação da integração da pesca e da aquicultura no desenvolvimento de políticas – Quadro e aplicação em África. FAO Pesca e Aquicultura Documento técnico n° 663. Roma, FAO. <https://doi.org/10.4060/ca9322en>

## **8G. Progressos na implementação do Quadro Político de SPS da UA (Decisão EX.CL/1187 (XXXVI))**

### ***1. Antecedentes***

A 33ª Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana realizada em Adis Abeba, de 9 a 10 de Fevereiro de 2020, em Adis Abeba, Etiópia, aprovou o Quadro Político Sanitário e Fitossanitário da União Africana (SPS) (Doc. EX.CL/1187 (XXXVI)). O objectivo do Quadro Político de SPS da UA é reforçar as capacidades dos Estados-membros da União Africana em matéria de SPS para aumentar o acesso dos produtos agrícolas de África aos mercados, particularmente à Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). O Quadro de Política de SPS apoia, portanto, a implementação da ZCLCA. Anexo ao Acordo número 7. Os objectivos do Quadro Político são (i) Estabelecer sistemas de SPS harmonizados de base científica (ii) Aumentar a eficiência e reduzir os custos comerciais, trabalhando para um sistema de SPS continental harmonizado (iii) Criar capacidade técnica e (iv) Aumentar o apoio político e o investimento em sistemas de SPS.

A implementação da decisão da UA sobre SPS alinha-se com o compromisso sobre a Triplicação do Comércio de Produtos de Base Agrícolas Intra-Africanos. Em 2019, apenas três dos 23 Estados-membros da UA (Lesoto, Níger e Senegal) que apresentaram dados para este indicador estavam em vias de triplicar o comércio intra-regional de produtos agrícolas e serviços em África até 2025. Por outro lado, os Estados-Membros estavam em vias de criar um ambiente favorável ao comércio intra-regional de produtos agrícolas e serviços. Os Estados-membros da UA têm de cumprir as normas de SPS para garantir a segurança alimentar, a vida ou saúde vegetal e animal, bem como o acesso ao mercado. Em 2019, a Comissão e a Infra-estrutura Pan-Africana de Qualidade (PAQI) empreenderam um levantamento das capacidades de SPS para determinar a situação das capacidades de SPS em África. Relativamente, o Índice de Segurança Alimentar de África (AFSI), introduzido no relatório sobre os BR em 2019, obriga os Estados-membros a verificar se têm os componentes necessários de um sistema de segurança alimentar funcional e se estão em vias de reduzir em 50% as doenças de origem alimentar e reduzir em 50% as rejeições comerciais devido a riscos de segurança alimentar até 2025.

### ***2. Conclusões***

Foram utilizados quatro indicadores para avaliar o estado das capacidades em matéria de SPS (segurança alimentar, fitossanidade e saúde animal) nos Estados-membros. Estes foram:

- i. Capacidade para cumprir a obrigação de transparência
- ii. Capacidade de realizar avaliações de risco nos domínios da segurança alimentar, fitossanidade e saúde animal
- iii. Capacidade de operar sistemas funcionais de segurança alimentar
- iv. Capacidade de alinhar as medidas nacionais de SPS com as normas internacionais de SPS

#### ***2.1 Capacidade das Autoridades de Notificação***

Quarenta Estados-membros apresentaram relatórios sobre as suas Autoridades de Notificação, estabeleceram quadros de SPS e mecanismos de coordenação para facilitar a transparência. Cinco Estados-membros (Quênia, Marrocos, Nigéria, Senegal e África do Sul) informaram ter Autoridades de Notificação com plena capacidade para cumprir as suas obrigações de transparência de SPS, 12 dos 40 Estados-membros tinham uma capacidade razoavelmente desenvolvida, 13 tinham uma capacidade limitada ou parcialmente desenvolvida e 10 Estados-membros não tinham ou tinham capacidades limitadas para cumprir a sua obrigação de transparência de SPS. Nos termos do Acordo da ZCLCA (Anexo VII) e das obrigações de transparência SPS da OMC, os Estados-Membros são obrigados a fornecer notificação prévia das suas medidas de SPS propostas. Isto garante que os outros Estados-membros tenham tempo para cumprir as medidas

propostas, tornando assim o comércio mais previsível. O reforço das capacidades dos Estados-membros para operar sistemas de transparência bem desenvolvidos será fundamental para criar previsibilidade no ambiente comercial da ZCLCA.

### ***2.2 Capacidade em Segurança Alimentar***

Trinta e nove (39) Estados-membros comunicaram as suas capacidades de segurança alimentar. Onze Estados-membros (Chade, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, Senegal, Seychelles, África do Sul, e Zâmbia) tinham capacidades de segurança alimentar bem desenvolvidas. Dezesete Estados-membros tinham razoavelmente desenvolvido, 7 tinham limitado ou parcialmente desenvolvido e 4 capacidades de segurança alimentar não desenvolvidas ou limitadas. Os principais constrangimentos comunicados pelos Estados-membros foram as capacidades limitadas para realizar a avaliação dos riscos de segurança alimentar e a falta de capacidade nos mercados alimentares informais nacionais para cumprir as normas de segurança alimentar. O índice de segurança alimentar em África (AFSI) mostra que os EM da UA desenvolveram a maioria dos componentes de um sistema de segurança alimentar. Para atingir o objectivo de segurança alimentar até 2025, conforme estipulado na AFSI, espera-se que os EM atinjam pelo menos uma pontuação de 5 (i.e. 50%) em 2021.

### ***2.3 Capacidade em fitossanidade***

África alberga milhares de espécies vegetais que são centrais para as economias dos Estados-membros. A ocorrência de pragas vegetais tem sido exacerbada pelas alterações climáticas, resultando numa elevada taxa de perda de espécies vegetais e de biodiversidade. As capacidades que reforçam os esforços coordenados para as actividades fitossanitárias a nível nacional, regional e continental são vitais para enfrentar as ameaças fitossanitárias em África. Dos 41 Estados-membros que comunicaram indicadores para as suas capacidades fitossanitárias, 13 deles (Burkina Faso, República Democrática do Congo, Eswatini, Gabão, Gana, Quénia, Malawi, Mali, Marrocos, Senegal, Seychelles, África do Sul, Zâmbia) tinham capacidades fitossanitárias bem desenvolvidas. Gabão, Gana, Quénia, Malawi, Mali, Marrocos, Senegal, Seychelles, África do Sul, Zâmbia) tinha capacidades fitossanitárias bem desenvolvidas. Vinte e dois Estados-membros desenvolveram-se razoavelmente, 5 desenvolveram-se parcialmente, e 1 não tinha capacidades de segurança alimentar ou tinha-as desenvolvido de forma limitada.

### ***2.4 Capacidade em termos de Saúde Animal***

As doenças e os riscos dos animais colocam graves restrições ao comércio de animais e produtos animais em África. Para aceder aos mercados, os Estados-membros devem criar e explorar serviços veterinários eficazes e capazes de prevenir, detectar, responder e controlar as doenças dos animais. Quanto às capacidades sanitárias, 11 dos 42 Estados-membros (Eswatini, Etiópia, Guiné, Malawi, Mali, Marrocos, Nigéria, Senegal, Seicheles, África do Sul e Zâmbia) tinham relatado ter desenvolvido bem as capacidades sanitárias animais. Vinte e três Estados-membros tinham evoluído razoavelmente, 6 tinham desenvolvido parcialmente, e 2 não tinham capacidades de segurança alimentar ou tinham-nas desenvolvido de forma limitada.

### ***2.5 Capacidades gerais de SPS***

O objectivo das capacidades globais de SPS reflecte-se em ter autoridades de notificação bem desenvolvidas, segurança alimentar, fitossanidade e capacidades em matéria de saúde animal. Oito Estados-membros (Eswatini, Quénia, Marrocos, Nigéria, Senegal, Seicheles e África do Sul) atingiram este objectivo global de capacidade de SPS. A manutenção da integridade da ZCLCA exigirá que todos os Estados Partes atinjam o limiar mínimo de capacidades de SPS necessárias para o comércio seguro de alimentos, plantas, animais ou produtos de origem animal.

### *3. Recomendações*

- i. Desenvolver um Índice de Saúde Animal, um Índice de Saúde Vegetal e um Índice de SPS composto para apoiar a monitorização e a comunicação dos objectivos de SPS.
- ii. É necessário realizar uma avaliação abrangente das capacidades de SPS em todos os Estados-membros utilizando ferramentas de avaliação de desempenho internacionalmente aceites.
- iii. Implementar programas destinados a melhorar e harmonizar as capacidades de SPS em África.
- iv. É necessário disponibilizar mais dados sobre os indicadores compostos para a AFSA, nomeadamente: Indicador de saúde da segurança alimentar e indicador de comércio da segurança alimentar.

## **8H. Acompanhamento do progresso na implementação de decisões de política de terras que promovem a segurança da posse da terra (Decision Assembly/AU/Decl.1(XIII) Rev.1)**

### *Antecedentes*

A terra é um bem essencial, pois pode ser utilizada para produzir culturas, criar gado, ganhar rendimentos de aluguer, bem como uma forma de garantia para aceder a outros recursos, tais como financiamento. A terra é um factor essencial de produção e a investigação indica que a segurança da posse da terra é necessária para o investimento em novas tecnologias e práticas sustentáveis. Para que África aumente a produção agrícola, poderá ser necessário colocar mais terras em produção, para além de aumentar a produtividade agrícola nas terras agrícolas existentes. A capacidade de aceder, possuir e utilizar a terra de forma sustentável é, portanto, crucial para garantir uma África segura em termos alimentares. Tendo em conta a necessidade de garantir a segurança dos direitos fundiários em África, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana aprovaram a Declaração da União Africana sobre as questões e os desafios da terra, em 2009. A Declaração reconhece a importância de proteger e garantir os direitos de posse da terra e o acesso equitativo à terra para todos os utilizadores da terra, especialmente os vulneráveis na sociedade, incluindo mulheres, jovens, minorias de pastores e povos indígenas e outros grupos vulneráveis.

De acordo com o quadro da Declaração de Malabo, o indicador sobre terra encontra-se sob o Compromisso 3 (tema de desempenho) sobre o fim da fome. O objectivo de desempenho era assegurar que 100% dos agricultores e empresas agrícolas interessados na produção agrícola tivessem direitos de acesso às terras necessárias até 2018. O indicador de desempenho foi a proporção da população agrícola adulta com a apropriação ou direitos de terra seguros sobre terrenos agrícolas. A população agrícola adulta neste contexto é definida como todos os indivíduos adultos que vivem em agregados familiares agrícolas. Este indicador inclui terrenos detidos individualmente ou em conjunto reconhecendo padrões de propriedade única ou conjunta variam consoante os contextos e têm diferentes implicações em termos de direito e direitos de posse.

### *Acompanhar o progresso na consecução dos objectivos da terra ao abrigo da Declaração de Malabo*

Até 2016, esperava-se que trinta e três por cento (33%) ou uma pontuação de 3,3 dos agregados familiares nos Estados-membros da UA tivessem garantido direitos sobre as suas terras agrícolas, e até 2018 teriam alcançado os cem por cento (100%) ou uma pontuação de 10.

Quinze (15) países tinham atingido o objectivo de 2016 de 3.3 de alcançar a segurança da posse da terra, conforme descrito no Relatório da Revisão Bial de 2017. Os países que atingiram o objectivo são: Cabo Verde (4,11), República Democrática do Congo (9,8), Egipto (10), Gâmbia (7,5), Quénia (3,8), Lesoto (9,68), Mauritânia (6,67), Maurícia (10), Marrocos (5,48), Namíbia (8), Ruanda (8,91), São Tomé e Príncipe (10), Serra Leoa (8,54), Togo (7,8) e Uganda (4,5). O Egipto, as Maurícias bem como São Tomé e Príncipe tinham atingido a pontuação de 10, que é a meta de 2025.

A meta estabelecida para 2018 foi de 10 e os resultados deste desempenho indicados foram relatados no Relatório de BR de 2019. O Mali registou o maior progresso na garantia dos direitos de terra com uma pontuação de 9,52, seguido pela Costa do Marfim que alcançou uma pontuação de 9,46. Os dados sobre o Gana indicam um progresso lento no sentido de alcançar este objectivo, uma vez que relataram que apenas 0.75 famílias agrícolas tinham algum tipo de segurança da posse da terra em 2019. Tanto o Mali como o Gana não forneceram informações sobre o indicador de segurança relativa à posse da terra em 2017. Aparentemente, o resultado do Ruanda indicou uma mudança para baixo de 8.91 em 2017 para 8.3 em 2019, no seu compromisso em matéria de segurança da

posse da terra. Da mesma forma, o resultado de Marrocos alterou-se de 5.48 para 3.14. A razão para isso não é clara. É interessante notar que, em 2019, apenas a Tunísia, as Seychelles e as Maurícias estavam no caminho certo para alcançar o indicador.

O objectivo para 2020 foi de 10. O Egipto teve 10 e foi o único país a ter atingido a meta. Alguns países comunicaram uma melhoria nas pontuações a partir dos resultados de 2017. Os países que relataram uma pontuação melhorada incluem a Gâmbia (de 5,25 a 8,5), a Nigéria (7,75 a 9) e o Sudão (2,95 a 7,3).

### *Observações*

Pode deduzir-se da informação que 50% dos agregados familiares agrícolas em pelo menos 32,65% ou 16 dos Estados-membros da UA que apresentaram relatórios sobre o indicador de segurança da posse da terra em 2019 não tinham segurança de posse da terra que detinham ou estavam a utilizar. Isto mostra que a insegurança na posse ainda é relativamente elevada e que devem ser feitos mais esforços para assegurar que os direitos à terra sejam protegidos para evitar a deslocação arbitrária de famílias de agricultores das suas terras. As informações fornecidas suscitam preocupação pelo facto de, dos quarenta e sete (47) Estados-Membros da UA que forneceram dados para o relatório da Revisão Bienal de 2017, cerca de dezasseis (16) deles não fornecerem quaisquer dados sobre terra, embora a maioria deles tenha fornecido informações sobre outros indicadores. Em 2019, cerca de dezassete (17) Estados-membros da UA de quarenta e nove (49) que forneceram informações sobre outros indicadores do CAADP não forneceram dados sobre terrenos. Isto pode ser um reflexo de que alguns Estados-membros da UA podem não ter estes dados prontamente disponíveis ou de que os seus actuais sistemas de informação fundiária ainda não fornecem as informações exactas que possam ser necessárias para que estes comuniquem sobre este indicador. Além disso, os resultados não indicam o tipo de sistema de posse ou o tipo de documentação que é utilizada para registar as terras que podem fornecer provas de segurança da posse. As informações fornecidas não indicam a propriedade da terra baseada no género, o que é essencial para compreender as lacunas na propriedade da terra entre homens, mulheres e jovens, que podem posteriormente afectar a sua produtividade ou desempenho agrícola. Além disso, não é claro se a terra que está a ser reportada é propriedade conjunta ou se é detida a nível comunitário por um grupo de pessoas ou comunidade.

Embora vários Estados-membros da UA tenham apresentado relatórios sobre os progressos realizados na consecução de vários objectivos da Revisão Bienal, alguns não reportaram sobre o objectivo relativo à terra. Dos quarenta e sete (47) países que forneceram informações sobre os indicadores da Revisão Bienal em 2017, apenas trinta e um (31) relataram o indicador com foco na garantia de direitos à terra. Em 2019, apenas trinta e dois (32) dos quarenta e nove (49) Estados-membros que apresentaram relatórios sobre os indicadores da Revisão Bienal a forneceram informações sobre a meta relativa à terra. Será necessário um maior envolvimento com as CER e os Estados-membros da UA para compreender os desafios que podem estar a enfrentar na elaboração de relatórios sobre este indicador. Além disso, poderia também ser necessário um reforço de capacidades para permitir aos Estados-membros realizarem os processos de comunicação necessários.

### *Conclusões e Recomendações*

Há necessidade de esforços concertados para assegurar que a questão da terra seja bem incorporada não só nos Planos Nacionais de Investimento Agrícola e de Segurança Alimentar, mas também nos sectores agrícolas mais vastos e nos processos de planeamento do desenvolvimento nacional dos Estados-membros da UA. Será necessário um maior envolvimento com as CER e os Estados-membros da UA para compreender os desafios que podem estar a enfrentar na elaboração de relatórios sobre este indicador. Poderá também ser necessário um maior desenvolvimento de capacidades para permitir aos Estados-membros empreenderem

os processos de informação necessários. A fim de melhorar a segurança da posse da terra entre os proprietários de terras agrícolas, foram feitas as seguintes recomendações:

- a. Criar níveis de conhecimento e de capacidade entre as Comunidades Económicas Regionais (CER) e os Estados-membros da UA, para que possam apoiar e empreender a integração de questões relacionadas com a governação da terra com os Planos Sectoriais Agrícolas ou NAFSIPs;
- b. Os ministérios que trabalham na agricultura e terras precisam de trabalhar mais de perto na elaboração de relatórios, bem como de procurar mecanismos para melhorar a segurança da posse dos proprietários de terras agrícolas;
- c. A CUA deve sensibilizar os governos e outras partes interessadas para o valor da integração das terras no planeamento, orçamentação e programação do sector agrícola;
- d. Facilitar a aprendizagem das lições e a partilha das melhores práticas na integração das terras no sector agrícola; e,
- e. Prestar atenção ao género na elaboração de relatórios para garantir esforços para melhorar a segurança da posse, bem como para garantir a igualdade de género e a inclusão social.

## **8I. Ponto de Situação sobre a Implementação da Decisão sobre a Agricultura Ecológica Orgânica em África (Decisão: Ex. CL/Dec. 631 (XVIII))**

**Introdução:** Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana adoptaram uma decisão sobre Agricultura Biológica (EX.CL/Dec.621 (XVIII)) em 2011. Os líderes solicitaram à Comissão da União Africana e à Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD (agora conhecida como Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD)) que iniciassem e fornecessem orientações para uma coligação de parceiros internacionais dirigida pela União Africana (UA) sobre a criação de uma Plataforma Africana de Agricultura Biológica baseada nas melhores práticas disponíveis. Além disso, a decisão atribuiu mandato à AUDA-NEPAD para dar orientações de apoio aos sistemas de agricultura biológica sustentável e melhorar a qualidade das sementes. Esta decisão foi tomada para promover e desenvolver o sector biológico em África, reconhecendo as oportunidades comerciais e de desenvolvimento sustentável oferecidas pela agricultura biológica aos agricultores dos países em desenvolvimento, particularmente aos pequenos agricultores. Após a adopção desta decisão, a Iniciativa de Agricultura Ecológica Orgânica (EOA-I) em África foi estabelecida em 2012. O seu objectivo global é facilitar a integração de EOA nos sistemas nacionais de produção agrícola até 2025 a fim de melhorar a produtividade agrícola, a segurança alimentar, o acesso aos mercados e o desenvolvimento sustentável em África. Os resultados são sustentados pelo potencial da agricultura biológica em contribuir para a redução da pobreza e segurança alimentar, entre outros, incluindo: aumentar os rendimentos com baixos factores de produção; conservar a biodiversidade e os recursos naturais; aumentar o rendimento líquido e/ou reduzir os custos dos factores de produção adquiridos externamente; produzir alimentos seguros e variados; e ser sustentável a longo prazo.

**Hectares de terras sob EOA:** De acordo com Willer et al (2021), as terras certificadas sob agricultura biológica em África aumentaram de 1,1 milhões de hectares em 2011, quando a Decisão da CUA sobre Agricultura Biológica foi adoptada, para mais de 2,1 milhões de hectares em 2020. Este número representa, no entanto, 0.2% do total da área agrícola de África, mostrando o enorme potencial. A Tunísia tem a maior área orgânica de cerca de 278,467 ha seguida pela Etiópia (221,890 ha), Uganda (183,598ha), Serra Leoa (157,531ha), Quénia (154,488 ha) e Egipto (116,000 ha). No que diz respeito à parte orgânica do total das terras agrícolas, São Tomé e Príncipe teve o valor mais elevado de 25%, seguido da Serra Leoa (4%), Egipto (3,0%) e Tunísia (2,9%).

**Fertilizantes Biológicos para a Produção de EOA:** Um relatório emitido pela *Mordor Intelligence* (2021) revelou que o mercado africano de fertilizantes biológicos foi avaliado em 45,076 milhões de USD em 2017 e prevê-se que cresça a uma taxa de 5,9% por ano de 2022 a 2026. Geralmente, o sector de fertilizantes biológicos é subdesenvolvido. Segundo Raimi e colaboradores (2021), os Estados-membros, como a África do Sul, o Malawi, a Zâmbia e o Zimbabué, na África Austral, utilizam níveis apreciáveis de fertilizantes biológicos. Para a África Oriental, o Quénia tem uma melhor produção e utilização de fertilizantes biológicos do que na Tanzânia, Uganda e Ruanda. Por outro lado, a utilização de fertilizantes biológicos na África Central e Ocidental é geralmente subdesenvolvida. Para a África do Norte, o Egipto e Marrocos utilizam níveis mais elevados de fertilizantes biológicos em comparação com outros Estados-membros nessa região de África.

**Política, Normas de EOA e Apoio do Governo:** Para avaliar o grau de implementação desta decisão a nível dos Estados-membros da União Africana, a União Africana encomendou em 2019 um estudo sobre o desenvolvimento político, jurídico e institucional de EOA em África. Este estudo revelou que apenas quatro Estados-membros têm um sector de EOA avançado, 11 Estados-membros têm um sector de EOA activo, enquanto 12 outros Estados-membros foram classificados como tendo um sector de EOA infantil. Além disso, 10 Estados-membros foram descritos como tendo uma consciência emergente de EOA. Os restantes 18 Estados-membros aguardam inspiração para adoptar OA nos seus Estados-membros (vide pormenores na Tabela 1). A partir deste estudo, foi desenvolvido um quadro para os 55 Estados-membros africanos, como se pode ver na Tabela 1.

**Tabela 1: Resumo do estatuto de EOA dos 55 Estados-membros da África do Norte, Ocidental, Central, Oriental e Austral**

Tipologia para EOA	Política Orgânica	Norma do produto	Apoio governamental	Agricultores organizados	Mercados nacionais e de exportação	Estados-membros
1. EOA avançado	Sim	Sim	Forte	NOAM/FA	Sim, ambos	Madagáscar; Marrocos; Tunísia; Uganda
2. EOA activo	Previsto	Sim	Promessa	NOAM / FA	Sim, ambos	Burkina Faso; Egipto; Gana; Quénia; Mali; Maurícias; São Tomé e Príncipe; Senegal; Seychelles; Sudão; Togo.
3. EOA infantil	Não	Sim ou Não	Pouco	Sim	Sim, Exporta; Desenvolvimento interno	Argélia; Benim, Camarões; Etiópia; Libéria; Namíbia; Nigéria; Ruanda; África do Sul; Tanzânia; Zâmbia Zimbabue
4. Consciência de EOA emergente	Não	Não	Nenhum	Fraco	Alguma exportação; Pouco doméstico	Cabo Verde; República Democrática do Congo Gâmbia; República da Guiné; Costa do Marfim; Malawi; Mauritânia Moçambique; Níger; Serra Leoa.
5. Aguarda inspiração	Não	Não	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Angola; Botswana; Burundi; República Centro Africana; Comores; Chade; República do Congo; Jibuti; Guiné Equatorial; Eritreia; Eswatini; Gabão; Guiné-Bissau; Lesoto; Líbia; Somália; Sudão do Sul; África Ocidental.

NOAM é o Movimento Nacional de Agricultura Biológica; FA é a Associação de Agricultores

**Recomendações Principais:** As cinco recomendações fundamentais exigidas pelos Estados-membros e pelas CER para fazer avançar o sector biológico e explorar as oportunidades de comércio e desenvolvimento sustentável são enumeradas como se segue: -

- 1. Desenvolvimento da política de EOA** em apoio à agricultura biológica e ecológica bem-sucedida para promover a produção, consumo e exportação de produtos da agricultura biológica: Uma revisão cuidadosa dos relatórios existentes e uma avaliação integrada das políticas, programas e planos agrícolas gerais de um país, com vista à coerência política, ao reforço da competitividade e das condições de crescimento do sector orgânico, e à definição de papéis para os diferentes actores.

2. **Normas, certificação e regulamentação:** As normas nacionais e regionais devem ser desenvolvidas/adoptadas com esquemas para facilitar o acesso rentável dos agricultores aos serviços de certificação, assegurando simultaneamente a promoção de sistemas de garantia participativa para a produção e consumo locais e o sistema de certificação africano internacionalmente reconhecido, desenvolvido para impulsionar o comércio orgânico em África e não só.
3. **Mercados e desenvolvimento do mercado:** Promover o consumo público de produtos biológicos ligados à saúde e desenvolver estratégias de desenvolvimento de mercado para explorar vários mercados, desde mercados domésticos a mercados de exportação, aproveitando simultaneamente o potencial e as oportunidades da ZCLCA para impulsionar o comércio intra e extra-africano de produtos e produtos biológicos.
4. **Estimular a produção de OA:** Fornecimento de insumos de EOA subsidiados, tais como fertilizantes biológicos, sementes melhoradas, pesticidas biológicos e alimentos orgânicos para gado e aves de capoeira a agricultores biológicos e apoio ao fornecimento integrado de serviços de extensão e mercado privados e públicos, reprodução de sementes e testes de sementes orientados para a produção biológica baseados em sistemas geridos por agricultores (FMSS) e sistemas formais de sementes a nível continental, regional e nacional.
5. **Alavancagem em iniciativas emergentes:** Integrar programas e iniciativas emergentes em África como o EOA-I e o Centro de Conhecimento para a Agricultura Orgânica (KCOA) em África, apoiando a investigação orgânica, a gestão do conhecimento e o aumento da escala de aplicação sustentável.

### ***Bibliografia***

1. Mordor Intelligence (2021). Africa Biofertilizer Market: Growth, Trends, COVID-19 Impact and Forecast (2021-2026), Retrieved from [www.mordorintelligence.com](http://www.mordorintelligence.com) on 13<sup>th</sup> September, 2021.
2. Raimi, A., Roopnarain, A. and Adeleke, R. (2001). Biofertilizer Production in Africa: Current Status, Factors Impeding adoption and Strategies for Success, *Scientific Africa*, 11-1-18.
3. Willer, H., Travniceh, J., Meier, C. and Schlatter, B. (2021). *The World of Organic Agriculture- Statistics and Emerging Trends 2021*, Research Institute of Organic Agriculture, FiBL, Frick and IFOAM-Organics International, Bonn.



**African Union Headquarters**

P.O. Box 3243, Roosevelt Street W21K19

Addis Ababa, Ethiopia

Tel: +251 11 551 77 00

Fax: +251 11 551 78 44

[WWW.AU.INT](http://www.au.int)